

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CAIO CESAR DA SILVA BARBOSA

**O CLIENTELISMO E A HISTÓRIA DOS CONCEITOS: REPRESENTAÇÕES NO
FISIOLOGISMO DA NOVA REPÚBLICA**

FRANCA
2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CAIO CESAR DA SILVA BARBOSA

**O CLIENTELISMO E A HISTÓRIA DOS CONCEITOS: REPRESENTAÇÕES NO
FISIOLOGISMO DA NOVA REPÚBLICA**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de pesquisa: História e Cultura Política.

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia Biason.

**FRANCA
2020**

B238c	Barbosa, Caio Cesar da Silva O clientelismo e a história dos conceitos : representações no fisiologismo da Nova República / Caio Cesar da Silva Barbosa. -- Franca, 2020 103 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca Orientadora: Rita de Cássia Biason 1. História política. 2. Clientelismo. 3. Fisiologismo. 4. História dos Conceitos. 5. República Nova. I. Título.
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Dedico este trabalho aos milhões de brasileiros
que sofrem os efeitos nefastos da corrupção
política.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe, Maria Luzia que me concedeu a oportunidade de participar deste espetáculo de maravilhas e absurdos o qual chamamos de vida.

Sou imensamente grato aos meus irmãos, Leandro e Fábio, companheiros de uma vida inteira. Sem vocês a vida seria insuportável e sem graça.

Expresso também minha eterna gratidão à minha companheira Isadora, por dividir comigo a estrada da vida, repleta de alegrias e tristezas, pela cumplicidade, amor e suporte emocional, sem os quais eu jamais teria forças para continuar a luta do dia a dia.

Agradeço também a todos os poucos e bons amigos que o tempo ainda gentilmente reserva. Só existe uma coisa melhor do que fazer novos amigos: conservar os velhos.

Agradeço a todo o tempo e dedicação com que todos os meus professores, desde a mais tenra idade, dedicaram incansavelmente a ensinar-me. O orgulho que tenho em hoje ser professor vêm de vocês.

Gostaria de agradecer a todos os meus fracassos, pois sem eles, eu não teria chegado até aqui e nenhuma vitória faria algum sentido. Como certa vez escreveu um romancista, cada fracasso ensina ao homem o que ele precisa aprender.

Gostaria ainda de expressar minha gratidão à minha orientadora, profa. Rita de Cássia BIASON, pela paciência, profissionalismo e incansável apoio diante de todas as tantas dificuldades pelas quais atravessei durante esta pesquisa e ao longo dos últimos anos. Agradeço também ao imenso apoio da profa. Márcia Pereira e do prof. Clayton Romano, pelas críticas, sugestões e conselhos que foram preciosos e que tanto contribuíram para a concretização desta pesquisa.

Por fim, agradeço à amada Universidade Estadual Paulista, Unesp Franca, por ter sido o lugar que me acolheu e me respaldou durante os melhores e mais inesquecíveis anos de minha vida.

“A população geral não sabe o que está acontecendo, e eles nem sequer sabem que não sabem.”

Noam Chomsky

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar o conceito de clientelismo e sua relevância segundo a História dos conceitos, buscando compreendê-lo historicamente ao longo de diferentes temporalidades, por meio de uma análise diacrônica. Para atingir esse objetivo, será utilizada a História dos Conceitos como metodologia. A análise conceitual do clientelismo terá papel fundamental nesta pesquisa para que se possa compreendê-lo como um conceito elástico a ser analisado historicamente em diferentes temporalidades. Com isso objetiva-se estudar a compreensão deste conceito com o suporte da cultura política e de alguns debates historiográficos, buscando elucidar sua proximidade em relação ao conceito de outra prática comum na política brasileira: o fisiologismo. A presente pesquisa não tem por objetivo conceituar e teorizar o fisiologismo, contudo, acredita-se que a partir desses direcionamentos e dos estudos conceituais, possamos indagar as formas de atuação e representação do clientelismo no fisiologismo da Nova República brasileira, buscando assim contribuir para ampliar as interpretações deste fenômeno nos novos arranjos políticos republicanos.

Palavras-chave: Clientelismo. Fisiologismo. História dos Conceitos, República Nova.

ABSTRACT

This research aims to analyze the concept of clientelism and its relevance according to the History of concepts, seeking to understand it historically over different periods, through a diachronic analysis. To achieve this goal, the History of Concepts will be used as a methodology. The conceptual analysis of clientelism will have a fundamental role in this research so that it can be understood as an elastic concept to be analyzed historically in different periods. Thus, the objective is to study the understanding of this concept with the support of political culture and some historiographical debates, seeking to elucidate its proximity to the concept of another common practice in Brazilian politics: physiologism. The present research does not aim to conceptualize and theorize physiologism, however. It is believed that, based on these directions and conceptual studies, we can inquire about the ways of acting and representing clientelism in the physiologism of the New Brazilian Republic, thus seeking to contribute to broaden the interpretations of this phenomenon in the new republican political arrangements.

Keywords: Clientelism. Physiologism. History of Concepts, New Republic.

LISTA DE SIGLAS

PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRC	Partido Comunista Revolucionário
PSB	Partido Socialista Brasileiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 A HISTÓRIA DOS CONCEITOS: O ESTUDO SEMÂNTICO DOS TEMPOS HISTÓRICOS COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE.....	13
1.1 A História da História dos Conceitos.....	15
1.2 Diferenciação e Conceituação.....	20
1.3 Teoria e Metodologia.....	28
2 ANÁLISE CONCEITUAL DO CLIENTELISMO.....	39
2.1 As formulações clássicas do conceito.....	40
2.2 As interpretações derivadas e o problema da imprecisão conceitual.....	50
2.3 A análise diacrônica do Clientelismo.....	61
3 A RELAÇÃO ENTRE CLIENTELISMO E FISILOGISMO.....	73
3.1 O Fisiologismo brasileiro.....	74
3.2 O Fisiologismo na Nova República em um estudo de caso: o governo Sarney.....	81
3.3 Clientelismo e Fisiologismo: possibilidades interpretativas nos novos arranjos políticos.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS.....	99

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objetivo principal analisar o conceito de clientelismo com o suporte da categoria da História dos Conceitos, buscando, a partir do estudo semântico das temporalidades históricas e da discussão do arcabouço teórico encontrado na historiografia, compreender o conceito de clientelismo diacronicamente e paralelamente às suas possíveis representações no fisiologismo da Nova República.

Desde o advento da Constituição de 1988, com a Nova República, que a democracia e a cidadania têm sido temas recorrentes na academia, nas políticas públicas, na organização dos aparatos administrativos e das instituições, no entanto, os tempos atuais têm evidenciado as crises e fragilidades do nosso sistema democrático que, inevitavelmente, nos levam a reflexões no sentido de melhor compreender as origens, causas e consequências da corrupção política e seus fenômenos análogos, os quais geram efeitos deletérios à democracia e à cidadania.

O presente trabalho propõe uma compreensão ampliada do clientelismo em diferentes temporalidades históricas, no sentido de entendê-lo como um elemento base da sociedade brasileira que, ao longo da história, foi sendo incorporado ao sistema político de forma coesa e não constituindo, então, uma característica exclusiva de um tipo específico de relação política, entre atores ou instituições que atuam isoladamente de uma ordem sistêmica.

Para elaborar tal análise, faz-se imprescindível o uso da ferramenta teórico-metodológica da História dos conceitos, proposta pelo historiador Reinhart Koselleck, que, será fundamental para se compreender os movimentos duplos entre diferentes temporalidades históricas em que o conceito de clientelismo se insere.

Buscar-se-á, também, problematizar a tendência recorrente na academia em propor interpretações do clientelismo como fenômeno derivado das práticas políticas, sendo, portanto, de acordo com essa visão, um subproduto das práticas produzidas no seio das relações políticas.

Será analisado na historiografia clássica e recente, um amplo espectro de formulações e interpretações do conceito. Desde aquelas que entendem o clientelismo como prática política tradicional, àquelas interpretações que o entendem como derivado das práticas políticas, e/ou o associam a práticas específicas. Também serão abordadas as vertentes teóricas que entendem o clientelismo como elemento fundamental e fundador do sistema político, permeado por um conjunto organizado de relações que permitem o funcionamento do sistema.

Algumas leituras acadêmicas sobre o clientelismo ainda são carentes de análises e de serem revisitadas, haja vista que não se revelaram suficientes para explicar por que, por

exemplo, a despeito das evoluções histórico-sociais e das mudanças nos aparatos burocráticos e institucionais, o clientelismo ainda continua a solapar a democracia, a cidadania e a conduta ética no trato da coisa pública.

Entende-se que algumas características do clientelismo têm se mantido ao longo de diferentes temporalidades históricas, desde o tradicional ao moderno, como as assimetrias de poder, a hierarquia de relações e a relação de troca mútua de benefícios, ao passo que outras características e formas de representação acabaram ao longo do século XX, sendo incorporadas pelo sistema político, pelas instituições e pela sociedade, se reconfigurando em novos tipos de clientelismo.

Busca-se, também, compreender e conceituar a prática do fisiologismo, analisando o estudo de caso no governo Sarney durante a Nova República, com o objetivo de compreender as possíveis representações que o clientelismo pode assumir sob a égide do fisiologismo político.

Sabe-se que a atividade política ocorre modo plural e é a cultura política que faz um indivíduo ou grupo de indivíduos desempenharem determinado papel ou ações políticas em uma dada coletividade. Sendo assim, para ampliar nosso entendimento sobre o tema do clientelismo, faz-se necessário estudá-lo, levando em conta seus fatores subjacentes, considerando suas crises, as questões sócio-históricas, que serviram de substrato para sua manifestação e aprofundando “a compreensão de comportamentos políticos sumamente complexos, situando-os no próprio cerne das representações e realidades sociais” (BERSTEIN, 2009. p. 44.)

Exposto isto, a dissertação se organiza em três capítulos. No primeiro capítulo, apresenta-se e discorre-se sobre a metodologia utilizada como ferramenta de análise: A História dos Conceitos e o estudo semântico dos tempos históricos. Abordar-se-á a origem da História dos Conceitos, sua justificativa para a História, suas diferenças em relação à História das ideias e, por fim, abordaremos os aspectos teóricos e metodológicos para o estudo dos conceitos e das temporalidades históricas.

No segundo capítulo, será proposta uma discussão ordenada a partir das formulações clássicas da formação social brasileira, passando por historiadores pioneiros como Sérgio Buarque de Holanda e seu “Homem cordial” e Raymundo Faoro, com seu “Estamento burocrático” que elaboram a tese patrimonialista e nos fornecem preciosos subsídios teóricos para a discussão que se fará na sequência.

Após abordar os clássicos que elaboram as primeiras teorias relacionadas às práticas de dominação tradicional e ao “atraso” brasileiro, será abordado o debate entre os autores que

operam o conceito de clientelismo, partindo de análises clássicas, e chegando às análises derivadas do conceito, com abordagens contemporâneas em diferentes compreensões do clientelismo ao longo do século XX. O foco será a discussão conceitual na historiografia e o problema da imprecisão conceitual das múltiplas abordagens do conceito de clientelismo, advertindo sobre o risco do anacronismo e da imprecisão conceitual.

Na sequência do segundo capítulo, finaliza-se com a análise diacrônica do conceito de clientelismo, historicizando o significado do conceito entre passado e presente, com o objetivo de compreender sua percepção, modos de ação e representação na cultura política e sua dimensão semântica no espaço e tempo. O estudo diacrônico irá proporcionar uma compreensão histórica do conceito entre passado e futuro, entre espaço de experiência e horizonte de expectativa.

Por fim, no capítulo terceiro, o objetivo será conceituar o fisiologismo político e suas tipologias, o que servirá de base para o estudo de caso na Nova República, que será proposto na sequência. No fechamento da pesquisa, será desenvolvida a retomada do conceito de clientelismo, agora, sendo analisado paralelamente ao fisiologismo político e Estatal, buscando compreender seu sentido a partir de possíveis interpretações e representações nas práticas fisiológicas dos arranjos políticos da Nova República.

1 A HISTÓRIA DOS CONCEITOS: O ESTUDO SEMÂNTICO DOS TEMPOS HISTÓRICOS COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE

Para iniciar o presente capítulo faz-se necessário a elucidação de algumas questões fundamentais, debruçando-se na História dos conceitos para esclarecer demandas semânticas e hermenêuticas das ações e organizações sociais e políticas da humanidade. Qual é a unidade histórica que se deve observar no passado a fim de elucidar questões do presente? O que é o tempo histórico? Como um conceito do passado pode ser compreendido no presente e/ou projetado no futuro?

A História dos conceitos será abordada, neste capítulo, como ferramenta de análise do tempo histórico e dos conceitos, que constituem questões fundamentais as quais nortearão o objetivo desta pesquisa. A História dos conceitos é uma Escola de pensamento historiográfico que propõe uma semântica dos tempos históricos e de uma história das temporalidades históricas, questões que são tão caras ao historiador, que se propõe a analisar conceitos do passado, com o devido cuidado em evitar o anacronismo e a imprecisão hermenêutica e conceitual.

Uma das questões colocadas neste capítulo é concernente ao debate sobre a História dos conceitos enquanto categoria para análise de conceitos elaborados no passado, compreendidos em diferentes temporalidades e projetados em um possível futuro: o horizonte de expectativas.

Neste capítulo, fez-se o esforço de discorrer sobre a ideia de que uma realidade do presente é, de alguma maneira, tributária do passado, ainda que ela não se dê conta disso, necessariamente.

De que forma o presente está, frequentemente, reelaborando o passado coletivo e de que modo isso projeta formas de se repensar a política e sociedade no futuro? Para responder a essa e outras questões, faz-se fundamental compreender a categoria da História dos conceitos que aqui irá introduzir a metodologia de análise aplicada no objeto de estudo desta pesquisa, qual seja, compreender, segundo uma análise conceitual, o clientelismo político e suas possíveis representações.

Uma ideia fundamental para cumprir o objetivo deste capítulo, que aborda a metodologia, é a questão da temporalidade, isto é, um conjunto de atributos de uma determinada realidade social que se relaciona com o tempo. É um conjunto de fatores e atributos que, em uma determinada realidade, são explicáveis pela historicidade dessa mesma realidade, ou seja, pelo fato de que essa historicidade pode ser explicada historicamente.

O grande desafio, aqui proposto, é o de que sabendo-se que não há uma gramática de temporalidade disponível de antemão para o historiador, ele deve ser capaz de analisar uma sociedade, buscando nela o que ela maneja, vive, entende e representa, graças a uma pluralidade de tempo.

A experiência histórica é entendida como um conjunto de saberes a respeito do passado, um conjunto de elaborações do passado, capazes de pautar no presente as projeções feitas neste presente, para o futuro desta sociedade. Em outras palavras, trata-se de um conjunto de saberes que, grupos políticos ou sociais buscam no passado ou encontram no passado, e que lhes permite vislumbrar um futuro.

A ideia de experiência histórica acerca do clientelismo político nos coloca uma questão: de que modo o clientelismo se insere em um contexto histórico que configura uma experiência? É importante ressaltar que não se trata de supor novas formas de organizações sociais e políticas do clientelismo, mas sim, no esforço de encontrar os indícios e as relações entre os conceitos formulados no passado, seu arcabouço semântico na história e, sobretudo, compreender sua relação com a temporalidade a que este trabalho se propõe a analisar.

Como entende o historiador Fernand Braudel (1965, p. 265), a história é sempre constituída por uma grande pluralidade de tempos e de durações. A história de um tempo é a história de muitos tempos, ao mesmo tempo.

Este capítulo irá propor, de início, situar o leitor sobre a categoria da História dos conceitos, abordando a história dessa corrente de pensamento e sua constituição enquanto categoria de análise. Após isso, será elaborada uma discussão acerca do contexto que gerou a necessidade e fundou a importância da História dos conceitos, abordando as diferenças presentes nessa Escola do pensamento, em relação à História das Ideias.

O capítulo tratará, por fim, da explicação da metodologia utilizada como ferramenta teórica e categoria de análise, sua importância e de que modo ela opera na historiografia. Com isso, esperamos contextualizar o leitor para o debate sobre as raízes do conceito de clientelismo político fundado na história brasileira, suas elaborações primordiais e a operação desse conceito pela historiografia e seus questionamentos pertinentes, o que norteará a discussão presente mais adiante, no segundo capítulo deste estudo.

1.1 A História da História dos Conceitos

A história dos conceitos surgiu como uma alternativa à história das ideias em um momento em que os historiadores compreenderam que nela havia muitas lacunas ainda não preenchidas. O intuito era de realizar uma análise mais objetiva e melhor contextualizada dos conceitos e ideias da historiografia do passado (JASMIN, 2006, p. 27-28).

O resultado de iniciativas entre historiadores na Alemanha ocorre entre os séculos XVIII e XIX. Entretanto, a história dos conceitos como conhecemos, apenas adquiriu a abordagem atual dentro da História, somente no século XX (ASSIS; MALTA, 2013, p. 23).

Deste modo, esta disciplina se emancipa e se torna autônoma dentro da grande área da História, somente no século XX se convertendo em teoria e metodologia de forma sistemática com denominações importadas da linguística, principalmente com o debate entre a diferenciação entre conceito e palavra (KOSELLECK, 2006, p. 108).

Para uma explicação sobre a teoria, é importante ressaltar, inicialmente, sobre o que podemos denominar de história da História dos Conceitos, que revela muito mais sobre seu surgimento ligado com a História das Ideias e dos intelectuais que concretizaram esse gênero de pesquisa, do que da disciplina em questão.

Nesse sentido, não é o objetivo deste capítulo somente o conhecimento sobre o surgimento da História dos Conceitos, uma vez que seu aparato metodológico e problemas perseguidos não se confundem com a história de seu advento, no entanto, entende-se necessário construir sua explicação com o momento histórico de seu advento, para melhor elucidação e contextualização da problemática em questão.

A história da História dos Conceitos, por conseguinte, refere-se, basicamente, aos atores sociais e suas práticas científicas, bem como grupos e instituições que se organizaram para a sincronização desse gênero historiográfico.

Em meados dos anos de 1726 houve uma precursora abordagem sobre o caráter histórico dos conceitos com o teólogo Luterano Johann Georg Walch ao defender que o empenho da explicação e da definição das palavras deveria estar associado a uma narrativa histórica. Sendo assim, afirmava ainda que para esclarecer os conceitos filosóficos, estes deveriam ser estudados à luz do caráter dogmático (ASSIS; MALTA, 2013, p. 23).

Posteriormente, no ano de 1806, Wilhelm Traugott Krug, legatário de Immanuel Kant, em Königsberg, idealizou a criação de um dicionário histórico-crítico da filosofia, organizado com conceitos filosóficos. O dicionário por ele imaginado deveria conter origens,

desenvolvimentos e transformações com indicação de fontes e autores (ASSIS; MALTA, 2013, p. 23).

Nesse sentido, com poucas idealizações e pesquisas sobre a História Conceitual, fica claro que, até a primeira metade do século XIX, entre umas e outras intencionalidades resgatadas, a História dos Conceitos, ou *Begriffsgeschichte* em alemão, se viu limitada a construções isoladas, sem sistematizações. No entanto, foi somente em 1872 que o historiador Rudolf Eucken impulsionou seus estudos sobre a temática (ASSIS; MALTA, 2013, p. 24).

Com o objetivo de editar um dicionário histórico sobre terminologia filosófica, o autor defendia que a história dos conceitos deveria revelar a história interna de cada termo especificamente, pois somente uma pesquisa cultural e histórica permitiria validar em que medida a linguagem técnica dos filósofos e a linguagem geral eram compatíveis (ASSIS; MALTA, 2013, p. 25).

Em outras palavras, para Eucken, a história conceitual precisaria levar em consideração algo muito além da formulação de conceitos presente no estado de consciência individual, devendo também dar certa importância às condições sociais em que isso ocorre.

Muito embora alguns autores da época tenham citado a história dos conceitos em seus trabalhos, e descrito a importância de seu estudo, foi somente em 1878, que surgiram as prestigiadas obras sistematizadas sobre a história dos conceitos, como a obra do próprio Eucken, *História e crítica dos conceitos fundamentais da atualidade*, que em sua segunda edição publicada no ano de 1893 passou a se chamar: *Os conceitos fundamentais do presente*. Nessas obras, Eucken reconhecia a historicidade dos conceitos e a necessidade de sua adequação ao tempo presente, garantindo que a história dos conceitos ficasse dentro da linguagem filosófica com o estudo de cada tempo específico (ASSIS; MALTA, 2013, p. 25).

Outra obra importante, para o legado da história dos conceitos, foi a criação em 1899 do dicionário de conceitos filosóficos, escrito por Rudolf Eisler, que abordava a própria história fundamentada nos escritos dos filósofos e em expressões e conceitos filosóficos. O dicionário possuía uma proposta de explicar as alterações significativas dos conceitos através do tempo, e mesmo com as críticas recebidas por não ter tido êxito em solucionar problemas filosóficos, ainda é considerada uma importante obra de transição da primeira geração de trabalhos em História dos Conceitos (ASSIS; MALTA, 2013, p. 26).

Porém, foi na década de 1930, segundo Koselleck (2006, p. 10), em seu breve relato sobre o surgimento da História dos Conceitos, que ocorreu o momento decisivo de aproximação entre ciência histórica e história dos conceitos, com os autores Erich Rothacker na filosofia, Otto Brunner na história, de Carl Schmitt na ciência do direito e de Jost Trier na linguística.

Apesar de todo esforço e sistematização, somente após a segunda guerra mundial que foi publicada a primeira revista especializada no gênero da história dos conceitos, no ano de 1955, por Erich Rothacker, fundador do distinto *Arquivo para a história dos conceitos*.

O desejo de Rothacker era a concretização de um dicionário, diferente do dicionário de Eisler, que para ele era limitado em citações e não oferecia uma história conjunta aos conceitos. Ele acreditava que a nova história dos conceitos deveria se esmerar na pesquisa histórica, abrindo um espaço inovador no campo da História das Ideias, aprofundando a crítica da razão. Em sua revista, forneceu as bases para uma História Conceitual que, mais tarde, se tornou essencial para a criação de um grande e completo dicionário de conceitos filosóficos-culturais com uma autenticidade interdisciplinar fundamental (ASSIS; MALTA, 2013, p. 28).

Desta forma, podemos observar que a história dos conceitos foi sendo aprimorada com o tempo, e a partir da década de 1950 iniciou seu processo de diversidade em sua conceituação, como explicita o autor:

[...] ao longo das décadas de 1950 e 1960 ocorre uma evidente pluralização de conceitos a respeito da história dos conceitos. Em 1965, no seu conhecido estudo sobre a história do conceito de secularização, Hermann Lübbe defende a história dos conceitos como uma história do uso das palavras (Wortgebrauchschichte), vendo nela um instrumento poderoso no sentido de lançar luz sobre aquelas crises recorrentes na história da filosofia e das ciências humanas, situações “caóticas” no uso de determinados conceitos. Ela serviria, portanto, como instância de controle e de antídoto em épocas de anomia conceitual (ASSIS; MALTA, 2013, p. 30, apud LÜBBE, 2003).

Por conseguinte, a História Conceitual, inicialmente, esteve atrelada à elaboração de dicionários, visto que havia uma grande importância em catalogar e estudar o uso de determinados conceitos, contudo, com seu aprimoramento, se tornou um instrumento valioso, para quebrar um ciclo vicioso, no uso inadequado de determinados conceitos nas ciências humanas.

Ocorre que, dentro da história da História dos Conceitos e de seu substancial desenvolvimento após a segunda guerra mundial, deve-se destacar que alguns dos principais inspiradores ou mesmo autores da *Begriffsgeschichte* estavam próximos ao lado mais conservador da política alemã no período entre guerras. O historiador Erich Rothacker, por exemplo, chegou a citar passagens de discursos de Adolf Hitler com menções a mentalidade heroica da raça nórdica (ASSIS; MALTA, 2013, p. 31).

Interessante, portanto, analisar dentro da história da História dos Conceitos a atitude desses autores em relação à Alemanha na segunda guerra, pois há uma indagação por dentro da

temática sobre a associação entre a *Begriffsgeschichte* e o nacional socialismo em seu país de origem.

Nesse sentido, levanta-se a hipótese de ser esta a causa que teria contribuído para esse novo gênero ter sido pouco reconhecido entre o meio historiográfico alemão entre os anos de 1970 e 1990 (ASSIS; MALTA, 2013, p. 32).

Um dos aspectos mais importantes nessa análise, no entanto, é que justamente entre autores conservadores alemães houve uma redescoberta da língua enquanto força histórica e social, resultado da linguagem programada que fora precisamente utilizada com novos sentidos para gerarem determinadas emoções e efeitos, método utilizado pelo nacional socialismo alemão na época (ASSIS; MALTA, 2013, p. 32).

Desta forma, é compreensível pelos fatores mencionados que a linguagem se tornasse um campo muito privilegiado e valorizado dentro da análise histórica e social, principalmente para a geração de autores que viveu entre a ascensão e queda do nazismo.

Para Koselleck (2006, p. 62), transformações no meio político ou social estão relacionadas com inovações metodológicas, o que pode ser diretamente interligado com o fato das mudanças ocorridas neste período e influenciado na formação da história dos conceitos.

O interesse na averiguação sobre o assunto reside no fato da possível contribuição que a transformação do meio social em que esses historiadores viveram na época para a própria produção, estudos e o maior desenvolvimento de uma história conceitual iniciante, que aumentou significativamente após a segunda guerra mundial.

No entanto, mesmo se tratando de um fato que pode ser diretamente relacionado ao desenvolvimento da História dos Conceitos, entende-se que não há um grande destaque em descobrir profundamente a relação dessas atitudes dos autores fundadores com suas reais contribuições para o desenvolvimento da *Begriffsgeschichte*, pois a teoria e o desenvolvimento da disciplina é muito mais abrangente.

Deste modo, como exposto anteriormente, o período do pós 2ª guerra Mundial na Alemanha influenciou diretamente a história dos conceitos, nessa época, houve um grande crescimento em seus estudos e mais precisamente no ano de 1954, o historiador alemão Reinhart Koselleck (1923 - 2006), que teve sua vida pessoal profundamente marcada pela decadência do país em 1945, tornou-se conhecido pela sua tese de doutorado “Crítica e Crise: Um estudo acerca da patogênese do mundo burguês”, e, ainda hoje, é um dos grandes nomes desse campo historiográfico (KOSELLECK, 2006, p. 9).

Koselleck sofreu a perda de um irmão em combate e de outro em decorrência de um bombardeio, ele mesmo foi recrutado para a artilharia do exército nacional-socialista chegando

a ser preso no Cazaquistão. Após o fim da guerra, iniciou seus estudos na Universidade de *Heidelberg*, em 1947, com experiências de vida conflitantes, de um lado por ter convivido durante muito tempo em um universo cultural burguês, e por outro, por ter participado em campo e depois ter sido preso durante a guerra (ASSIS; MALTA, 2013, p. 20).

Nesse sentido, fica claro que os fatos presenciados pelo autor em sua vida pessoal, bem como a influência exercida por Carl Schmitt durante a faculdade, lhe deram todo um arcabouço para questionamentos teóricos políticos e sociais, chamando a atenção principalmente para a nocividade dos conceitos das ideologias políticas modernas, indagando sobre a importância de estudar seus significados reais para uma correta compreensão (ASSIS; MALTA, 2013, p. 21).

A obra de Koselleck, portanto, pode ser considerada como uma das mais respeitadas abordagens históricas, pois o autor sempre propôs uma aproximação entre dois campos do saber, qual seja: ciências sociais e história. Consideradas como disciplinas acadêmicas de difícil conversação.

A contribuição desse historiador para a disciplina História Conceitual é gigantesca, em seus estudos o autor fez análises sobre o tempo histórico, demonstrando que não existiria sociedade, muito menos história sem os conceitos, pelo simples fato de que todo conceito possui uma história, e essa dá suporte aos sistemas políticos e sociais (KOSELLECK, 2006, p. 142).

O dicionário de conceitos germânicos publicado entre os anos de 1972 a 1977 por Otto Brunner (1898-1982), Werner Conze (1910-1986) e Koselleck é considerado um de seus maiores empreendimentos intelectuais. Realizado com abordagem metodológica da História Conceitual, o dicionário possuía o objetivo de buscar o declínio do mundo antigo e, conseqüentemente, o surgimento do mundo moderno através de seu esclarecimento conceitual (KOSELLECK, 2006, p. 10).

A obra de Koselleck reuniu sistematicamente citações de fontes originais sobre o pensamento político-social a partir do século XVIII, e foi responsável por demonstrar como a linguagem afeiçoa as transformações e pode revelar a constância ou não entre os conceitos e realidades históricas.

Com a publicação de seu livro, no ano de 1979, “Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos” se destacou como principal teórico sobre a História dos Conceitos, a partir de reflexões sobre usos públicos e políticos da linguagem.

Nesse sentido, pode-se ressaltar que juntamente com projetos sobre a História dos Conceitos influenciados pela revista alemã e seus autores, também houve a difusão de novas concepções a partir do século XX, não mais restrita ao contexto alemão, mas agora integrada em uma agenda historiográfica pelo mundo todo (ASSIS; MALTA, 2013, p. 33)

Entretanto, ao se distanciar de suas raízes alemãs, a história dos conceitos iniciou um processo de entrelaçamento com outras disciplinas que possuíam as mesmas fontes históricas, mesmo que com perspectivas metodológicas distintas, como história dos discursos políticos e também história global, para adaptação com reivindicações contemporâneas.

Pode-se resumir, portanto, que atualmente a História dos Conceitos reivindica uma metodologia em que os embates políticos e sociais do passado necessitam ser desvendados e interpretados por meio do horizonte conceitual contemporâneo, através de uso dos termos linguísticos conceituais (JASMIN 2007, p. 32). Desta forma, entendemos que a História dos Conceitos surgiu para a investigação das diversas temporalidades incluídas nos conceitos históricos.

Em um contexto nacional, cumpre ainda salientar que a História dos Conceitos no Brasil chegou somente na década de 1990, quando ocorreram as primeiras traduções da obra de Reinhart Koselleck, permanecendo, no entanto, à margem dos estudos historiográficos até o início dos anos 2000, onde mais livros do autor foram traduzidos, passando a ter maior circulação na academia brasileira.

Uma das dificuldades que corroborou para a escassez dos estudos brasileiros sobre a história dos conceitos foi a dificuldade de traduções da língua alemã pela falta de tradição e familiaridade com o idioma, bem como, o maior vínculo da academia brasileira na área de história com teóricos franceses, ingleses, italianos e norte-americanos (JASMIN, 2006, p. 21).

De modo geral, pode-se concluir, sobre a história da História dos Conceitos, surgiu a partir da influência da hermenêutica, da história do direito, história da filosofia. No entanto, suas predecessoras foram a História das Ideias e a História Social, gêneros que poderemos esclarecer, comparativamente, no próximo tópico.

1.2 Diferenciação e Conceituação

A história é uma ciência com uma importância fundamental, ainda mais pela peculiaridade do seu objeto de estudo se encontrar imerso em outro tempo e ser estudado por meio das fontes históricas, vestígios diretamente de outros tempos. No entanto, a linguagem dessas fontes, muitas vezes, pode parecer confusa ou duvidosa, pois ela utiliza as mesmas palavras atualmente utilizadas para se referir ao passado, o que pode gerar um conflito no seu verdadeiro significado.

Como abordado anteriormente, para Koselleck (2006, p. 142), os conceitos possuem uma história, sendo capaz de receber significados totalmente distintos e se encontrar “fora de seu tempo”, podendo ocorrer uma utilização inadequada de um tempo para outro.

Essa utilização controversa ou imprecisa é denominada de anacronismo e pode ocorrer de modos diferentes ou inversos. De forma didática, um conceito “antigo” pode ser empregado de modo impróprio na direção do tempo da sua fonte escrita para o tempo do historiador, mas também no sentido contrário, do tempo do historiador, “tempo atual” para o tempo de sua fonte. Essa última possibilidade ocorre quando o historiador aproveita de uma palavra contemporânea para atribuir um significado que antes era inexistente (JASMIN, 2005, p. 27). Frisa-se que, não necessariamente, o emprego indevido irá resultar no anacronismo, somente quando causar estranhamentos e consequências interpretativas incontornáveis.

Deste modo, foi a superação do anacronismo, da imprecisão de algumas expressões da língua e a compreensão histórica de seus conceitos que representou um dos maiores desafios da produção historiográfica alemã, após a Segunda Guerra Mundial, quando os historiadores tiveram de encarar o fardo de elucidar a ascensão e queda do nazismo, levando em conta todo o arcabouço semântico e conceitual das ideias que moldaram as crises da primeira metade do século XX (KIRSCHNER, 2007, p. 54).

Por este motivo, como anteriormente mencionado, os estudos sobre a História Conceitual cresceram consideravelmente no cenário da derrocada da Alemanha, seja para maior entendimento conceitual das ideologias abordadas, seja pelo fato da grande transformação histórica vivida por essa geração.

O historiador Otto Brunner é considerado o responsável por desenvolver a História dos Conceitos como conhecemos atualmente, a partir de sua crítica à historiografia jurídica e liberal da Alemanha. Brunner criticava, por exemplo, o modo como era adaptado para a era medieval conceitos como distinção entre o público e o privado (ASSIS; MALTA, 2013, p. 15).

No mesmo sentido, Koselleck (2006, p. 80) afirmava que a atual História dos Conceitos surgiu com o impulso crítico sobre a falta de cuidado na transferência de conceitos modernos para o passado.

Segundo o historiador Marcelo Jasmin (2005, p. 31), os principais pontos que a História dos Conceitos passaria a criticar na historiografia da metade do século XX seriam a baixa contextualização de ideias e conceitos utilizados no passado que levariam ao anacronismo e também ao apreço, ao caráter metafísico da essência das ideias, como se observa:

Na fala de Koselleck, a atual *Begriffsgeschichte* surgiu do duplo impulso crítico referido “à transferência descuidada para o passado de expressões modernas, contextualmente determinadas, do argumento constitucional” e à “prática da história das ideias de tratá-las como constantes, articuladas em figuras históricas diferentes, mas elas mesmas fundamentalmente imutáveis” (KOSELLECK, 1985, p. 80 apud JASMIN, p. 31).

Desde seu surgimento, a História dos Conceitos utiliza alguns princípios importantes da História Social, e se opõe, algumas vezes, à História das Ideias por limitações metodológicas, característica de sua abordagem.

A História dos Conceitos se prende em usos habituais das categorias, produzindo uma classificação costumeira da realidade, indicando condutas habituais, o que, de certa forma, é uma proposta metodológica de História Social. É nesse sentido que a História Social influi no mundo da História dos Conceitos, ao contribuir para a identificação da produção dos conceitos que cada parte de comunicação tem disponível (KOSELLECK 2006, p. 99).

Nesse sentido, a *Begriffsgeschichte*, em sua criação, estabeleceu uma conexão importante com a História Social, alguns autores como Otto Brunner e Erich Rothacker trabalharam para fundir a História Social e a análise conceitual com foco em conceitos básicos. Houve uma grande importância surgida dessa relação, que permitiu uma mudança nas traduções, cronologicamente sem contexto (ASSIS; MALTA, 2013, p. 32).

Portanto, em uma abordagem inicial, podemos afirmar que a História dos Conceitos faz parte da História Social, pois os estudos dos significados de conceitos sociopolíticos e seus usos ajudam no entendimento dos conflitos sociais, principalmente em ocasiões de transformações em certa situação histórica.

No entanto, a *Begriffsgeschichte* pode designar transformações e processos que a observação da História Social não pode encontrar em suas fontes, e por este motivo a História Conceitual pode ser considerada como uma disciplina auxiliar da História Social, com metodologia e domínio de pesquisa, característicos (KOSELLECK, 2006, p. 103).

Com a contribuição de Koselleck, a partir de 1970, a relação entre a História dos Conceitos e a História Social passou a ter uma relação tecnicamente mais rigorosa, pois o autor as diferenciava no intuito de dar mais relevância para a História dos Conceitos.

Para ele, de maneira resumida, a História Social investiga as relações entre as classes sociais e as formações das sociedades e investiga os eventos históricos, utilizando textos e vocábulos para referenciar a existência de fatos que não estão presentes nem nos próprios textos (KOSELLECK, 2006, p. 97). Nesse sentido, cabe à História Social se dedicar a fatores

socioeconômicos em uma abordagem mais voltada ao macro, aos grupos sociais e em uma história de longa duração.

No entanto, para Koselleck (2006, p. 100), a História dos Conceitos se atém predominantemente nos textos e vocábulos, possui um método que critica as fontes provenientes da história, da gramática, tendo como objetivo o uso de termos políticos e socialmente relevantes.

Koselleck, também teve grande contribuição nos estudos das Histórias das Ideias com sua elucidação sobre a diferenciação com a História dos Conceitos. As pesquisas sobre a História das Ideias eram divididas em duas abordagens fundamentais; a *Collingwoodiana* da Escola de Cambridge, que possuía Quentin Skinner e John Pocock como adeptos e a *Koselleckiana* da Escola de Bielefeld (JASMIN, 2005, p. 28).

Ambas as escolas acreditavam na relevância da contextualização dos sujeitos e dos diferentes significados dos conceitos em espaços sociais diferentes, no entanto, o que as diferenciava era que a *Koselleckiana* não fazia menções a discursos ou linguagem, seu enfoque era nas palavras e em sua historicidade, utilizadas em diferentes momentos e por distintos atores (JASMIN, 2005, p. 28).

A História das Ideias é uma das disciplinas mais antigas da historiografia, pois, há muito tempo, se questionava a presença das ideias no tempo, contudo, era uma corrente que partia da filosofia da linguagem, enquanto a História dos Conceitos se valia da hermenêutica filosófica alemã e em seu recurso à compreensão (KIRSCHNER, 2007, p. 54).

A distinção radical para Koselleck entre História dos Conceitos e História das Ideias é que esta possui apenas um vínculo externo, com tendência a uma existência estática, ou seja, a História das Ideias não diz nada sobre o significado das alterações semânticas ocorridas, porém, quando a ideia se transforma em conceito, há uma totalidade dos contextos de experiência e significados sociopolíticos que aparecem (KOSELLECK, 1997, p. 91).

A diferença entre História dos Conceitos e História das Ideias, portanto, são relativamente próximas, uma vez que ambas têm como objeto vocábulos e termos presentes em fontes históricas. Uma grande diferenciação, além do surgimento em distintos cenários, uma nos Estados Unidos e a outra na Alemanha, é a metodologia abordada.

Destaca-se, que mesmo sendo por muitos considerados como sinônimos, os termos ideias e conceitos são plenamente distintos em suas abordagens. A História dos Conceitos critica, enfaticamente, a História das Ideias, no quesito que não acredita que uma ideia possa ser identificada em períodos históricos diversos com o mesmo significado.

Alguns autores afirmam que a História das Ideias deixou de ser relevante, pois só podem ser identificadas quando expressas, com seu sentido objetivo e influência que exercem sobre seus sujeitos e mediadas por um meio de comunicação.

O historiador Pierre Rosanvallon (1995, p. 9) destaca algumas fraquezas da História das Ideias, como o fato de servirem, para ele, apenas como consultas rasas de um dicionário comum, sobre as doutrinas que mesmo tendo, esparso material documentado, pressupõe uma errônea estabilidade ou certo significado definitivo, e ainda sobre o comparativismo, tipologismo, reconstrutivismo contextual que faz com que seja recorrente na História das Ideias a reescrita de uma obra na intenção de obter mais clareza que o autor anterior.

Rosanvallon ressaltava também a alta comparação entre obras predecessoras ou sucedâneas e, ainda, um manual que está predisposto a grande compilação em questão de escola, etapa correntes, etc. Nesse sentido, o autor conclui em sua crítica mais ferrenha à História das Ideias, o fato de que mesmo ensinando algo ela não nos permitir chegar a uma compreensão histórica.

Para corroborar, Koselleck, afirma que a História Conceitual surgiu de um duplo impulso crítico e que ela partilha com o historicismo alemão o cuidado de inscrever as ideias em seu contexto de produção e a crítica ao anacronismo bem como ao essencialismo na interpretação dos conceitos. O primeiro se contrapõe a transferência abusiva de categorias modernas para o passado. O segundo critica a prática da História das Ideias que tratava as ideias como uma essência que percorria os distintos contextos históricos (KOSELLECK, 1992).

Importante, portanto, salientar a distinção sobre História das Ideias e História Conceitual porque esta nasceu da insatisfação dos historiadores com a História das Ideias, devido aos erros de contextualização, ou seja, pelo resultado do anacronismo e na insistência metafísica da essencialidade das ideias (JASMIN, 2005, p. 27-28).

Basicamente, a crítica estabelecida resulta na diferenciação entre a História das Ideias e a História dos Conceitos, posto que, a *Begriffsgeschichte* nasceu para preencher essas lacunas, posto que estudiosos da área apontavam que a História das Ideias averiguava um conjunto de grandezas constantes, que não se alteravam nem se articulavam em diferentes formas históricas.

Desta forma, a História dos Conceitos nasce com a premissa que é imprescindível que um conceito seja analisado à luz de seu contexto histórico para ser atribuído da melhor forma seu significado.

Cumprindo ainda ressaltar que sobre a relação entre História política e História dos Conceitos, que se tornou próxima pelas transformações ocorridas no campo da política a partir

da década de 1970, quando foram retomados estudos em diferentes perspectivas sobre os problemas relacionados ao seu domínio.

Para o historiador René Rémond (1996, p. 29), a História Política solicitou técnicas de pesquisa, conceitos, vocabulário e problemáticas a algumas disciplinas, visto que, métodos e técnicas estão, muitas vezes, conectados a uma forma de abordagem intelectual.

Do mesmo modo, Pierre Rosanvallon (1995, p. 9) ressalta que a construção da História Conceitual do político buscou preencher as lacunas metodológicas que vinha dificultando a apreensão da dimensão histórica do político.

Portanto, entre as grandes importâncias da História dos Conceitos, uma delas é que permitiu a superação de barreiras disciplinares e ofereceu ao historiador político uma História Conceitual política com a possibilidade de compreensão de diferentes realidades históricas, pois a partir dos conceitos, as situações se entrelaçam ao princípio de suas ativações.

Nesse sentido, podemos afirmar que a História Conceitual, comparativamente, entre as outras histórias, constitui um dos campos mais promissores, essenciais e inovadores da historiografia, como disciplina autônoma e também no auxílio de outras, como a história política.

Ela se tornou instrumento efetivo na compreensão da autêntica história concreta, permitindo ao historiador se aprofundar sobre as palavras social e politicamente relevantes em um determinado recorte temporal, desvendando os espaços de experiência e seus horizontes de expectativas.

Após a diferenciação da História dos Conceitos com outras disciplinas entendemos que o “conceito” antes de tudo, deve ser compreendido como resultado de um processo de teorização na explicação de uma experiência histórica concreta, o que corrobora com a ideia de que o conceito possui uma experiência empírica correspondente, o que o leva a um caráter único ao momento de seu emprego (KOSELLECK, 1992, p.135-136).

A História dos Conceitos com a conotação atual, portanto, se ramificou de forma semelhante a uma história reflexiva da filosofia e do pensamento social e político com particularidades próprias, se desenvolvendo por meio de tradições da hermenêutica, da história da filosofia e da hermenêutica. Ela se propõe a explicar problemas teóricos como a definição do que deveria ser considerado um conceito, como, por exemplo, a distinção formal entre conceito e palavra.

O ponto de partida para a História dos Conceitos consiste em admitir que o tempo histórico precede as estruturações dos campos político e social, mantendo proximidade com a História Social. A noção de temporalidade passa a ser cara à História dos Conceitos, que se

empenha em problematizar a relação entre tempo histórico, tempo cronológico e historiografia e seus efeitos na compreensão de indivíduos e grupos sociais em um determinado momento. Nas palavras de Koselleck, a história dos conceitos é:

[...] um método especializado de crítica de fontes que atenta para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e político e que analisa com particular empenho expressões fundamentais de conteúdo social ou político”, e ao ser “uma análise histórica dos respectivos conceitos deve remeter não só a história da língua, mas também a dados da história social, pois toda semântica se relaciona a conteúdos que ultrapassam a dimensão linguística” (KOSELLECK, 2006, p. 103).

Segundo analisa Júlio Benthivoglio (2010, p. 115), a história dos conceitos teria como uma das grandes contribuições “demonstrar os vínculos existentes entre o pensamento social ou político e os sujeitos”, como as expressões se fundem no tempo histórico levando a novas formas de consciência histórica.

Koselleck afirma que essas novas formas de consciência se dariam a partir do modo como os indivíduos compreenderiam seu tempo histórico, ressignificando sua experiência histórica, de modo que faça sentido, sendo, portanto, assimilada hermeneuticamente (KOSELLECK, 1997, p. 69 apud BENTIVOGLIO, 2010, p. 118).

Benthivoglio analisa a relação entre a História dos Conceitos e da Teoria da História na busca de conferir sentido à existência dos sujeitos históricos:

Fica evidente que para o historiador alemão História Conceitual e Teoria da História caminham juntas, fazem parte do esforço hermenêutico dos sujeitos históricos de darem sentido à sua própria existência. Para se apoderarem da realidade, os homens necessitam dos conceitos e, por meio das experiências vividas e transformações sofridas, empreendem ações que se projetam no tempo e no espaço determinantes para sua autocompreensão (BENTIVOGLIO, 2010, p. 118).

Desta forma, o autor ressalta as semelhanças entre a Teoria da História e da *Begriffsgeschichte*, em relação à sua finalidade, relacionando a importância sobre a conceituação das palavras e do significado que tem para a busca da existência humana.

Fica evidente, portanto, que para o historiador, a História dos Conceitos e a Teoria da História caminham lado a lado, pois estão ligadas ao esforço hermenêutico dos sujeitos históricos de darem um sentido a sua existência, pois para se apoderar da realidade, o ser humano possui necessidade dos conceitos, fazendo por meio de experiências e transformações vividas projetadas no tempo, o que é essencial para sua compreensão.

O método da história dos conceitos de autoria do historiador Reinhart Koselleck, adquire uma dimensão muito maior que a metodologia historiográfica, devendo ser compreendida como uma teoria da história, pois além de definir sobre o que denominamos de “história” também permite avançar com uma análise sobre a própria modernidade (BENTIVOGLIO, 2010, p. 118).

Nesse sentido, pode-se dizer que a História dos Conceitos é um tipo de estudo de linguagem em se preocupa com um signo linguístico em particular que é o conceito. Koselleck se atentou para a historicidade dos conceitos e dos pensamentos políticos e sociais, nesse sentido os vinculou à realidade social e a compreensão hermenêutica, valorizando a dinâmica e a existência de significados, aparentemente diversos, dentro de uma mesma época e mesmo grupo social, explicando o caráter formativo e pragmático da construção e do uso dos costumes por meio da história.

Sintetiza-se, portanto, que o conceito não traduz apenas uma realidade, ele indica o significado no presente que reflete um passado e sinaliza um futuro, no entanto, nem toda a palavra pode ser taxada com um conceito social e político, pois estes possuem múltiplos significados generalizantes se tratando de experiências e expectativas (KOSELLECK, 2006, p. 108).

Definir conceitos não é uma tarefa fácil e, por este motivo, Koselleck é um historiador tão aclamado, pois suas obras são extremamente didáticas e exemplificativas, dado que a temática possui entraves linguísticos e conceituais a todo o momento.

Porém, conclui-se que o uso linguístico do conceito está diretamente ligado à manutenção de seus significados, entre presente, passado e futuro, que são contidos como um amálgama que, se dissociados, perderão seu verdadeiro sentido. Em outras palavras, podemos dizer que os conceitos devem ser operados hermenêuticamente através das temporalidades, em um movimento duplo, entre presente e passado, passado e presente, e que podem, portanto, serem compreendidos e projetados em um horizonte de expectativas possíveis para o futuro.

Importante ainda esclarecer, que cada conceito possui um campo semântico, composto por conceitos complementares ou paralelos que colaboram para formação de um campo de significado.

Um dos desafios enfrentados pela História Conceitual foi demonstrar quando surgem mudanças nos significados em torno dos conceitos. O conceito não é inalterável, não é estável, muito menos fixo, no entanto, deve ser entendido como um objeto que está mergulhado na temporalidade e na linguagem.

Na história da *Begriffsgeschichte* existiram muitas críticas como de Quentin Skinner, representante de uma vertente *anglófona* da abordagem *Collingwoodiana*, que defendia a

impossibilidade de se fazer uma História Conceitual, com a argumentação de que um conceito é sempre único se tratando de tempo e espaço. No entanto, o historiador reviu sua posição, mudando seu argumento e assumindo que seu próprio trabalho era uma forma de história conceitual (JASMIN, 2005, p. 28).

Nesse sentido, pode-se concluir que sem conceitos não haveria sociedade, muito menos história, pois todo conceito tem uma história e ambos nutrem projetos e sistemas políticos e sociais, que são compreendidos e ressignificados, entre diferentes temporalidades.

A História dos Conceitos conta com uma estrutura historiográfica que é, em grande medida, uma leitura sobre a construção da modernidade, feita por meio da emergência e transformação de conceitos fundamentais na organização da vida política e social.

Ela apresenta um grande avanço em relação à História das Ideias, demonstrando uma nova maneira de se pensar o método compreensivo na construção de uma teoria e de uma metodologia específica para a investigação entre palavras, indivíduos e coisas e suas relações.

1.3 Teoria e Metodologia

Diante do debate contextualizado anteriormente e nesse sentido, aponta-se que a partir do século XX, Koselleck se associa à tradição hermenêutica e desenvolve uma mudança linguística, reconhecendo a importância da linguagem nas interações sociais e na concepção ontológica da socialidade humana (JASMIN, 2005, p. 33)

O autor demonstra que todo conceito possui uma história, que está entrelaçada a sistemas políticos e sociais. Ele propõe uma análise, portanto, sobre o conceito, de forma sistemática, para demonstrar sua estrutura e a possibilidade de modificações e a partir disso, ele analisa métodos de aplicação da *Begriffsgeschichte* sobre esses conceitos.

Koselleck é um historiador com respeitável abordagem histórica e influência na ciência política, principalmente pelo fato de aproximar disciplinas tão complexas como ciências sociais e história. Sua proposta é uma história dos conceitos que centraliza o debate a respeito da pesquisa histórica sobre o pensamento político e também de suas representações sistemáticas na filosofia política (JASMIN, 2005).

As perguntas, elencadas abaixo, foram algumas questões norteadoras elaboradas por Koselleck em suas *Orientações para o léxico de conceitos político-sociais da modernidade* de 1967, o qual apresentava alguns questionamentos dos quais a história dos conceitos se basearia:

1) Até que ponto é comum o uso do conceito?; 2) Seu sentido foi objeto de disputa?; 3) Qual o espectro social de seu uso?; 4) Em que contextos históricos aparece?; 5) Com que outros termos aparece relacionado, seja como complemento ou como oposição?; 6) Por quem é utilizado, com que propósitos e a quem se dirige?; 7) Por quanto tempo esteve em uso?; 8) Qual é o valor do conceito na estrutura da linguagem política e social da época?; 9) Com que outros termos se sobrepõe?; 10) Converge com o tempo com outros termos? (KOSELLECK, 1967:81-9 apud BENTIVOGLIO, 2010, p. 119)

Portanto, observa-se, no excerto supracitado, que a história dos conceitos proposta por Koselleck, sistematiza, por vezes se valendo de perguntas dialéticas, o uso e a utilidade do método que propõe. Com isso, amplia o debate sobre a análise histórica do pensamento político, e constrói sua base teórico-metodológica por meio de concepções relativistas sobre a produção do conhecimento e a análise sobre a realidade e a verdade.

Koselleck define a História dos Conceitos como um procedimento que permite apreender a complexidade do processo de ressignificações de alguns conceitos ao longo do tempo. Mais do que um método a ser aplicado ou uma disciplina autônoma, a *Begriffsgeschichte* seria um instrumento complementar e necessário para a interpretação histórica (KIRSCHNER, 2007, p. 49).

Nesse sentido, mesmo sendo um historiador preocupado com a história do passado, Koselleck frisa a necessidade de construção de uma teoria subjetivista da história, considerando ela mesma como uma produção discursiva situada em algumas relações sociais. E, desta forma, reconhece a centralidade da linguagem nas interações sociais e na concepção ontológica do Universo (KOSELLECK, 2006, p.110).

Para o autor, a história dos conceitos não é apenas uma interpretação histórica, é um método que vai muito além de preocupações filológicas e etimológicas, ele levanta o princípio de que o conceito de história tem sua própria história. Um projeto que pretendeu contribuir com a discussão sobre a semântica dos tempos históricos.

Para Koselleck, a História Conceitual é um método especializado de crítica textual construído pela necessidade de compreensão do significado de palavras para o ser humano contemporâneo, possibilitando o estudo do contexto político e social.

Nesse sentido, fica clara a exigência metodológica básica da História dos Conceitos, qual seja: os conflitos sociais e políticos do passado devem ser interpretados e analisados por meio de seu horizonte conceitual contemporâneo, assim como era seu uso linguístico pelos atores que deles participaram, para que não reste obscuridade na explicação conceitual de proposições passadas em seus próprios termos (KOSELLECK. 2006, p. 79)

Metodologicamente, a história dos conceitos oferece recursos para operacionalizar pesquisas sobre a abrangência semântica de formas discursivas específicas, que se traduzem em conceitos fundamentais e na reflexão que historiadores fazem desta.

Em geral, para a *Begriffsgeschichte*, tanto os conceitos como as palavras são termos ambivalentes, mesmo sendo distintos entre si. O sentido da palavra direciona para o seu significado, no entanto, o sentido desta palavra é criado não somente por ela, mas também pelas intencionalidades de quem a utiliza, bem como pela situação social do contexto em que está inserida (KOSELLECK. 2006, p. 108). Deste modo, pode-se dizer que um conceito pode estar ligado a uma palavra, porém ele, ao mesmo tempo, significa mais que uma palavra, visto que este inclui o contexto histórico (KOSELLECK, 2006, p. 109).

O estudo semântico dos tempos históricos tem como objetivo a investigação de propriedades, características de cada período histórico, por meio da concepção da sucessão de diversos significados dos conceitos fundamentais que determinam a vida social, em outras palavras, cada momento histórico é caracterizado por uma maneira distinta de vivenciar a experiência passada, ou mesmo sua expectativa em relação à experiência futura.

Entende-se, portanto, que com a reflexão sobre passado e futuro, cada sociedade manifesta sua expectativa, conectadas por um ponto de vista simbólico e linguístico e assim situando-se em relação à experiência do presente, reconstituem constantemente sua concepção do passado e redefinem a visão do futuro.

Verifica-se assim, que percepção hermenêutica sobre o tempo histórico que se conecta com passado, presente e futuro numa constata mutabilidade sugere que a verdade dos fatos históricos é linguisticamente situada, ou seja, acontecimentos como guerras, pestes, grandes tragédias são experienciados de tal forma que redefinem suas próprias concepções linguísticas sobre esta determinada experiência, e precisamente, é esta a relação entre discurso e ação que o autor Koselleck coloca no centro de seu método de investigação histórica (KOSELLECK, 2006, p. 134).

Resta claro, portanto, que o cerne na investigação histórica proposta pela História dos Conceitos é a superação da concepção natural de tempo, pois para o autor o tempo assume uma dimensão diversa daquela que se estabelece no mundo natural no momento em que presenciamos e participamos de uma experiência social.

Desta forma, o tempo aqui é tomado como construção cultural e não mais como algo natural, e assim este determina a relação entre o que é conhecido e experienciado, com as possibilidades e expectativas do futuro.

Portanto, a história, por ser considerada um conjunto de fatos do passado, como concepção e conhecimento da vida e dimensão existencial deve ser aprendida em sua própria historicidade para construir um objeto teórico reflexivo que caminha para conhecer seus limites e suas consequências (JASMIN, 2005 p. 29).

Em uma palestra, que posteriormente se transformou em um artigo, o autor explicitou, brilhante e sucintamente, sobre a natureza teórica relativa à história dos conceitos, sintetizando em seis pontos. Na sua primeira especificação, Koselleck (1992, p. 134) aponta para a importância de saber o que pode ser um conceito, o qual poderia conceber a história, curioso apontamento que nos faz refletir que nem toda palavra pode ser transformada em conceito.

O autor chama a atenção ainda, para a diferenciação entre conceito e palavra, afirmando que cada palavra remete a um sentido, e que o sentido desta palavra indicará o conteúdo. No entanto, não são todos os sentidos atribuídos às palavras que são considerados como relevantes pela história dos conceitos, mais precisamente interessam conceitos que foram formulados por meio de uma teorização e que também possuem um entendimento reflexivo (KOSELLECK, 1992, p. 135).

A história dos conceitos pode, por exemplo, indicar a partir de quando, determinado conceito se tornou fruto de uma teorização e quanto tempo isso levou (KOSELLECK, 1992, p. 135).

Em seu segundo ponto, Koselleck trata sobre a utilização dos conceitos, explicitando que todo conceito é ao mesmo tempo efetivo se tratando de fenômeno linguístico e é também indicativo de algo localizado para além da língua. Em outras palavras, um conceito se relaciona sempre com o que se quer compreender, gerando uma relação entre conceito e conteúdo (KOSELLECK, 1992, p. 136).

Posteriormente, na terceira parte de sua divisão o autor relata sobre o um procedimento metodológico que denomina de “seleção”, que aborda sobre os critérios seletivos dentro da História dos Conceitos. O autor ressalta que todo conceito está inserido em um contexto, mas que também pode atuar nele, fazendo com que se torne compreensível.

Nesse sentido, para ele, todo conceito está entrelaçado em perguntas e respostas, contextos e textos, e por isso possui a necessidade de selecionar, posto que a história dos conceitos é, antes de tudo, um método de crítica de fontes e que procura termos relevantes na sociedade e política (KOSELLECK, 1992, p. 137).

Ainda nessa etapa, o autor utiliza uma metáfora bastante didática em que compara o trabalho de um fotógrafo com um pesquisador dentro da história dos conceitos:

Para tirar uma fotografia posso ajustar minha máquina de acordo com a distância do objeto a ser fotografado: a perspectiva (se de mais perto ou de mais longe) vai me obrigar a um foco diferente. Assim, tanto poderei proceder à análise dos conceitos a partir de um método que privilegiará textos comparáveis, quanto poderei proceder metodologicamente expandindo minha análise ao conjunto da língua (KOSELLECK, 1992, p. 137).

Desta forma, o autor quer dizer que o objeto se mantém o mesmo, no entanto, o que se altera é a perspectiva em relação a ele, em que a história dos conceitos permanece em uma metódica consistente, com fronteiras, limites e vantagens.

Em sua quarta parte, o autor ressalta a hipótese de que todo conceito só pode ser pensado uma única vez, explicitando o caráter único em que o conceito é formulado. Para ele há essa possibilidade, pois, a construção do conceito está diretamente relacionada a uma situação real e concreta que não pode ser repetida. Portanto, para o autor, o que possibilita a escrita de uma História dos Conceitos é, justamente, o fato de que mesmo a palavra permanecendo a mesma, seu conteúdo pode sofrer alterações.

Para exemplificar, temos os conceitos de Democracia, Estado, e cidadão, palavras que tiveram seus conceitos transformados através do tempo, mesmo permanecendo semanticamente da mesma forma.

O conceito de cidadania, por exemplo, conceito restrito e originário de uma cidade, passou a ser conotativamente de todo o mundo, o que constata que o termo empregado está diretamente relacionado com a experiente história de um determinado local unicamente, porém, apesar da palavra continuar, semanticamente a mesma, seu conceito pode ser alterado substancialmente (KOSELLECK, 1992, p. 138).

Como, por exemplo, o termo de Democracia que, desde seu uso na Grécia Antiga, teve muitas modificações para os dias atuais, evidenciando que o termo se tornou generalizante, podendo ser utilizado pela política das mais diversas formas, o que faz surgir uma necessidade de atribuição de definições adicionais para que atinja uma especificidade política como democracia popular, democracia social, entre outras (KOSELLECK, 2006, p. 308).

Na busca de conferir sentido ao tempo histórico e todas as formulações hermenêuticas que conferem sentido ao uso dos conceitos em um dado tempo histórico, Koselleck objetivava elevar o conceito como ponto chave para a interpretação de determinados processos históricos e ações políticas, pois, atesta que “sem conceitos comuns não pode haver uma sociedade e, sobretudo, não pode haver unidade de ação política.” (KOSELLECK, 2006, p. 98)

Conclui-se, portanto, que os conceitos não são atemporais, eles exibem temporalidades distintas, por meio de um processo de ressignificação para dar novo significado a uma velha palavra.

Nos estudos do autor, há, portanto, três tipos de fontes para o esboço dos conceitos, quais sejam: fontes primárias com grande quantidade documental, cujo sentido primeiro é uma leitura única, linguagem do cotidiano, ato único que não acontece todos os dias, e a obras clássicas, textos inalterados no decorrer das edições (KOSELLECK, 1992, p. 143-145).

A História Conceitual, portanto, ultrapassa a alternativa estreita entre sincronia e diacronia, remetendo-se à possibilidade de simultaneidade que possa estar em um conceito.

Após os cinco apontamentos para o entendimento de seu método, o autor desenvolve o sexto como um importante passo que torna a história conceitual um instrumento de pesquisa muito interessante para o historiador, a diferenciação entre apreensão linguística e realidade concreta dos fatos.

Nesse sentido, as fontes textuais podem mostrar indicações sobre a história concreta e as qualidades que possuem para produzir conjuntamente histórias, mostrando que a investigação de um determinado conceito deve registrar suas diferentes designações para os fatos e não somente para o significado das palavras e suas mudanças.

Koselleck acredita ser teoricamente errôneo o argumento que reduz a história a fenômeno de linguagem, como se a língua devesse se constituir na última instância da experiência histórica, nesse sentido, dá-se o entendimento de que o trabalho do historiador se trataria puramente no campo da hermenêutica (KOSELLECK, 1992, p. 136).

Encontramos, portanto, uma grande contribuição do autor Koselleck sobre a definição dos conceitos, na adequação de seu uso, o que, conseqüentemente, nos auxilia a um melhor entendimento sobre fatos históricos. Os conceitos são pontos estratégicos para a interpretação de conjunturas históricas.

A história, portanto, não se reduz ao um mero fenômeno de linguagem, caso contrário, a história seria um trabalho puramente hermenêutico, pois a língua não é constituinte da experiência histórica. Koselleck entende que os conceitos são fundamentados em sistemas político-sociais, muito mais complexos do que se fossem compreendidos pura e simplesmente pela linguística, sob determinados conceitos-chave (KOSELLECK, 1992, p. 134-146), portanto, a acuidade histórica em uma análise não se encerra nas possibilidades interpretativas da linguística ou da hermenêutica.

Koselleck entende como fato que a História dos Conceitos é caracterizada por sua dupla-função, ao argumentar que ela trata tanto dos conceitos que existem em seu tempo, que podem

ter alterações em seus significados, como conceitos operacionalizados pela historiografia, sem encontrar referências no léxico do passado.

Para o autor, a história dos conceitos teve sua origem:

[...]começou como crítica à tradução descontextualizada de expressões cronologicamente relacionadas ao campo semântico constitucional; em seguida, essa especialização pretendeu uma crítica à história das ideias, compreendida como um conjunto de grandezas constantes, capaz de se articular em diferentes formas históricas sem qualquer alteração essencial. Ambos os impulsos conduziram a uma delimitação metodológica mais precisa, pois, ao longo da investigação de um conceito, tornou-se possível investigar também o espaço da experiência e o horizonte de expectativa associados a um determinado período, ao mesmo tempo em que se investigava também a função política e social desse mesmo conceito.” (KOSSELLECK, 2006, p. 104)

A relação entre passado e futuro é primordial dentro da história dos conceitos, de modo que pode ser considerada um importante elemento teórico. Para o autor, a definição de tempo histórico é constituída por meio de dois conceitos assimétricos: espaço de experiência e horizonte de expectativa.

A formação do tempo histórico só é possível pelo conflito formado por essas duas categorias. Mesmo que esta seja uma caracterização genérica dessas categorias, o fato é que por meio da tensão entre elas, fica evidente que as análises de experiências submetem a expectativas que são projetáveis para além da cronologia (KOSSELLECK, 2006, p. 106).

Experiência e expectativa são categorias que ligam o passado e o futuro, e se corretamente utilizadas encaminham para a descoberta do tempo histórico por conduzirem ações concretas no movimento social e político (KOSSELLECK, 2006, p. 308). Essas duas categorias revelam como passado e futuro se expressam na experiência do presente em relação à referência semântica, juntamente com a própria dualidade interpretativa do historiador.

Em outras palavras, conclui-se que o tempo histórico não é uma unidade sequenciada como o tempo cronológico, mas sim, uma ideia plural e diversificada das ações humanas e suas experiências temporais, que atuam concomitantemente, em simultaneidade, repetições e sobreposições, de modo que não há como afirmar a singularidade do tempo histórico. Segundo Koselleck,

[...] há que se por em dúvida a singularidade de um único tempo histórico, que há que se diferenciar do tempo natural mensurável. Pois, o tempo histórico, se é que o conceito tem um sentido próprio, está vinculado a unidades políticas

e sociais de ação, a homens concretos que atuam e sofrem, a suas instituições e organizações. (KOSELLECK, 2001, p. 14)

Para Koselleck, compreender a questão do tempo histórico só é possível quando e se podemos compreendê-lo, inserido em uma determinada realidade da vida social e das organizações políticas e sociais humanas.

Portanto, para a História Conceitual, os conceitos políticos e sociais servem para dar significado de experiências vividas no passado e também saber sobre as expectativas de significação no futuro, pois, a todo o momento, eles propõem indicar horizontes de expectativa de um futuro, integrados aos significados de conceitos do passado. Em outras palavras, diante de cada conceito, subjaz um arcabouço histórico e semântico do qual ele é tributário e que, em um movimento duplo, interliga-se aos conceitos que ele produz e projeta no futuro.

Dessa forma, a História conceitual faz com que a linguagem se torne um agente de transformações sociais e, ao mesmo tempo, um campo de batalhas semânticas, buscando definir posições sociais e políticas.

Nesse sentido, a metodologia da História dos Conceitos transcende o estudo da origem das palavras e de como estas evoluíram através dos anos, ultrapassa a matéria do desenvolvimento da língua por meio de textos escritos, pois também propõe um estudo sobre a consciência humana, sua realidade e possibilidades existenciais.

No entanto, não são todos os conceitos que são passíveis de uma análise para a *Begriffsgeschichte*. Para ela, há interesse em textos selecionados que possuem uma experiência temporal propagada através da linguagem, implícita ou explicitamente. Devem, portanto, serem textos que possuam conceitos que abordem o passado e um determinado futuro (KOSELLECK, 2006, p. 15).

Para Koselleck, a noção de conceito tem uma característica peculiar, se tratando de uma palavra com uma característica que representa muitos significados, com relação direta a períodos de transições e mudanças sociais no tempo, principalmente dentro da modernidade burguesa, o que gera um fenômeno que esses conceitos contenham ao mesmo tempo significado do passado e também um horizonte de expectativa do futuro.

Os conceitos estudados pela *Begriffsgeschichte* são basicamente as fontes, que são escritas em textos originais e que possuem o escopo da tradução contemporânea de conceitos do passado e a científica, que verifica a capacidade de proveito das definições contemporâneas desses conceitos. A História Conceitual, portanto, carrega uma exegese que possui como objetivo decifrar significados dos conceitos sociais e políticos, presentes em textos que abordam uma relação entre passado e futuro.

Os conceitos, para Koselleck, quanto ao seu aspecto temporal, podem ser divididos em três grupos. O primeiro como conceitos tradicionais da doutrina aristotélica, os quais possuem significados parcialmente permanentes e que ainda podem ser compreendidos pela semântica atual, por exemplo, Democracia. O segundo grupo são conceitos em que seus significados foram alterados através do tempo como classe ou história, conceitos que só podem ser compreendidos com uma reconstrução de seus significados anteriores. E em terceiro são conceitos criados durante o mesmo tempo que seus significados que ajudaram a formar e interpretar, como liberalismo, socialismo (KOSELLECK, 2006, p. 106).

Há também conceitos considerados como assimétricos antitéticos, que surgem quando estudados em pares, chamados de conceitos binários por possuírem intrinsecamente um fenômeno de inclusão e exclusão, pois abrangem aqueles que reivindicam seu uso, mas também excluem os que não fazem parte dessa unidade, como o significado das palavras pólis, povo, classe, partido (KOSELLECK, 2006, p.195).

Alguns conceitos possuem um potencial generalizador, pois tem a capacidade de se referir transversalmente a múltiplos casos e que pode ter um desdobramento em relação a aspectos como tempo e espaço.

Se tratando de um potencial generalizador diacrônico, o conceito pode ter menos ou mais capacidade de ser extensível para situações históricas diferenciadas, ou seja, situações que se sucederam no tempo. Quanto ao potencial generalizador sincrônico refere-se à capacidade de um conceito ser aplicável em sociedades diferentes no mesmo tempo, ou seja, em espaços distintos de análise em uma mesma época (KOSELLECK, 2006, p.106). Por exemplo, o conceito de crise pode ser considerado diacrônico, enquanto que, o conceito de feminismo é sincrônico, pois se trata de um conceito que só pode ser utilizado para o período em que foi criado. Koselleck está vinculado a uma proposta de história social de longa duração, estabelecendo, assim, como ponto central de seus estudos a diacronia (entendido não como um processo de mudança estrutural da palavra, mas quando o conceito passa a ganhar nova conotação) presente na semântica dos conceitos. O autor procura mostrar e defender a tese de que a diacronia está inserida na sincronia (se estabelece pela repetição das estruturas semânticas ao qual um mesmo termo emprega realidades históricas distintas) (KOSELLECK, 2006, p. 106).

[...]devemos partir teoricamente da possibilidade de que em cada uso pragmático da linguagem, que é sempre sincrônico, e relativo a uma situação específica, esteja contida também uma diacronia. Toda sincronia contém sempre uma diacronia presente na semântica, indicando temporalidades diversas que não posso alterar (KOSELLECK, 1992, p. 141)

Para Koselleck, um de seus seis pontos mencionados anteriormente: o uso pragmático da língua é sempre único e irrepetível, porque se exige que haja repetição semântica para a comunicação linguística. No entanto, ao mesmo tempo, que a palavra pode sempre continuar a mesma, seu conceito pode sofrer modificações. (KOSELLECK, 1992, p. 141).

Nesse sentido, o autor afirma que a diacronia está contida na sincronia, sendo que a força diacrônica deve ser suscetível de ser qualificada de algum modo quando se pretende trabalhar, empiricamente. É, portanto, a perspectiva diacrônica que pode ponderar a duração e o impacto de um conceito (KOSELLECK, 1992, p. 143).

Por sua vez o potencial generalizador sincrônico é a capacidade de um conceito ser aplicável em sociedades diferentes no mesmo tempo, ou seja, em espaços distintos de análise em uma mesma época.

A teoria *koselleckiana* da História dos Conceitos perpassa pela importância central conferida à diacronia, de modo que sua teoria compreende que sincronia e diacronia são categorias de análise complementares, ou seja, não se pode estudar um fenômeno ou processo histórico sem considerar seus matizes e divergências conceituais inseridas na perspectiva de longa duração.

O estudo diacrônico requer atenção aos novos significados, permanências e rupturas semânticas, de modo que, nas palavras de Koselleck, “Não é necessário que a permanência e a alteração dos significados das palavras correspondam à permanência e alteração das estruturas por elas designadas” (KOSELLECK, 2006, p.114). Compreende-se, portanto, que embora a palavra possa não sofrer alteração conceitual, o arcabouço lexical e hermenêutico o qual ela designa, pode alterar ao longo do tempo, como aponta Koselleck:

Todos os exemplos mencionados até aqui, ou seja, a história do conceito "burguês", do conceito "democracia" ou do conceito "federação", compartilham uma característica formal comum: abordam estados, do ponto de vista sincrônico, e suas alterações ao longo do eixo diacrônico. Dessa forma, buscam aquilo que, no domínio da história social, é caracterizado como as estruturas e suas alterações. Ainda que não se possa depreender, imediata e diretamente, a realidade a partir do conceito, a história dos conceitos tem como premissa refletir essa coincidência. Decorre daí uma tensão produtiva, rica em ensinamentos para a história social (KOSELLECK, 2006, p. 114).

Nesse sentido, podemos concluir que o estudo dos conceitos, estudados e empregados metodologicamente, pretendem esclarecer, através do entendimento dos seus significados sincrônicos e diacrônicos, o modo como o mundo moderno tomou consciência de sua própria

modernidade. Além disso, pretende também desvendar possíveis significados não concretizados no mundo moderno.

Por fim, podemos compreender que por meio da metodologia da História dos conceitos e partindo de um estudo das temporalidades históricas, podemos dizer que um conceito pode ser tributário de um conjunto semântico de saberes do passado.

A análise dos conceitos clássicos, suas formulações derivadas e a análise diacrônica, constituirão o cerne do trabalho que se seguirá no próximo capítulo, a fim de buscar ampliar a compreensão do conceito de clientelismo e evitar a imprecisão conceitual. Essa questão faz-se fundamental, como aponta José Murilo de Carvalho:

Há momentos em que as pesquisas demoram para avançar por certas imprecisões conceituais, bem como por dificuldades de aplicação dos conceitos de forma vantajosa, desta forma a História dos Conceitos ampara de forma decisiva para diminuição de indefinições e dificuldades em suas aplicações (CARVALHO, 1998, p. 130).

Portanto, alinha-se aqui uma das pretensões deste trabalho, que é elaborar um estudo do clientelismo a partir de uma análise diacrônica, como fenômeno interpretado no presente e que se alonga e se projeta em uma temporalidade diferente daquela pretérita em que seu conceito foi elaborado e compreendido.

No capítulo 2, a proposta será a de dialogar entre as formulações fundadoras do conceito de clientelismo, bem como o debate presente em seus intérpretes, buscando, por fim, analisar diacronicamente seu conceito. O objetivo a seguir será o de demonstrar como este conceito se modificou ao longo da produção historiográfica e, sobretudo, em sua acepção como fenômeno de longa duração em seus movimentos contidos em outras temporalidades.

2 ANÁLISE CONCEITUAL DO CLIENTELISMO

E aqui situa-se o ponto que pode sustentar minha defesa de uma história dos conceitos: ela pode ser escrita, posto que em cada utilização específica (*situative Verwendung*) de um conceito, estão contidas forças diacrônicas sobre as quais eu não tenho nenhum poder e que se expressam pela semântica. (KOSELLECK, 1992, p. 6).

O primeiro capítulo da pesquisa discorreu sobre os aspectos fundamentais da categoria da História dos conceitos, abordando a história do uso dessa categoria, suas características essenciais e de que modo ela se constituiu como ferramenta historiográfica de análise para a compreensão de processos históricos e dos conceitos nas temporalidades históricas.

O debate abordado no capítulo anterior se ateve em situar a relevância e o cuidado necessários no tratamento dos conceitos, as peculiaridades da história conceitual situada no espaço e tempo, os riscos e cuidados que ela demanda, bem como a relevância de uma ideia tão cara aos historiadores: a questão da temporalidade histórica. Busca-se discorrer sobre a categoria da História conceitual, situando a importância dos conceitos de sincronia e diacronia como elaborações intelectuais fundamentais para o estudo dos conceitos.

Neste capítulo, será feita uma discussão sobre a genealogia das ideias que fundaram o conceito de clientelismo, das ideias fundadoras das ciências sociais modernas e das elaborações teóricas consideradas clássicas pelo pensamento historiográfico e sociológico brasileiro, buscando demonstrar a partir das interpretações clássicas, os “vícios” da origem de nossa formação nacional que remetem à herança colonial.

Para cumprir esse objetivo, este capítulo foi organizado em duas vertentes explicativas, sendo a primeira, a que aborda o eixo explicativo das teses tributárias do patrimonialismo e do feudalismo, consideradas basilares e fundadoras do pensamento social e político nacional, enquanto que, na segunda parte, abordaremos as interpretações dessas teorias fundamentais e o problema da imprecisão conceitual do clientelismo para uma compreensão na perspectiva de longa duração.

Na primeira parte, serão abordados os autores que fundaram as primeiras interpretações sobre a formação política brasileira seguindo as vertentes clássicas do patrimonialismo, patriarcalismo. Na segunda parte, faremos uma análise do debate teórico acerca das interpretações que entendem o clientelismo como um fenômeno de base societal, elaborando um debate acerca da dicotomia entre o atraso e a modernidade política, representadas pela oposição entre campo e cidade, que atribuíram grande importância ao fenômeno do coronelismo, como prática fundamental das relações políticas no início do período republicano

e elencando as críticas relacionadas às interpretações de seu caráter residual nas relações políticas contemporâneas.

Na segunda parte, também será focalizada uma grande questão norteadora dos estudos recentes acerca do clientelismo: o problema da imprecisão conceitual, que tem acalorado os debates acadêmicos na historiografia política das últimas décadas.

Nessa parte, dialogaremos a produção historiográfica dos autores que operam o conceito de clientelismo, a partir de um debate proposto por acadêmicos, como José Murilo de Carvalho e Paulo D'Ávila Filho, que afirmam a possibilidade de uma dimensão não estática do conceito de clientelismo, que se alonga e se modifica no tempo, segundo as correntes historiográficas e as interpretações ao longo da segunda metade do século XX.

O debate sobre a imprecisão conceitual do clientelismo servirá de base para o fechamento deste capítulo, onde será proposta uma análise diacrônica, propondo um estudo semântico do conceito em diferentes temporalidades históricas.

2.1 As formulações clássicas do conceito

A intelectualidade das primeiras décadas do século passado se ateve ao estudo de um eixo explicativo que cunhou algumas teorias da formação social e política brasileira, relacionando conceitos e categorias explicativas para compor o quadro de análise para compreender as características perniciosas de nossa formação, ao longo da história.

Aqui, estamos a falar dos primeiros estudos e referências à peculiar formação social brasileira, que perduraram durante décadas entre os estudiosos, que entendiam que nossa formação social estaria fadada a uma perspectiva evolucionária, determinada historicamente pela herança das estruturas políticas da colonização portuguesa.

Nessa linha, podemos destacar alguns eixos explicativos situados na linha ideológica, o que se evidencia a partir de 1930 nas obras que advogavam em torno de um conjunto de ideias rigorosamente construídas com base antiliberal e estadonovista, sendo essas situadas no eixo explicativo do pensamento autoritário brasileiro.

Essa vertente autoritária do pensamento político brasileiro teve, no início, alguns dos mais influentes intelectuais da época como, Oliveira Viana e Gilberto Freyre, que defendiam o elitismo como fator de modernização, ante os princípios liberais e o sufrágio universal.

Oliveira Viana defendia as oligarquias do início do século passado, pautado em ideias do Darwinismo social, ao advogar que os povos civilizados deveriam “evoluir” na medida em

que se submetessem à autoridade forte e centralizada, em detrimento aos princípios federalistas e liberais (MEDEIROS, 1978. p.163).

Na mesma vertente autoritária, situava-se o pensamento do ensaísta Gilberto Freyre, que é considerado (com justiça ou não) o ideólogo da democracia racial, embora nunca tenha se referido, em sua mais influente obra, *Casa grande & senzala*, a esse conceito (MELO, 2009. p. 291).

Freyre atesta uma visão senhorial, elitista e aristocrática da história brasileira, segundo o qual, a escravidão teria contribuído, juntamente com as heranças sociais portuguesas para compor uma sociedade mimética, profundamente influenciada por uma perspectiva dualista, de matriz portuguesa e africana, em que a sociedade brasileira seria esboçada como “harmoniosa nas suas relações sociais”, na tentativa de “sugerir um pacto entre os letrados brasileiros para superar o trauma da escravidão – as culpas e os preconceitos herdados por essa instituição- e assim construir a nação” (MELO, 2009. p. 290-291).

Questionava-se com base nos discursos autoritários do início do século XX, a ideia da existência de um povo e da inexistência de uma nação, enquanto unidade social coesa. As ideias positivistas, que permearam as análises dos teóricos da vertente considerada autoritária, partiriam do pressuposto de que a nação possui um povo, mas não uma unidade que caracterizasse um projeto de nação (FAUSTO, 2001, p. 16).

De modo geral, pode se compreender, que o clientelismo surgiria gradualmente, como instrumento de troca e regulação das relações políticas, que seria, ainda no início do período republicano, entendido como sintoma de certo “atraso” que ocorre em uma nação que precisava urgentemente se “modernizar” diante de uma população “não civilizada” onde a proposta modernizadora deveria, ademais, exercer sua tutela e conduzir a nação ao progresso. Ideias essas tão caras às doutrinas positivistas do fim do século XIX, que fundaram nossa primeira República.

Diferentemente do que atestava a vertente autoritária, alguns dos teóricos que viriam no decorrer do século XX, iriam pautar seus modelos explicativos dentro de uma vertente nacionalista, trazendo uma nova visão sobre a teoria do “atraso”. Para alguns desses teóricos, o clientelismo não deixaria de existir na medida em que a sociedade se modernizasse, em contrapartida, seria incorporado às novas estruturas sociais e políticas ao longo da história, se adaptando ao sistema político da época, como abordaremos ao longo deste capítulo.

Por uma questão de ordenamento lógico, historiográfico e conceitual, iniciaremos o capítulo com os autores clássicos que trabalham no eixo teórico do patrimonialismo, propondo uma discussão das formulações clássicas dos conceitos e categorias explicativas da formação

social brasileira. Na sequência, será feito um debate sobre os autores que interpretam as teorias clássicas da formação social brasileira, buscando trazer diferentes visões e entendimentos derivados dessas visões.

Sabe-se que as teorias pioneiras da formação social brasileira passaram a estudar o clientelismo, entre outras práticas de transgressão política, a partir de um agrupamento comum, que a partir da década de 1930, passaram a categorizar as estruturas predominantes na formação social brasileira, como atesta o eixo explicativo do patrimonialismo. Neste eixo explicativo, se situa o debate de alguns teóricos clássicos do pensamento social brasileiro, como Raymundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda, que nortearão o debate a seguir.

As interpretações clássicas, a respeito dos problemas da formação nacional, tributavam a raiz de nossos “males” a uma espécie de “vício” de origem, que ainda que não tipificado sob qualquer nomenclatura ou conceito totalizante, relacionava-se com as práticas que mais se aproximam do que hoje se entende por clientelismo. Ainda que não houvesse naquele período nome ou conceito para tal prática, como temos hoje, se considerava sua relevância para elucidar a formação social e política brasileira.

Sobre os eixos explicativos das raízes do “atraso” brasileiro, Paula D’Avila Filho nos elucida que:

Podemos identificar, ao menos, duas formas clássicas com que nosso pensamento social e político interpretou a gênese dos grandes males nacionais: uma opera com o eixo explicativo do patrimonialismo, seja ele uma herança ou não de nossa colonização; outra com o mandonismo, epicentro de nossa falta de integração social. Duas leituras que organizam nosso pensamento político desde o século passado e perpassam nossa tradição intelectual, ainda marcantes, embora com novas roupagens, em produções acadêmicas mais recentes. Estas vão configurar um campo profundamente enraizado em nossa cultura. Eixos que imprimem um certo olhar sobre o fenômeno do clientelismo, identificando-o com o atraso (D’AVILA FILHO, 2003, p.149-150).

Nesse sentido, duas obras clássicas se sobressaem: *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado em 1936 e *Os Donos do Poder*, de Raymundo, publicado em 1958, que marcaram o início das reflexões das ciências sociais e da história política no esforço de compreender as raízes históricas das práticas análogas à corrupção e sua gênese nas estruturas sociais e políticas da formação nacional.

Discorre-se, inicialmente sobre a mais influente obra de Sérgio Buarque de Holanda, que propõe uma compreensão da formação social e política brasileira baseada na estrutura patriarcal da família, como o autor atesta em que, em nossa gênese social, as tradições de tipo

“acentuadamente particularistas” levariam a formação da sociedade, das estruturas de poder político e, conseqüentemente do Estado, a constituírem-se de maneira notadamente atrasada em relação aos moldes sociais e institucionais europeus e americanos.

Segundo Sérgio Buarque, ao longo da formação social brasileira, frequentemente tem se encontrado dificuldade em compreender e assimilar nas relações sociais e políticas, as diferenças entre os domínios do público e do privado (HOLANDA, 1969, p.145).

A análise de Buarque remete à crítica de que o tipo de administração da *Res-pública* que aqui se consolidou, baseou-se na atuação do tipo de funcionário patrimonial, e não um funcionário puramente burocrata, no sentido weberiano de administração racional-legal. Como atesta o autor, “Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem, relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos [...]” (HOLANDA, 1969, p.105).

Segundo os princípios da administração burocrática weberiana, pautados no tipo de dominação racional-legal, uma das categorias fundamentais que postula o ordenamento da administração burocrática, entende-se que “aplica-se o princípio da separação absoluta entre o patrimônio (ou capital) da instituição (empresa) e o patrimônio privado (da gestão patrimonial)” (WEBER, 2012, p.143) e que deve ocorrer como condição inalienável, através da impessoalidade, sem apropriação do cargo, de acordo com os princípios universais da administração burocrática.

Nesse sentido, segundo a tese de Buarque, a administração pública no Brasil teria se constituído como um desvio à norma das administrações burocráticas segundo as categorias de análises weberianas. Aqui se formaria então, na figura do funcionário patrimonial, um tipo discordante à norma, uma espécie peculiar, que iria tratar e gerir a coisa pública como propriedade particular.

Pautado em interesses privados, o funcionário patrimonial seria profundamente influenciado pela pessoalidade nas relações políticas, que permeariam suas funções administrativas profundamente marcadas pelo caráter personalista e afetivo, onde a norma e o caráter racional das relações políticas e da administração como um todo, dariam lugar às ações que permeariam o privilégio, as relações de compadrio, amizade, influência e camaradagem.

Para caracterizar a essência do funcionário patrimonial, Sérgio Buarque afirma que eles se caracterizam:

Pelo que separa o funcionário “patrimonial” do puro burocrata, conforme definição de Max Weber. Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os interesses e os benefícios que deles aufer, relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalece a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer as funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as capacidades próprias (HOLANDA, 1969, p.144-145).

Portanto, esse tipo de funcionário patrimonial seria escolhido para a administração segundo critérios relacionados aos laços pessoais pautados em confiança e amizade, em detrimento dos atributos de competência, técnica e capacitação formal. O autor afirma que o Estado burocrático brasileiro seria então onde “Falta a tudo a ordenação impessoal” (HOLANDA, 1969, p. 145).

A administração burocrática brasileira era exercida, via de regra, por funcionários que atendiam pelos interesses particularistas, cuja ação pautava-se no predomínio das vontades particulares sobre a norma impessoal e que atuavam em seus próprios “círculos fechados e pouco acessíveis a uma administração impessoal” (HOLANDA, 1969, p. 145).

Essa confusão entre a esfera pública e a esfera privada, também ocorre devido ao fato de o funcionário patrimonial ver no Estado uma “ampliação do círculo familiar”, de modo que o autor afirma não existir “entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição” (HOLANDA, 1969, p.106). Cabe observar, contudo, que a família assume um papel fundamental para a organização política, uma vez que, segundo Buarque, “A família patriarcal fornece... o grande modelo por onde se hão de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados” (HOLANDA, 1969, p. 85).

A confusão entre as esferas pública e privada constitui então, a característica essencial do funcionário patrimonial, que por sua vez, adota na esfera pública e no exercício do cargo, os valores de tradição patriarcal e familiar, constituindo uma cultura e um *modus operandi* essencialmente personalista, informal e afetivo, cujo um dos traços marcantes seria a repulsa a qualquer hierarquia racional (HOLANDA, 1969, p. 184).

Nesse sentido, chegamos aqui a uma ideia fundamental para o entendimento do pensamento buarqueano acerca de nossa formação: o homem cordial, um conceito desenvolvido acerca da formação das mentalidades históricas e que seria o retrato enraizado de nossa formação social, que encontraria no meio patriarcal do período colonial, sua expressão na formação das raízes do caráter brasileiro.

O homem cordial seria entendido como o ser social cujas ações seriam pautadas por uma expressiva aversão ao formalismo e hierarquias racionais, onde prevaleceriam em suas ações as características dos laços familiares e a afetuosidades, trazendo para a esfera pública seus valores personalistas e patriarcais da esfera privada.

Sobre o conceito de homem cordial, Sérgio Buarque atesta:

Já disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, o menos, em que permanece ativa e fecunda a influência dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal (HOLANDA, 1969, p. 145-146).

A cordialidade, traço essencial deste “homem cordial”, não teria aqui nenhuma relação com a bondade, civilidade ou virtude, ao contrário, demonstraria pela adjetivação, aquele ser cuja ação é profundamente marcada por traços de pessoalidade e intimidade. Segundo Buarque, essa extrema dificuldade do homem cordial em lidar com normas racionais e impessoais teria impossibilitado aqui a formação de um Estado burocrático de tipo ideal racional-legal, pautado em valores universais, formais e racionais.

A “cordialidade” descrita por Holanda nos remete a ideia de que o homem cordial não seria capaz de agir de modo a compor as relações políticas de forma impessoal e separar as instâncias públicas e privadas. Em outras palavras, para o homem cordial não há separação entre Estado e família.

A “cordialidade”, no sentido buarqueano, entende-se como a ação através de afetos que acabam, no fim, mascarando a violência social e os conflitos. Segundo Sérgio Buarque, a cordialidade é uma característica presente no seio das relações sociais brasileiras, que fortalece e legitima o patrimonialismo. Sendo assim, aprofunda a relação íntima que temos no Brasil, entre a esfera pública e a esfera privada, o que possibilita, entre tantas práticas cotidianas nas relações sociais e também nas relações entre Estado e sociedade civil, a expansão da corrupção e suas inúmeras variantes, travestidas do “jeitinho” brasileiro e na cultura de buscar o menor esforço e o maior ganho.

Nesses casos, a cordialidade representaria uma relação social hipócrita, com o objetivo de mascarar as violências, trazendo “para debaixo do tapete” todos os novos vícios e conflitos intrínsecos nas relações sociais.

Sérgio Buarque de Holanda foi também o primeiro pensador a utilizar o conceito de patrimonialismo no Brasil, que é por ele entendido com a invasão de interesses privados na

esfera pública, que ocorre de modo particular, aqui no Brasil, haja vista, que ao fim e ao cabo da formação social brasileira, aqui ainda acrescenta-se a afetuosidade, que é a característica marcante do homem cordial e que serve de substrato para a cultura da corrupção.

Retomando a ideia inicial, esboçada na introdução deste capítulo, o estudo dos autores clássicos nos oferece preciosos subsídios historiográficos e semânticos para buscar alicerçar a análise conceitual do clientelismo, desde as formulações clássicas, que alavancaram os primeiros estudos sobre a formação social brasileira, bem como as interpretações derivadas do conceito de clientelismo.

É importante observar também, que Sérgio Buarque, em nenhum momento em sua obra, citava o conceito de clientelismo e não buscou afunilar com precisão conceitual o amplo conjunto de práticas derivadas da formação social colonial, bem como do patriarcalismo rural.

Não há em *Raízes do Brasil* a menção ao clientelismo enquanto prática ou comportamento político, no entanto, podemos compreender que a prática do personalismo e da cordialidade constituem meios para analisar e qualificar o aparato estatal que se consolidou no Brasil nas primeiras décadas do século XX como tributárias de um vício de origem profundamente enraizado nas relações políticas e administrativas e que, portanto, nos fornece relevantes subsídios teóricos para a análise de quaisquer práticas análogas à corrupção.

Entre as teorias clássicas da formação social e política brasileira, assim como a obra de Sérgio Buarque, destaca-se o fundamental trabalho de Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder: a formação do patronato político brasileiro*, que propõe uma análise da gênese do patrimonialismo como estrutura política herdada do império português. O trabalho de Faoro constitui uma das formulações clássicas que propõe a elucidação da formação cultural da não diferenciação entre as esferas pública e privada decorrentes do processo de colonização e formação social herdadas das estruturas administrativas ibéricas.

O historiador Raymundo Faoro, descreve, de maneira abrangente, práticas que poderiam ser reconhecidas como elementos indissociáveis do conceito de Clientelismo, e, por meio de uma abordagem heterogênea e organizada, ainda, disserta sobre o desenvolvimento das relações políticas e do desenvolvimento do Estado brasileiro, influenciados dentro do modelo analítico de Weber (FAORO, 2001, p. 28).

No entanto, é importante ressaltar que, além de se basear na visão de Estado Patrimonial por meio dos estudos de Weber, Faoro também aplica suas impressões dos estudos de Carl Schmitt, Herbert Kruger e V. Waldeck, discorrendo a partir desses estudos sobre a existência de dois tipos de propriedade, a primeira, propriedade individual, comum e a segunda uma “sobrepropriedade”, espécie de propriedade em que a pessoa do soberano e do titular são

confundidas, fazendo o monarca sobreproprietário de toda a riqueza e de toda economia (FAORO, 2001, p. 893-894).

A “sobrepropriedade”, portanto, seria uma justificativa do direito de apropriação sobre pessoas e bens, conjuntura que acarretaria uma identidade entre poder e a coisa sobre a qual se exerce. No Estado Patrimonial era latente ao poder de comando e a apropriação sobre pessoas e bens, sem que os súditos conseguissem pedir nesses casos, indenizações ou compensações.

Raymundo Faoro em sua obra “os Donos do Poder”, discorre que essa ideia de poder e a coisa sobre a qual se exerce, teve grande desenvolvimento com o passar dos anos, seu objetivo era fazer uma ligação das mazelas brasileiras com a formação histórica do país, relacionando a colonização pelo Estado Português, destacando o Patrimonialismo como uma das características mais marcantes do desenvolvimento do Estado brasileiro (FAORO, 2001, p. 894).

Podemos analisar, portanto, que o comportamento político no Brasil foi, diretamente, influenciado pela sua “herança” referente ao modo de organização das relações de poder, que é um ponto fundamental de influência para o Estado patrimonialista e para a sociedade estamental.

O Estamento pode ser conceituado como uma camada social restrita, não econômica com a finalidade do exercício do poder, muitas vezes confundida por suas semelhanças com uma classe. Entretanto, a classe é formada por diversas pessoas detentoras de um objetivo em comum, dispostas a alcançar um benefício, ou seja, sua formação por grupos dispersos está condicionada por interesses econômicos.

Apesar de suas semelhanças, o autor consegue definir, precisamente, as características diferenciadoras das classes e estamentos no trecho:

As convenções, e não a ordem legal, determinam as sanções para a desqualificação estamental, bem como asseguram privilégios materiais e de maneiras. O fechamento da comunidade leva à apropriação de oportunidades econômicas, que desembocam, no ponto extremo, nos monopólios de atividades lucrativas e de cargos públicos. Com isso, as convenções, os estilos de vida incidem sobre o mercado, impedindo-o de expandir sua plena virtualidade de negar distinções pessoais. Regras jurídicas, não raro, enrijecem as convenções, restringindo a economia livre, em favor de quistos de consumo qualificado, exigido pelo modo de vida. De outro lado, a estabilidade econômica favorece a sociedade de estamentos, assim como as transformações bruscas, da técnica ou das relações de interesses, os enfraquecem. Daí que representem eles um freio conservador, preocupados em assegurar a base de seu poder. Há estamentos que se transformam em classes e classes que evoluem para o estamento — sem negar seu conteúdo diverso. Os estamentos governam, as classes negociam. "Os estamentos são

órgãos do Estado, as classes são categorias sociais" (econômicas) (FAORO, 2001, p. 60).

O estamento, deste modo, pressupõe uma distância social e se encoraja pela conquista de vantagens exclusivas, sendo regido por convenções e não pela ordem legal, guardando privilégios materiais. Ele se baseia em uma camada de indivíduos que se organizam entre si para apropriar do Estado funções públicas e cargos, impondo uso de vantagens para a utilização da máquina estatal para o próprio proveito, comportando-se como donos do poder.

Nesse sentido, o ingresso no Estamento que pode ser considerado aberto por definição, depende de qualidades existentes na personalidade do indivíduo, o que faz com que ele se retrate como um grupo que se baseia na desigualdade social (FAORO, 2001, p. 59).

Para o historiador Raymundo Faoro (2001, p. 58), os conceitos de estamento e classe social são responsáveis por compor uma ordem social de distribuição do poder, por meio de uma imposição de vontade sobre a conduta alheia.

Analizando a “herança” portuguesa trazida ao Estado brasileiro, principalmente, no que concerne a forma de organização das relações de poder, tem-se que no Brasil colônia havia uma influência da organização familiar, na organização Estatal, terreno fértil para o desenvolvimento e o fortalecimento do privatismo nacional.

Nesse sentido, Faoro nos elucida que, no Brasil colônia, a família foi sua primeira instituição, sendo um corpo social de organização privada, que foi o principal centro econômico e político da época e que posteriormente e gradativamente, transferiria suas principais características para as organizações estatais (DUARTE, 1939, p. 125).

As consequências de um Estado que cresceu baseado em uma instituição de poder familiar devido seu grande território e da premente necessidade de povoamento e de poder descentralizado, principalmente nas suas longínquas imediações, teve como organização característica o surgimento de uma cultura política nacional de trocas e favores, bem como a constante apropriação da coisa pública pela coisa privada.

Podemos, a partir dessas concatenações teóricas de Faoro, vislumbrar na formação do Estamento e das hierarquias políticas, um conjunto de práticas patrimonialistas, que seriam verossímeis às trocas políticas de natureza análoga ao clientelismo, ou ao menos, a apropriação da esfera pública pela esfera privada, ainda que Faoro em sua obra não faça nenhuma menção específica nesse sentido.

A cultura do patriarcado, do mando, de um elemento central masculino atrelado, estava diretamente relacionada a um grande poder autoritário no centro das famílias que dominava demais membros, escravos e também homens livres. Essa formação social se formou no Brasil

colônia em face do próprio Estado, a ordem privada era detentora de todo poder (DUARTE, 1939, p. 134).

De forma distinta, Faoro (2001, p. 65) disserta em sua obra no sentido de que as formações sociais do patrimonialismo no Brasil foram resultado de um forte controle estatal herdado de estruturas do Império Português.

O autor, explica que na organização estatal portuguesa não havia diferenciação entre o Público e o Privado, os bens do príncipe se misturavam aos bens pertencentes à Coroa, aos tesouros e terras pertencentes à Corte Real. Desta forma, a organização política patrimonial continha na figura do príncipe, o agente principal do Estado, seguido pelos funcionários e súditos, os quais poderiam ser considerados detentores de certos privilégios, se aproveitando do Estado em benefício próprio.

A formação histórica do patronato político, como Faoro descreve no título de sua obra, compreende-se a partir da mistura dos bens particulares do príncipe e das posses do Estado, como se observa:

A Coroa conseguiu formar, desde os primeiros golpes da reconquista, imenso patrimônio rural (bens “requengos”, “regalengos”, “regoengos”, “regeengos”), cuja propriedade se confundia com o domínio da casa real, aplicado o produto nas necessidades coletivas ou pessoais, sob as circunstâncias que distinguem mal o bem público do bem particular, privativo do príncipe. (FAORO, 2001, p. 14)

A mistura entre os bens públicos e privados constituía, segundo Faoro, a prática basilar para a formação da ordem administrativa que iria formar o “estamento burocrático”, composto por um corpo de funcionários que se apropriaria do Estado com o objetivo de atender a interesses privados, conduzindo a política e a *Res publica*, como propriedade privada.

O estamento descrito por Faoro agiria a partir da prática do patrimonialismo, que se configura como uma instância de centralização e controle da administração, legalidade e da ordem econômica, como se observa que:

[..] o domínio patrimonial, desta forma constituída pelo estamento, apropriava as oportunidades econômicas de desfrute dos bens, das concessões, dos cargos, numa confusão entre o setor público e o privado, que, com o aperfeiçoamento da estrutura, se extrema em competências fixas, com divisão de poderes, separando-se o setor fiscal do setor pessoal. (FAORO, 2001, p. 872)

Muito embora ainda haja uma divergência sobre as formações sociais brasileiras, se era resultado de um grande controle estatal, (FAORO, 2001), ou se foram mais influenciadas pelo

poder da Ordem privada (DUARTE, 1939), a característica comum mais importante é que nos processos políticos nacionais houve uma coexistência entre o poder privado, caracterizado pela organização familiar e o público, na figura do Estado.

Neste sentido, as esferas públicas e privadas se encontram em um poder central, que é oriundo do estamento, ou do governante, onde há um predomínio de vontades particulares, de uma apropriação do público pelo privado, chamado de patrimonialismo, que possui um fator controlador e centralizador da vida social.

O patrimonialismo pode ser dividido em patriarcal e estamental, o primeiro se refere à relação privada em que os servidores e escravos possuem uma relação de dependência e de submissão com o patriarca. O segundo, distintamente tem a liberdade e independência dos servidores em relação ao senhor, os servidores possuem cargos estáveis. No entanto, para Faoro (2001, p. 36), a categoria de patrimonialismo estamental é explicada pela dependência e influência histórica da monarquia portuguesa, onde o Estado passou a ser uma empresa do príncipe.

Fica claro, portanto, a constituição patrimonialista histórica da sociedade brasileira, pelo fato dos interesses particulares em muitos momentos, se sobreporem aos interesses públicos, desenvolvendo assim uma forma de relação pautada em trocas de favores e beneficiamento recíproco baseado na assimetria de poder.

Logo, o denominado “estamento burocrático” “nasce do patrimonialismo e se perpetua em outro tipo social, capaz de absorver e adotar técnicas deste, com meras técnicas” (FAORO, 2001, p. 872), ele possuía uma posição característica que tinha como escopo conduzir assuntos públicos em uma ordem patrimonial, sob forma de ordem social, amparada pela hierarquia e relações de poder. Esse segmento privilegiado foi responsável pela conservação da desigualdade social, jurídica e política ao longo de nossa formação nacional.

2.2 As interpretações derivadas e o problema da imprecisão conceitual

A reflexão que se fará a seguir terá como ponto de partida a análise teórica e conceitual de algumas das principais vertentes da historiografia política brasileira, contrapondo as nuances e divergências teóricas entre alguns dos estudos sobre clientelismo e cultura política, o que servirá de base para a análise diacrônica a ser construída no próximo subcapítulo.

As formas de abordagem do clientelismo passaram por diversas formulações teóricas no esforço de compreender a origem e a dimensão desse fenômeno que abrange um amplo arcabouço teórico e conceitual pautado em vasta produção bibliográfica. Dada à amplitude da

produção bibliográfica, teremos de nos ater a alguns escopos de análise, sem, no entanto, ignorar a importância de toda e qualquer abordagem sobre o tema.

Neste capítulo haverá uma abordagem das interpretações derivadas do conceito tradicional do clientelismo, através do debate historiográfico buscando compreender a diferença entre as interpretações que admitem o conceito como estático ao longo da história, bem como as interpretações que admitem sua flexibilidade presente nos múltiplos arranjos políticos e relações de troca.

Após o debate realizado entre os autores que elaboraram as primeiras formulações teóricas de nossa formação social e política, a seguir discorreremos sobre os quinhões da tese patrimonialista e suas interpretações ao longo da historiografia da segunda metade do século XX.

Sendo assim, alinha-se à proposta deste subcapítulo discorrer sobre algumas entre muitas acepções do conceito de clientelismo, considerando as interpretações dos teóricos que operam o conceito de clientelismo, estudando seus elementos definidores e sua amplitude no contexto sócio-histórico.

Referimo-nos aqui ao fenômeno do clientelismo, que é identificado a partir de um conceito elaborado pelas ciências humanas e entendido como um tipo de prática da cultura política ao longo do século passado, cujo entendimento tem se apresentado desafiador e complexo, tanto no passado como na perspectiva do presente.

Sua presença se estende por toda a história republicana e, em algumas análises, por toda a história brasileira desde a colônia, sendo, portanto, um fenômeno de longa duração e pertencente à cultura política.

Recordando à noção de cultura política de Serge Bernstein, que é tida como “um grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político” (BERSTEIN, 2009, p.31) podemos compreender que o clientelismo não poderia ser analisado fora deste escopo de análise, visto que este fenômeno possui suas particularidades e formas específicas de atuação e representação, atributos tais que norteiam a discussão deste capítulo.

A pesquisa acadêmica de historiadores e cientistas políticos, do passado e do presente, têm demonstrado um evidente apreço e preocupação em compreender o que o clientelismo representa e como se manifesta, a fim de aperfeiçoar o entendimento sobre o sistema político, no sentido de “blindá-lo” às certas práticas potencialmente danosas, à democracia e à sociedade. É precisamente neste ponto em que reside a utilidade do aprofundamento do estudo deste fenômeno.

O caráter multifacetado do clientelismo representou e ainda representa um dos maiores entraves aos estudiosos do tema, haja vista a enorme bibliografia produzida e que, ao longo do tempo, tem sido marcada por consensos e dissensos sobre os elementos definidores e “chaves” elucidativas sobre o fenômeno. Ao longo deste capítulo, o objetivo será elencar algumas das discussões mais influentes sobre o fenômeno do clientelismo, buscando demonstrar, através da diversidade do debate, os desafios de alguns dos diversos estudos realizados sobre o tema, ao dar conta do fenômeno em sua totalidade.

A amplitude sócio-histórica do clientelismo brasileiro e suas práticas difusas constituíram-se como parte inseparável das relações sociais e políticas ao longo da história política brasileira.

Se há um consenso entre os historiadores e cientistas sociais, que se propuseram a estudar o clientelismo, é o de que o grande desafio tem sido compreendê-lo como uma prática de longa duração, delimitando seu significado ao longo do tempo, especialmente se considerarmos que as evoluções históricas e as mudanças sociais ocorridas ao longo do tempo (como por exemplo a transição entre Império e República, centralismo e federalismo) não foram capazes de minar suas estruturas e eliminar seu papel nas relações políticas, constituindo assim, um fenômeno tão fascinante quanto desafiador.

Antes de adentrar a discussão das vertentes teóricas e dialogar entre algumas análises do clientelismo brasileiro, partiremos da origem romana do termo, advindo da relação entre *patronus* e *clientes*, presente no “Dicionário de Política”, de Norberto Bobbio:

Em Roma entendia-se como clientela uma relação entre sujeitos de *status* diverso que se urdia à margem, mas na órbita da comunidade familiar: relação de dependência tanto econômica como política, sancionada pelo próprio foro religioso, entre um indivíduo de posição mais elevada (*patronus*) que protege seus clientes, os defende em juízo, testemunha a seu favor, lhes destina as próprias terras para cultivo e seus gados para criar, e um ou mais *clientes*, indivíduos que gozam do *status libertatis*, geralmente escravos libertos ou estrangeiros imigrados, os quais retribuem, não só mostrando submissão e deferência, como também obedecendo e auxiliando de variadas maneiras o *patronus*, defendendo-o com as armas, testemunhando a seu favor ante os tribunais e prestando-lhe, além disso, ajuda financeira, quando as circunstâncias o exigem. (BOBBIO, 1986, p. 254)

Bobbio enumera algumas diferenças entre o clientelismo tradicional, no sentido romano, e o clientelismo moderno, de modo que, se na antiguidade, a relação *patronus x cliente* dava-se em busca de proteção e ajuda, por parte da clientela, aos membros da aristocracia atuantes na política. Não obstante, nos termos modernos, a troca clientelística dá-se entre os políticos de

profissão, que buscam legitimação e apoio do cidadão, que por sua vez, em troca oferece apoio eleitoral. (BOBBIO, 1986, p. 254).

Bobbio ainda afirma que na noção moderna de clientelismo “não há uma forma de consenso institucionalizado, mas uma rede de fidelidades” (BOBBIO, 1986, p. 254), onde a classe política utiliza-se de recursos estatais e/ou recursos civis para manter essa rede atuante.

Sobre a problemática que tem norteados os trabalhos mais recentes sobre o tema, José Murilo de Carvalho ressalta a importância da compreensão do conceito de clientelismo a partir de uma dimensão ampla, pois se trata de um conceito impreciso, polissêmico, de grande complexidade e que, portanto, requer uma análise conceitual capaz de discutir as imprecisões do emprego deste conceito, como bem observa:

Pode-se argumentar que o problema das relações políticas entre o poder local e o poder nacional não será resolvido por meio de discussões conceituais. O que seria necessário é mais pesquisa de campo. Historiadores, sem dúvida, tenderiam a apoiar esse ponto de vista. Há momentos, no entanto, em que o acúmulo de pesquisas passa a ter rendimento decrescente porque as ideias começam a girar em roda, sem conseguir avançar devido a confusões ou imprecisões conceituais. Nesses momentos convém parar para revisão e tentar esclarecer conceitos e teorias. (CARVALHO, 1998, p. 134).

Alguns fenômenos da cultura política brasileira são comumente associados ao clientelismo, como patrimonialismo, mandonismo e coronelismo, isso, segundo Carvalho, deve-se aos estudos clássicos sobre as relações de poder na República Velha, em especial, o estudo pioneiro de Victor Nunes Leal, que influenciou profundamente o meio acadêmico, de modo que os autores que passaram a citá-lo, o faziam por vezes de modo impreciso, passando a associar o coronelismo e mandonismo ao conceito de clientelismo. (CARVALHO, 1998, p. 134)

Ao longo do século XX, as discussões sobre o clientelismo teriam, por vezes, o confundido com outra prática comum no início da República: o coronelismo. Um relevante marco na ciência política brasileira foi a obra de Victor Nunes Leal, intitulada *Coronelismo, enxada e voto*, que traria um estudo da vida política brasileira, elucidando que o coronelismo teria sido parte fundamental do sistema político nacional durante a República Velha, onde o poder central, enfraquecido, dependia fortemente do controle político exercido por chefes locais, os coronéis, que administravam e controlavam as províncias e estados através de barganhas com o governo central e com a população local. (LEAL, 1997, p. 276).

A respeito do coronelismo, Leal buscou analisar o sistema político e a conjuntura econômica que levaram ao surgimento do coronelismo na República Velha, que “surge na

confluência de um fato político com uma conjuntura econômica” (CARVALHO, 1998, p. 134). Segundo Carvalho, o fato político é o federalismo, operando a relação entre poder central e poder estadual, de modo que a política nacional era feita a partir dos governos estaduais eleitos, e por sua vez, a conjuntura econômica, que seria a decadência do poder econômico das oligarquias, que enfraquecidas paulatinamente até o final da República Velha, tinham cada vez mais que recorrer ao poder central. (CARVALHO, 1998, p. 134-135)

Voltando ao cerne da questão conceitual, de acordo com Carvalho, em seu artigo *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual*, o conceito de clientelismo, em linhas gerais, é entendido como “um tipo de relação entre atores políticos que envolvem concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto”. (CARVALHO, 1998, p.134).

Sendo assim, Carvalho atesta que a troca ou concessão de benefícios de naturezas diversas é entendida como um elemento fundamental da troca clientelística, e assevera a amplitude, imprecisão e inconsistência dos conceitos tradicionais da história política, como coronelismo, mandonismo e clientelismo.

Carvalho ainda afirma que o conceito de clientelismo tem sido sempre empregado de maneira frouxa, de modo que seu grau de presença entre atores políticos apresenta-se de forma variável, observando que tanto a prática do coronelismo, assim como a do mandonismo, apresenta alguma relação com o clientelismo, e, no entanto, isso não significa que a existência dos primeiros condiciona a do segundo ou vice-versa. De acordo com Carvalho, o mandonismo tende a reduzir na política, na medida em que se ampliam os direitos civis, a democracia e a representação política da população. (CARVALHO, 1998, p.136).

Ao longo da história política do país, o clientelismo não se apresentou de maneira estática, podendo “aumentar ou diminuir ao longo da história, em vez de percorrer uma trajetória sistematicamente decrescente como o mandonismo”. (CARVALHO, 1998, p.136). Por sua vez, esta análise compreende que o coronelismo, segundo o estudo de Victor Nunes Leal, citado anteriormente, compreende o mandonismo no sistema coronelista, visto que o coronel precisava recorrer ao governo para continuar exercendo seu poder em nível local.

Portanto, de acordo com a análise de José Murilo de Carvalho, se datar a experiência do clientelismo na República Velha, conclui-se que o clientelismo representava um atributo da troca política entre governo central e oligarquias estaduais que fez parte do poder de barganha e apoio político dos coronéis, neste dado contexto histórico, e que, no entanto, mesmo após a decadência das oligarquias e o enfraquecimento do poder dos coronéis, o clientelismo não deixou de existir.

Ao analisar a estrutura do poder oligárquico na República Velha, Leal afirma que o mandonismo sempre esteve presente no fazer político dos coronéis, constituindo uma característica do coronelismo, não sendo, portanto, sinônimo dessa prática de poder. Ademais, o coronelismo foi um fenômeno que ficou restrito à República Velha (1889-1930) e teve seu fim com o Estado Novo, que dismantelou a influência e poder de barganha dos chefes locais, com a centralização do poder político.

Em suma, ao diagramar¹ coronelismo, mandonismo e clientelismo, pode-se afirmar que o clientelismo esteve presente em práticas tradicionais de controle político local (coronelismo e mandonismo) durante a República velha, no entanto, uma vez que essas práticas de controle deixaram de existir, o clientelismo continuou existindo em maior ou menor grau, de modo difuso nos diversos aparatos de controle político do Estado, perdurando durante toda a história do Brasil republicano, e não estando, portanto, restrito a um determinado contexto político e histórico, como se observa abaixo:

Na medida em que o clientelismo pode mudar de parceiros, ele pode aumentar e diminuir ao longo da história, em vez de percorrer uma trajetória sistematicamente decrescente como o mandonismo. Os autores que vêem coronelismo no meio urbano e em fases recentes da história do país estão falando simplesmente de clientelismo. As relações clientelísticas, nesse caso, dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o Poder Executivo. Nesse sentido, é possível mesmo dizer que o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo e que ele aumenta com o decréscimo do mandonismo. À medida que os chefes políticos locais perdem a capacidade de controlar os votos da população, eles deixam de ser parceiros interessantes para o governo, que passa a tratar com os eleitores, transferindo para estes a relação clientelística. (CARVALHO, 1998, p.139-140).

Durante os anos de 1930, uma das principais linhas de pesquisa sobre o clientelismo tem por ponto de partida o debate acerca das estruturas políticas e institucionais herdadas do período colonial, utilizadas como modelo explicativo do “atraso” político do Brasil em comparação às nações industrializadas do período analisado. Segundo essas vertentes teóricas,

¹ José Murilo de Carvalho elabora uma espécie de gráfico para avaliar a presença dos três fenômenos mencionados neste capítulo, de modo que retrata a existência do coronelismo representado por uma curva ascendente até um limite máximo, seguido de uma queda vertiginosa, enquanto que o mandonismo segue sempre uma curva descendente e o clientelismo acaba apresentando curva ascendente com oscilações ao longo da história republicana. CARVALHO, Jose Murilo. **Pontos e Bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p.74.

a base explicativa norteia-se por atribuir a gênese do “atraso” brasileiro ao patrimonialismo ibérico e às formas de dominação tradicional, no sentido *weberiano*².

Essas “interpretações” clássicas do Brasil, por assim chamadas, *a posteriori*, tributam o atraso político, institucional e social do Brasil, às formas de dominação pré-modernas advindas do período colonial. Como afirma Paulo D’Avilla Filho (2003. p. 150), as clássicas interpretações do Brasil argumentavam que a modernização das organizações políticas e institucionais tenderia a suprimir as formas tradicionais de dominação, entre elas, o clientelismo político, dado que esse era entendido como um resíduo do passado colonial e patrimonialista no qual se assentou a forma tradicional de organização política do Estado desde os primórdios da colônia.

Paulo D’Avilla Filho critica a forma dicotômica com que as interpretações clássicas conduziram o debate sobre o clientelismo e Patrimonialismo, afirmando que isso tem dificultado novas acepções sobre o fenômeno:

A redução das possibilidades de interpretação do fenômeno do clientelismo ao mandonismo e ao patrimonialismo cria alguns problemas para a reflexão em torno do conceito, ao identificá-lo com formas pré-modernas de dominação política - assim, tenderia a desaparecer com a modernização da sociedade. Desse modo, todo o problema é visto como partindo de uma fórmula dicotômica: clientelismo/atraso - universalismo/moderno. (D’ÁVILLA FILHO. 2003. p. 150).

A produção acadêmica clássica do século XX pode ser compreendida em duas vertentes teóricas das interpretações do fenômeno do “atraso” político brasileiro e sua relação com o clientelismo, sendo a primeira, empenhada em elaborar a chamada tese patrimonialista e a segunda, relacionando o “atraso” ao mandonismo.

Como discorrido no subcapítulo anterior, a transferência do aparato patrimonialista ibérico teria sido o fator fundamental para o modelo de dominação tradicional implantado pela administração portuguesa durante o período colonial, de modo que, o que se sucederia após o fim do Império e início da República, seria apenas uma readequação da estrutura de dominação herdada do período ibérico ao tecido político e social republicano. De acordo com D’Ávilla Filho, as bases de nossa tradição ensaística tomaram lados, sendo que:

² Max Weber define a dominação tradicional como um tipo ideal de dominação legítima que se baseia nas tradições e costumes de uma dada sociedade, de modo que o exercício do poder se dá através da obediência dos súditos às ordenações do senhor que rege o poder de dominação patriarcal. Esta forma de dominação pode decorrer das condições materiais do senhor que através de sua pujança e de meios de coerção, faz com que a obediência ocorra em um amplo espectro. O peso das tradições ordena a obediência dos súditos em detrimento de critérios racionais, formais e universais de exercício do poder.

De um lado, aqueles que creditam os males nacionais ao mandonismo privado das oligarquias; de outro, os que apontam o caráter patrimonialista do Estado brasileiro como grande impedimento à constituição da “boa ordem”. Esses olhares marcam as leituras sobre o clientelismo no Brasil. A confusão que deriva desta associação corrobora a dificuldade de entendimento e uso do conceito mais recentemente. Ainda que sejam, patrimonialismo e mandonismo, formas de clientelismo, não encerram a amplitude do conceito. (D'ÁVILLA FILHO. 2007. p.3).

Os autores clássicos alegavam que a gênese do subdesenvolvimento era atribuída à herança colonial, seja ela feudal, como aponta Nestor Duarte, ou patrimonial, como apontam os trabalhos de Raymundo Faoro e Sergio Buarque de Holanda.

Em síntese, embora essas vertentes teóricas apresentem diferenças e gradações no papel atribuído ao legado ibérico, este seria o fator condicionante e principal “responsável” pela formação patrimonial do Estado brasileiro e sua condição de subdesenvolvimento exógeno que foram transplantadas da metrópole para a colônia. O “atraso”, enraizado em nossas relações sociais e políticas, compreendido como a característica que paulatinamente minava o horizonte da pretensão modernizadora da política ao longo da história republicana.

Na obra de Edson Nunes, intitulada *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático* compreende o clientelismo como parte de um modelo de desenvolvimento histórico das instituições dividido entre quatro “gramáticas” que estabelecem as relações entre Estado e sociedade civil, sendo o próprio clientelismo, o corporativismo, o insulamento burocrático e o universalismo de procedimentos. Para o objetivo deste capítulo, nos interessa o debate teórico sobre o clientelismo, e seus elementos característicos comuns, como Nunes discorre:

A noção de clientelismo foi originalmente associada aos estudos de sociedades rurais. Neste contexto, o clientelismo significa um tipo de relação social marcada por contato pessoal entre “*patrons*” e camponeses. Os camponeses, isto é, os clientes, encontram-se em posição de subordinação, dado que não possuem a terra. Os grupos camponeses que serviram de base para o desenvolvimento da noção de clientelismo estavam sempre a um passo da penúria. A desigualdade desempenha um papel-chave na sobrevivência tanto de *patrons* quanto de clientes e gera uma série de laços pessoais entre eles, que vão desde o simples “compadrio” a proteção e lealdade políticas. (NUNES, 2003, p. 27)

Para Edson Nunes, é na relação sustentada na desigualdade entre *patronus* e clientes que reside a troca clientelista, baseada em critérios pessoais e não-universalistas, sendo, portanto, trocas generalizadas.

Essas trocas são compreendidas pelo autor como “objeto ou ação que é trocado e contém uma referência à condição geral do grupo. A relação conhecida como "compadrio", por exemplo, inclui o direito do cliente à proteção futura por parte do seu *patron*.” (NUNES, 2003, p.27).

A expressão *patron* é entendida por Nunes como um termo abrangente, podendo assumir diversos sentidos como o de coronel, chefe local, chefe de máquinas políticas urbanas ou até mesmo de líderes que controlam máquinas políticas sindicais, de modo que as relações entre *patrons* (ou *patronus*) e clientes são definidas como um tipo específico de troca assimétrica. (NUNES, 2003, p.27)

Na obra de Nunes é feita uma análise da díade clientelista na relação *patronus* cliente analisada em outras obras, como a de Kauffman, que revela as relações clientelistas abrangendo um grande grupo de clientes ligados ao mesmo *patron*, criando aquilo que o autor entende por estruturas de pirâmides *patron*-cliente, ou seja, estruturas em que os líderes de vários grupos *patron*-clientes relacionam-se com atores políticos situados acima na hierarquia das trocas, constituindo assim uma rede de relações em larga escala. (NUNES, 2003, p. 29). Na obra de Kauffman, Edson Nunes ressalta algumas colocações do primeiro acerca de aspectos paradoxais que caracterizam o sistema do clientelismo, como observa:

[...] primeiro, uma combinação peculiar de desigualdade e assimetria de poder com uma aparente solidariedade mútua, em termos de identidade pessoal e sentimentos e obrigações interpessoais; segundo, uma combinação de exploração e coerção potencial com relações voluntárias e obrigações mútuas imperiosas; terceiro, uma combinação de ênfase nestas obrigações e solidariedade com o aspecto ligeiramente legal ou semilegal destas relações. (KAUFFMAN, 1976, p.291 apud NUNES, 2003, p. 27)

A relação dicotômica entre atraso e modernização no debate sobre o clientelismo brasileiro apresenta alguns pontos polêmicos que tange a persistência do clientelismo nas relações políticas e sociais contemporâneas. Sabe-se que os contornos do clientelismo foram perfeitamente capazes de se adaptar às mudanças políticas, institucionais, sociais, culturais, ficando evidente que um dos seus elementos definidores é a capacidade de se adaptar aos novos arranjos políticos e sociais. (D'ÁVILLA FILHO, 2007, p.8-10).

Deste modo, podemos compreender que ambas as interpretações assumem caráter estático e que, sobretudo, há uma contradição na linha argumentativa que defende o clientelismo como resíduo do “atraso”, pois, como justificá-lo em sociedades democráticas que implementaram processos de modernização pautados em ampliação da representatividade civil e universalização de procedimentos?

O argumento, mais uma vez, advoga em torno da imprecisão conceitual e analítica do conceito estático de clientelismo, que entende que “[...] o problema parece ser a insistência numa distinção inflexível entre a política clientelista ou tradicional, vista como estática e residual, e a política “radical”, democrática ou moderna, tanto nos níveis populares quanto legislativos.” (D'ÁVILLA FILHO, 2007, p.6).

Como abordado inicialmente, uma das questões fundamentais levantadas por José Murilo de Carvalho e Paulo D'Ávilla Filho é a imprecisão conceitual e o modelo de análise adotada no estudo da permanência do clientelismo em novos arranjos políticos, portanto, temos como ponto de congruência o fato de ambos os autores afirmarem que a problematização feita acerca do fenômeno tem pautado a discussão em compreender o clientelismo como atraso ou como resíduo. (D'ÁVILLA FILHO, 2007, p.5).

Algumas problematizações fundamentais sobre o estudo sistêmico do clientelismo estão presentes na obra *O poder do clientelismo: raízes e fundamentos da troca política*, de Luiz Henrique Nunes Bahia, que apresenta uma vasta pesquisa bibliográfica e linha argumentativa inovadora ao romper com a linha historiográfica clássica, tributária do atraso político, contrapondo a tese patrimonialista e desconstruindo os argumentos da formação de origem exógena das relações clientelistas.

A interpretação de Bahia toma por base o fundamento das trocas nas relações entre *patronus* e *clientes*, e não a herança cultural e política advinda de processos históricos anteriores, como nas teorias tributárias do patrimonialismo. Bahia argumenta que a duração do clientelismo em nossa história deve ser compreendida a partir da distinção entre as trocas políticas, econômicas e sociais.

A característica fundamental para a compreensão dos mecanismos de troca política e da manutenção do clientelismo seria, para Bahia, a troca desigual entre atores políticos, entendida como troca assimétrica, como ele observa:

Entende-se por simetria, as trocas em equilíbrio e por assimetria, as situações em desequilíbrio. Estas últimas, expressam situações de troca em que as recompensas não são iguais, seja da perspectiva do observador, do ator ou de ambos. A troca política, se caracteriza por sempre assimétrica (...) (BAHIA, 1997, p.35 apud D'ÁVILLA FILHO, 2007. p. 10)

A troca assimétrica-clientelista pressupõe, portanto, a desigualdade ou desequilíbrio no que se refere ao acesso a bens, benefícios ou recursos entre atores sociais de status, hierarquia e poder econômico desiguais. Deste modo, o autor atesta que as relações de troca clientelística são fundamentalmente de ordem pessoal e hierarquizada, tendendo a ocorrer e se adaptarem

aos novos arranjos institucionais, assim fazendo-se valer de múltiplos mecanismos de poder que se fundem às instituições e ao Estado.

Partindo da análise teórica de Bahia, Paulo D'Ávilla Filho entende que é precisamente na relação *patronus*-cliente em que a troca clientelista poderá ocorrer de diferentes formas, de modo que as “moedas” das trocas clientelistas podem ser constituídas a partir de uma variedade de especificidades, tais como: espaço e tempo analisados, grau de distribuição dos recursos político-patrimoniais do Estado, vigor institucional positivado em leis, debilidade da estrutura formal da sociedade, e consequentemente, sua incapacidade em oferecer bens e serviços, em especial à população pobre, constituindo, de um modo geral, trocas mutuamente benéficas entre atores políticos. (D'ÁVILLA FILHO, 2003. p. 153)

Na referida obra de Bahia, outro importante ponto de ruptura com as análises tradicionais de cunho patrimonialista é sua afirmação do caráter endógeno do clientelismo, que ocorre em múltiplos contextos sociais, políticos e institucionais de modo a romper com o caráter residual e estático do fenômeno do clientelismo.

Bahia propõe, ao invés de uma interpretação tributária de estruturas políticas do passado, uma inovadora interpretação assumindo o caráter elástico do conceito de clientelismo (BAHIA, 2003, p.273), de modo que o título da obra aqui referida, compreende o clientelismo como um fenômeno poderoso, devido à sua imensa capacidade de adaptar-se ao poder político e conservar-se em espaços não regidos pela lei. Sendo assim, “o clientelismo preenche e opera nos espaços não regulados da sociedade organizada; tanto naqueles espaços e relações entre organizações, como nos espaços não-regulados dentro das organizações.”(BAHIA, 2003, p. 267).

A partir das considerações feitas por D'Ávilla Filho em seu artigo que analisa a obra de Bahia, ele conclui que:

[...] o clientelismo se enraiza intrinsecamente na hierarquia inerente a toda organização. Não constitui por isso só um resíduo da sociedade tradicional, um corpo estranho na sociedade do capitalismo. [...] o clientelismo se manifesta em todos os modos de poder, concorrendo para sua conservação e distribuição nos espaços não-regidos pela lei. Por ter, inclusive, uma forma de costume. No passado essencialmente, e em nossa época, o clientelismo aparece como fator endógeno às sociedades estruturadas. Não podem elas – organização e hierarquia – prescindir dele.” (BAHIA, 1997, p.101 apud D'ÁVILLA FILHO 2007. p. 23-24)

As considerações tecidas aqui possibilitaram observar que o clientelismo brasileiro se constituiu historicamente como parte inerente da organização política do país, fazendo-se valer de práticas diversificadas na articulação de interesses particulares de grupos políticos ligados

às classes dominantes e/ou aos agentes detentores de alguma moeda de troca, em geral, de natureza pública, para a obtenção de interesses privados.

Os atributos tradicionais das relações clientelistas perpassam a história colonial, assumindo diferentes roupagens ao longo da história brasileira até os dias atuais, sendo inviável do ponto de vista científico, caracterizar o clientelismo sob um único aspecto, fazendo assim, ser prudente e necessário, partir de uma análise que dialogue sua ampla acepção na estrutura política brasileira, levando em conta a amplitude histórica de longa duração e a premissa em admitir o clientelismo como um conceito “elástico”, sendo, portanto, passível de uma análise conceitual e diacrônica, como será abordado no fechamento deste capítulo, logo na sequência.

Viu-se, que nas análises que sistematizam o caráter endógeno do clientelismo, como nas obras de Nunes e Bahia, são fundamentadas as relações de troca de favores, vantagens, acesso à bens e serviços que ocorre entre atores situados em níveis de hierarquias, podendo estes, assumirem a posição de *patronus* ou clientes, ou de ambos, dependendo do encadeamento das redes de clientela, podendo ser protagonizado por políticos de profissão, partidos políticos, instituições, empresas e etc. A troca pressupõe interesse mútuo que se dá de modo assimétrico, pois observa-se comumente a concessão de favores, vantagens ou benesses de natureza diversificada por uma das partes, e no nível acima, o ganho da outra parte, que por sua vez aufere essas vantagens.

Nesse contexto, as práticas clientelistas podem ser compreendidas em maior amplitude, podendo ter como objetivo, o controle político baseado na troca de favores e a concessão de diversos tipos de benesses por atores que cooptam o sistema político, geralmente em benefício próprio. Em suma, diante do debate elencado anteriormente, é possível compreender como prática clientelista, a barganha de demandas políticas e a utilização de meios e mecanismos de natureza pública com o intuito de auferir benefícios privados.

Compreender o clientelismo brasileiro na contemporaneidade, e compreender sua relação com a natureza do fisiologismo, que é proposta nesta dissertação, requer assumir a possibilidade de uma interpretação elástica e significa de antemão buscar as bases fundamentais condicionantes desse conceito. Nesse sentido, faz-se necessária a análise diacrônica do conceito de clientelismo, que será abordada na sequência.

2.3 A análise diacrônica do Clientelismo

As análises clássicas do clientelismo no Brasil fizeram ao longo do século XX um amplo espectro de abordagens, atribuindo diversas origens ao seu conceito e suas formas de atuação e

representação nas relações políticas e sociais. Abordamos no primeiro item deste capítulo as formulações clássicas da formação social e política brasileira, que associavam o atraso e os “defeitos” de nossas relações políticas, contrapondo aos ideais de um sistema político racionalizado, moderno e impessoal.

Na sequência, foram dialogadas as interpretações sobre o clientelismo, a partir de análises teóricas de autores que operam o conceito, buscando imprimir-lhe uma definição, por vezes estática, visto esta que tem sido contraposta em estudos recentes que admitem a elasticidade e a transversalidade do conceito de clientelismo em diferentes tempos históricos.

A necessidade de compreender o clientelismo como um conceito que atravessa temporalidades é absolutamente imprescindível para que possamos projetar uma melhor compreensão semântica do conceito. É, precisamente por isso, que esse subcapítulo se faz necessário, além de fornecer subsídios para a proposta que será desenvolvida no capítulo 3, onde faremos o esforço de analisar o clientelismo paralelamente ao fisiologismo no sistema político contemporâneo.

A importância primordial, aqui, se refere ao risco do anacronismo e da imprecisão conceitual, sem de todo e qualquer historiador, que tem por dever trabalhar com o devido cuidado os conceitos e o “vocabulário histórico”, como provoca o historiador Sérgio Buarque de Holanda:

Trata-se, sim, de curioso aspecto de uma tendência incipiente de alguns poucos autores nossos para uma historiografia purgativa, dado que seu principal traço consiste no querer levar o vocabulário histórico a absorver à força os usos e costumes que possa parecer a mais rigorosa linguagem científica, e purgá-lo depois de qualquer expressão ambígua, imprecisa ou suspeita de inexatidão. (HOLANDA, 2011, p.419)

Há, portanto, a necessidade de realizar um movimento duplo, entre passado e presente, buscando compreender no presente, um conceito do passado e suas representações contemporâneas, sem cometer o erro do anacronismo.

O primeiro ponto a ser colocado é o de problematizar a ideia de que o clientelismo fora abordado inicialmente pela historiografia como prática de dominação tradicional e, sabendo disso, podemos nos apoiar em algumas análises críticas a cerca de sua persistência na cultura política nacional ao longo de toda a história republicana.

Sendo assim, coloca-se a primeira questão: por que, apesar do lento processo de democratização e da ampliação da cidadania que nossa sociedade implementou, e a despeito da modernização político-institucional experimentada, ainda que paulatinamente, ao longo do século XX o clientelismo ainda não foi extinto? Compreendemos assim a necessidade de

estudar o conceito de clientelismo não apenas como um resquício ou resíduo do passado, mas como parte inerente ao sistema político em que ocorrem assimetrias de poder e trocas políticas de toda espécie.

Como previamente abordado na análise sobre a História Conceitual, existem conceitos característicos que possuem o chamado potencial generalizador. Esses conceitos apresentam a capacidade de se referir transversalmente a diversos casos, podendo se desdobrar em relação a aspectos como tempo e espaço.

O potencial generalizador sincrônico, abordado anteriormente, pode ser explicado como a capacidade de aplicação de um conceito em diferentes sociedades ao mesmo tempo. Quanto a diacronia, ponto crucial nos estudos de Koselleck (2006, p. 106), se refere a uma potencialidade generalizadora do conceito, por ele possuir uma maior ou menor capacidade de extensão em situações históricas distintas, ou seja, em diferentes épocas.

Nesse sentido, a análise diacrônica de um determinado conceito se baseia na possibilidade de ele ganhar uma nova conotação, sem, no entanto, passar por uma mudança estrutural na palavra que possui este significado. Essa perspectiva diacrônica pode mensurar a duração e o impacto de um conceito para a compreensão de uma realidade histórica.

A relevância e utilidade da história dos conceitos, como ferramenta teórica, residem precisamente na observação *a priori* que se faz sobre o conceito do clientelismo, assumindo a premissa citada anteriormente, ao admitir a possibilidade de um conceito “elástico”, elevamos o estudo aos cuidados da história dos conceitos, pois, como enfatiza Koselleck “Conceitos são registros da realidade, mas também fatores de mudança da própria realidade. Com os conceitos se estabelece tanto o horizonte da experiência possível quanto os limites desta”. (VILLACANAS, 1997, p. 21 apud BENTIVOGLIO, 2010, p. 131).

Como previamente estudado, o clientelismo é um conceito polissêmico e faz-se necessário compreendê-lo em um duplo movimento de análises sincrônica e diacrônica, a fim de confrontar suas possibilidades de aceção do conceito entre passado e futuro, entre espaço de experiência e horizonte de expectativa.

Cumprido, no entanto, salientar que a análise sincrônica do conceito de clientelismo, ou seja, sua aplicação em diferentes espaços de análise, em uma mesma época, serviu de subsídio teórico para esta pesquisa por meio das abordagens entre diversos autores que interpretam e operam este conceito.

Por este motivo, é objetivo do presente tópico analisar os processos diacrônicos do conceito de clientelismo, suas interpretações e assimilações pela cultura política, historicizando seu significado entre passado e presente, buscando compreender sua percepção e sentido na

sociedade, modos de ação e representação dentro da cultura política, resultados que produziu e/ou ainda produz no tempo e espaço.

Entende-se, portanto, que a história dos conceitos constitui categoria de análise de grande contribuição, para a proposta deste e de tantos outros trabalhos, haja vista que, é necessário “superar” a palavra, realizando o esforço da teorização do conceito de clientelismo. É isso que permitirá analisá-lo de forma diacrônica, entre diferentes épocas e contextos, a fim de conhecer suas permanências, rupturas e transformações no tempo histórico da longa duração.

Como apontado por José Murilo de Carvalho (1998, p. 132), o risco de incorrer ao erro da imprecisão conceitual sempre acompanha o historiador ou cientista político, visto que esse estudo requer um esforço que vai além das definições contidas somente no debate acadêmico e no imaginário da dimensão simbólica do termo, sendo necessário, portanto, ir além, buscando abrangência, senão em totalidade, pelo menos, em boa parte do arcabouço semântico, lexical, histórico e conceitual subjacente à palavra e sua utilização comum no contexto político e histórico no Brasil.

Nesse sentido, muito embora os conceitos sejam relacionados às palavras, conforme observa Koselleck (2006, p. 114), o conceito supera as palavras, pois carrega em si um contexto histórico. Os estudos de Koselleck reformularam a análise de tempo histórico, a partir da análise linguística que passou a se preocupar com a abrangência e especificidades dos sentidos e representações contidos nos conceitos e suas ressignificações ao longo do tempo, como observa Kirschner:

Koselleck chama a atenção para a importância da análise linguística e semântica na investigação das variadas dimensões do mundo social em diferentes épocas. Segundo o autor, o estudo dos conceitos e da variação dos seus significados ao longo do tempo é uma condição básica para o conhecimento histórico. Koselleck denomina História dos Conceitos o procedimento que permite apreender o complexo processo de ressignificações de alguns conceitos ao longo do tempo. Mais do que um método a ser aplicado ou uma disciplina autônoma, a História dos Conceitos seria um instrumento complementar e necessário para a interpretação histórica (KIRSCHNER, 2007, p. 49).

Nesse sentido, podemos ressaltar que o estudo sobre o conceito de clientelismo não pode ser pautado somente em seu âmbito estrutural, pois para uma melhor compreensão de seu significado é necessária uma análise diacrônica deste conceito.

O Clientelismo, deste modo, pode ser considerado um conceito generalizante, posto que possibilita o advento de outras definições em seu próprio conceito. Desde o século XIX, o clientelismo experimentou alterações estruturais, pois o conceito que atualmente tem o

significado amplo, englobando relações entre instituições, grupos sociais e partidos, restrito às relações interpessoais entre duas pessoas e a práticas de dominação tradicional, ligadas historicamente ao atraso político e institucional.

O conceito de clientelismo no Brasil é analisado, por meio de estudos clássicos, por sua associação entre as formas de dominação tradicional com o atraso nas conquistas de igualdade e liberdade, bem como a superação dos problemas sociais do país. No entanto, com o advento de uma democracia, esses estudos levavam a aparente ideia da supressão do clientelismo, posto que uma forma de dominação não seria compatível com um Estado democrático.

Verifica-se, portanto, que de fato não ocorreu o desaparecimento do clientelismo, ao contrário, ele se adaptou em novos arranjos e político-institucionais no Estado democrático pós-1988, como podemos verificar através das disputas político-partidárias e troca de benefícios mútuos de natureza específica.

Importante ainda destacar que no Brasil, o clientelismo perpassou por diferentes estruturas políticas, contudo, suas práticas passaram por alterações ao longo do tempo, ou seja, as práticas clientelistas tiveram que se adaptar às novas estruturas político-sociais.

Para maior elucidação, podemos exemplificar que o clientelismo utilizado nas sociedades agrárias não pode ser comparado, ou interpretado no mesmo sentido que o clientelismo em sociedades urbanizadas. A mudança da interpretação deste conceito é de extrema importância para uma correta análise das relações estruturais da sociedade estudada.

Desta forma, fica claro que essa permanente abordagem, relacionando o conceito de clientelismo com o atraso, prejudica e diminui a capacidade explicativa do termo, ou seja, a intenção, ao analisar o processo diacrônico desse conceito, é fazer com que nesses estudos sejam ressaltadas as novas formas de clientelismo juntamente com os novos arranjos políticos e institucionais (D'ÁVILLA FILHO, 2007, p. 10).

A problemática, portanto, reside na compreensão semântica dos conceitos nos tempos históricos, ou seja, qual dos significados de clientelismo através do tempo o historiador está analisando. Por este motivo, a análise diacrônica do termo é essencial para sua compreensão, porque o clientelismo pode ser referenciado com uma herança histórica, mas jamais pode ter esse sentido utilizado dentro de uma sociedade moderna.

Os arranjos clientelistas, segundo D'ávila Filho (2007, p. 8), apresentam diversas formas e neste sentido, os historiadores passaram a admitir classificações diferentes, por meio de uma combinação de alguma qualificação ao conceito para resultar em sua distinção. Como resultado, foram criadas diversas terminologias para as relações clientelísticas.

Os termos adicionais que foram agregados ao conceito de clientelismo auxiliaram no aprimoramento do seu sentido, relacionando, pertinentemente, com as novas estruturas sociais e políticas, mantendo a palavra principal e o âmago de seu significado, mas expandindo e aperfeiçoando seu conceito. Esses termos adjacentes são frutos da interpretação das relações sociais contemporâneas, podem ser exemplificados como: Clientelismo institucional, Clientelismo eleitoral, Clientelismo de massas, Clientelismo contemporâneo e Clientelismo tradicional, dentre outros.

O clientelismo está arraigado à hierarquia de toda e qualquer organização, e, por este motivo, não pode ser considerado somente um resquício de uma sociedade tradicional ou um fato avesso ao capitalismo. A finalidade da hierarquia e da organização é a manutenção do poder político-patrimonial, do poder direcional, e, nesse sentido, podemos afirmar que o clientelismo se manifesta em todos os modos de poder, auxiliando na conservação e na distribuição nos espaços que não são regidos pela legislação (BAHIA, 2003, p. 106).

Analisa-se, portanto, que o capitalismo contradiz a ideia de relações interpessoais as quais está condicionado o clientelismo tradicional, o que fez com que algumas interpretações sobre o clientelismo na modernidade declarar a sua sucumbência. No entanto, no Brasil, o desenvolvimento do capitalismo não foi capaz de eliminar totalmente a lógica não capitalista, o que ocasionou relações políticas e sociais baseadas em padrões de dominações com trocas generalizadas e específicas (NUNES, 2003. p. 30).

Um aspecto presente, nas abordagens recentes sobre o tema, refere-se à diferenciação entre as denominadas trocas generalizadas e as trocas específicas. As trocas generalizadas são características de um chamado clientelismo tradicional, que podemos entender por trocas pessoais que compreendem promessas e expectativas de um retorno futuro. No Brasil, esses tipos de trocas, geralmente são transferidos para agências públicas, partidos políticos, instituições, etc. As trocas específicas, no entanto, são trocas características de um capitalismo moderno porque não possuem relações com um possível retorno futuro e também não depende de relações, elas são impessoais (NUNES, 2003. p. 30).

Nas décadas de 1950 e 1960, o clientelismo começou a ser estudado em sistemas políticos com o objetivo de compreender possíveis anomalias entre a falta de estabilidade das instituições políticas nas sociedades e seu desenvolvimento econômico e social (AVELINO, 1994, p. 225).

Neste período, em meados do século XX, a sociedade brasileira buscava urgentemente alavancar a modernização nacional, contando com um amplo espectro de práticas organizacionais do aparato estatal no sentido de racionalizar e burocratizar a administração e

instituições políticas. Neste contexto, as análises do clientelismo que surgiram a partir de então elaboraram um modelo de análise pautado no desenvolvimento político, segundo o qual, divide os estágios de desenvolvimento em basicamente três tipos: sociedades tradicionais, sociedades em transição e sociedades politicamente desenvolvidas. (AVELINO, 1994, p. 226).

Segundo George Avelino, em seu artigo *Clientelismo e política no Brasil – Revisitando velhos problemas*, analisa que, a “permeabilidade” do clientelismo eleitoral nos novos arranjos políticos, se deu durante um processo de transição, onde as práticas tradicionais de clientelismo foram perdendo força na medida em que os grupos políticos tradicionais se enfraqueciam.

Nesse contexto, grupos partidários se configuraram através de relações de troca *patronus/cliente*, e começaram a buscar recursos no aparato estatal, aumentando a possibilidade mútua de ganhos nas trocas entre clientelas, como observa:

No estágio de transição, o poder pessoal dos "notáveis" é enfraquecido; os recursos passam a ter origem predominantemente estatal; os partidos são mais organizados e disputam posições no aparelho do Estado para manipular os recursos públicos; e as relações entre o patrono e o cliente ganham um acento mercantil. (AVELINO, 1994, p. 226).

O desenvolvimento do capitalismo nacional, a urbanização, a crescente racionalização e ampliação do aparato do Estado que apesar das mudanças substanciais, não foi capaz de criar instituições fortes que fossem capazes de atender e representar demandas particularistas de grupos políticos. A debilidade institucional para atender à representação de interesses fragmentados levará ao surgimento das máquinas políticas, que surgirão da “incapacidade das instituições para atender à diversidade de demandas que passam a incidir sobre o aparelho do Estado”. (AVELINO, 1994, p. 227).

Observa-se que a abordagem sobre o clientelismo, realizada na década de 1970, toma como base a estrutura de poder de governos baseados na tecnocracia e na racionalidade na organização do Estado, propondo uma nova interpretação. Nesse sentido, a obra de Eli Diniz, *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro* nos esclarece que a prática do clientelismo continuou a existir, mesmo diante da racionalização do sistema político, pois as os grupos de clientelas agora agem segundo a máquina política organizada pelo Estado e que mantém relações de reciprocidade e um intercâmbio de favores.

A chamada “máquina política” teria a função de ampliar as relações clientelistas, atendendo simultaneamente demandantes do sistema capitalista, como agentes políticos que infringissem a norma legal, inclusive sendo capaz de atuar dentro de sistemas democráticos, com elucidado no trecho:

A máquina do ponto de vista de suas funções sociais, seria um sistema centralizado de prestação de serviços, atendendo a diferentes tipos de clientelas, desde homens de negócio integrados à estrutura social vigente, a contraventores atuando à margem da estrutura legal oficial. (DINIZ, 1988, págs. 4-6)

Eli Diniz aponta que a heterogeneidade das formas de poder fazia coexistir o tradicional e o moderno em nossas relações políticas, inclusive, durante o processo de democratização que a sociedade brasileira experimentou ao longo da história. As práticas clientelistas teriam, de acordo com a autora, se adaptado à nova realidade das práticas políticas, como se observa:

[..] a tendência atual aponta para a inexistência dos modelos pluralistas e corporativos em seu estado puro nas sociedades democráticas contemporâneas. Assim também no caso das sociedades latino- americanas torna-se plausível a hipótese de a evolução na direção de um formato híbrido, no qual se combinem a forte tradição corporativa com práticas clientelistas tradicionais e núcleos pluralistas emergentes. (...) a classificação do sistema político brasileiro crescentemente caracterizada pela coexistência de padrões pluralistas e neocorporativos, comportando ainda formas de democracia participativa, ao lado da sobrevivência de práticas tradicionais, como o clientelismo e as demais modalidades informais de interação” (DINIZ, 1988, p. 4-6).

Sobre a possibilidade de novas interpretações do clientelismo, Paulo D’Avilla Filho entende que o clientelismo se reformulou ao longo de nossa história, se adequando a arranjos político-institucionais igualmente novos, sendo, portanto, necessário revisitar o conceito, visto que os processos modernizadores de nossa sociedade, como a universalização do voto, a ampliação da cidadania, e o aumento da competição política, teriam ampliado as possibilidades de trocas clientelistas, formulando assim, novos arranjos políticos. (D’ÁVILLA FILHO, 2007, p. 8-10)

Coloca-se aqui uma questão central: se nossa sociedade se modernizou, por que ainda presenciamos práticas clientelistas? Para responder a essa questão se faz necessário romper com a ideia de um conceito estático de clientelismo, seja compreendendo como herança política do período colonial ou como prática residual do passado convivendo na modernidade. D’Avilla Filho argumenta que:

O ponto a destacar é a persistência de uma visão estática do clientelismo que perpassa nossa literatura, desde os chamados clássicos do pensamento político e social, mencionados até as análises mais recentes. Estática na medida em que, constantemente, vincula a relações políticas tradicionais ou pré-modernas. Daí deriva a dificuldade em conceber novas formas de relações clientelistas encaradas de modo não linear, que se alimentam, se entrelaçam e

constituem processos de consolidação democráticos. (D'ÁVILLA FILHO, 2007, p. 6)

O autor entende que o clientelismo contemporâneo apresenta aspectos híbridos entre as práticas hierárquicas de cunho tradicional, assim como, práticas identitárias e de organização coletiva (2007, p. 7-8).

Retomando a análise realizada anteriormente, na historiografia produzida por Luiz Henrique Nunes Bahia, em que este argumenta que uma possível persistência ou duração alargada do fenômeno do clientelismo em nossa história precisa ser compreendida a partir da distinção entre as trocas políticas, econômicas e sociais. Bahia entende que alguns fatores são fundamentais para caracterizar a troca assimétrico-clientelista ao longo do espaço e do tempo. Segundo o autor, seriam:

1) assimetria: acesso restrito aos centros de poder e controle desigual sobre recursos, materiais ou simbólicos; 2) uma hierarquia vertical, não formal, particular e difusa; 3) onde não há canais institucionais autônomos e garantidos por lei de acesso aos recursos; 4) espaços não formalizados pela lei, onde a estrutura formal da sociedade é fraca e incapaz de fornecer, de modo estável e constante, bens e serviços, principalmente aos níveis mais baixos da população; 5) demandas fragmentadas; 6) trocas entre os atores, seja recíproca e mutuamente benéficas. (D'ÁVILLA FILHO, 2003, p.153)

Diante do debate exposto acerca as interpretações do conceito de clientelismo, em suma, podemos realizar uma síntese conceitual do clientelismo em diferentes épocas e temporalidades. Observamos que ele pode ser entendido como: 1) Herança ou resíduo das práticas tradicionais de dominação, pautadas nos eixos explicativos do patrimonialismo, iberismo, patriarcalismo; 2) Trocas políticas mutuamente benéficas no processo de adequação às novas estruturas de poder que se configuraram no aparato estatal a partir do processo de urbanização e modernização da sociedade brasileira, e que, por sua vez, buscavam suprir a insuficiência do Estado em atender às demandas fragmentadas e diversificadas de grupos políticos diversos; 3) Reconfiguração das práticas de clientela a partir de trocas específicas, que podem ser impessoais e fragmentadas nas relações políticas modernas, como nas instituições democráticas e partidos políticos pautados em ideologia de massa.

Cumpramos observar também, que a condição *sine qua non* para a ocorrência de sua prática pode ser entendida, como elaborado anteriormente, a partir das assimetrias de poder, que foram interpretadas por diversos escopos, ao longo da bibliografia recente analisada, que “tem em

comum o entendimento de que o fenômeno do clientelismo encontra-se presente, ou melhor, é endógeno à organização e ao fenômeno do poder” (D'ÁVILLA FILHO, 2003, p.152)

Retomando as categorias koselleckianas, diante da análise do conceito de clientelismo realizada em diferentes temporalidades históricas, percebemos um grande potencial generalizador do campo semântico deste conceito, na medida em verificamos que cada análise estática do conceito era tributária de um “espaço de experiência” e um “horizonte de expectativa”.

As experiências do conceito de clientelismo no passado se projetam em uma temporalidade futura, que por sua vez, reelabora o significado deste conceito no horizonte de expectativas, e que conseqüentemente, se tornará novas experiências. Essas expectativas projetadas no horizonte futuro podem ou não corresponder com aquela formulada no espaço de experiência, quando foi concebida originalmente, haja vista que passado e futuro não estão ligados simetricamente, pois cada época experiência o tempo de uma maneira diferente, de modo que “Passado e futuro jamais chegam a coincidir, assim como expectativa jamais pode ser deduzida totalmente da experiência.” (KOSELLECK, 2006, p. 310)

Como afirma Koselleck, a história “só poderá reconhecer o que está em contínua mudança e o que é novo se souber qual é a fonte onde as estruturas duradouras se ocultam”, uma vez que estas precisam ser buscadas e investigadas, se quisermos que “estas experiências históricas sejam traduzidas para uma ciência da história” (KOSELLECK, 2006, p. 327)

Podemos reconhecer, por exemplo, na bibliografia que retrata o clientelismo como um resquício das estruturas e heranças ibéricas do período colonial, uma projeção de um possível horizonte de expectativa. Como descrito acima, segundo essas abordagens, o clientelismo estaria ligado semanticamente e historicamente às práticas de dominação tradicional do passado, seja o feudalismo ou o patrimonialismo, de modo que a interpretação do clientelismo, sob a égide das práticas de dominação tradicional, levou inevitavelmente às imprecisões conceituais, associando o clientelismo aos fenômenos ligados ao “atraso” de nossas práticas política, como o patrimonialismo, coronelismo e o mandonismo.

Seguindo essa linha interpretativa, a tendência natural de uma sociedade que se moderniza e racionaliza seu sistema político, seria cada vez mais caminhar no sentido da burocratização, da racionalização de sua administração e desenvolver relações políticas impessoais e universais, o que levaria ao fim do clientelismo. Essas análises elaboravam prognósticos de modernização criando expectativas projetadas em tempos futuros.

Assim, essas análises projetavam o desaparecimento do clientelismo na medida em que a sociedade se modernizasse, o que de fato não ocorreu, nem o fim do clientelismo, nem nossa

plena modernização. Mesmo a crescente racionalização do sistema político e administrativo decorrentes da burocratização do Estado não impediram o clientelismo de continuar existindo, ainda que assumindo novas roupagens e se “camuflando” em novos arranjos políticos e institucionais.

Sendo assim, compreendemos que o clientelismo sofreu um processo diacrônico, haja vista que são observáveis as diferenças entre o que entendemos por clientelismo contemporâneo e seu conceito tradicional, segundo as análises propostas por diversos autores, verificamos que as manifestações contemporâneas de clientelismo abarcam relações políticas amplas e amalgamadas nas instituições, ao passo que o clientelismo tradicional se baseia em laços e relações pessoais.

A assimetria entre passado e futuro levou ao surgimento de novos conceitos, que semanticamente relacionados e aplicados a outros tempos históricos, como o contemporâneo, nos leva a interpretar com mais precisão o conceito de clientelismo no Brasil no tempo presente. Embora a palavra não tenha sofrido alteração de sentido em nível vocabular, ela passou a significar e designar semanticamente um conjunto de relações políticas complexas que abarcam os termos adicionais abordados anteriormente, como clientelismo institucional, clientelismo de massas, clientelismo eleitoral, entre outros, e que permitem uma melhor compreensão de seu sentido e uma maior aplicabilidade do conceito.

Analisa-se, portanto, que a historicidade do conceito de clientelismo abrange seus processos de adaptações em múltiplas estruturas políticas e relações de poder ao longo da história, constituindo assim uma construção histórica e um fenômeno de longa duração inserido na cultura política brasileira.

Desta forma, é evidente diante da vasta produção bibliográfica realizada em diferentes tempos, que o clientelismo sofreu transformações desde o século XIX, pois, se antes seu conceito era associado aos fatores residuais, ou ao jugo do mandonismo e do coronelismo, na contemporaneidade observamos as trocas assimétricas pautadas em arranjos diversificados, podendo assumir várias formas de ação e, portanto, adaptando-se às novas e mais complexas estruturas políticas e sociais.

Observa-se que o conceito de clientelismo, quando analisado pela lente da história conceitual, deve ser compreendido dentro de uma diacronia, que revela o processo sofrido pelo conceito ao longo das temporalidades históricas, que vai desde seu uso que designava as práticas do passado político, como sua transformação em um conceito mais complexo com a modernidade. Essa característica de transformação do conceito em diferentes temporalidades

históricas possibilitou a evolução de seu significado que era rígido e estático, permitindo um maior entendimento das relações clientelísticas nas configurações democráticas modernas.

3 A RELAÇÃO ENTRE CLIENTELISMO E FISIOLÓGISMO

No Brasil pós redemocratização, o fenômeno do fisiologismo Estatal e político foi amplamente difundido, contando, a partir de 1985, com diversas práticas nas quais os partidos políticos passaram a governar o Brasil com base no que ficou popularmente conhecido como o “Toma-Lá, Dá Cá”. Essa prática revelava um traço marcante da política, que se tornaria recorrente a partir de então: o fisiologismo político-partidário e o clientelismo eleitoral, que formariam a base de troca das relações políticas e uma valiosa ferramenta do governo e dos poderes no início da Nova República.

O fisiologismo é uma relação de poder político entre pessoas, partidos ou grupos configurados mediante uma relação em que determinadas ações e decisões políticas se dão em troca de favores, cargos ou votos.

Também se entende o fisiologismo como uma conduta de certos representantes e servidores públicos que se preocupam com a satisfação de interesses particulares, pela busca de vantagens pessoais ou partidárias em detrimento do bem comum. Essa prática pode ocorrer de favorecimento pessoal, e ocorre por muitas vezes, às custas do erário público, da máquina política ou de recursos estatais.

O fisiologismo é uma prática política e administrativa de longa data, e de certa maneira ela é inata da própria política, vindo com o exercício do próprio governo e cresce na medida em que os governos se tornam maiores e se complexificam. É uma prática que visa se utilizar de certos espaços governamentais e administrativos para viabilizar projetos de natureza particular e que se não for administrada e controlada por um aparato de leis, pode corroer as próprias relações políticas e quicá a própria democracia.

Cumprir observar, contudo, que o fisiologismo *stricto sensu* não significa uma prática necessariamente corrupta, no entanto, se articulada como caráter central de um governo, ele pode tornar-se um instrumento para garantir interesses particulares, ruindo assim o sistema político e a qualidade da democracia.

Assim como no clientelismo, o fisiologismo também apresenta características que remetem à cultura do favor e do patrimonialismo, e que estabelece uma relação de dependência entre eleitores e dirigentes políticos, como ocorre no clientelismo eleitoral, também observamos que no caso do fisiologismo, os membros do legislativo podem barganhar favores em troca de votos e apoio político, tanto na classe política como na sociedade civil.

O debate sobre o tema do fisiologismo tomará o foco da discussão que se sucederá no capítulo terceiro, buscando compreender a partir dos conceitos, da semântica e de estudos de

casos qual o possível grau de aproximação entre o fisiologismo e o clientelismo no sistema político da Nova República, a partir do estudo de caso no governo Sarney (1985-1990) observando alguns exemplos de trocas políticas ocorridas a partir de 1987, no contexto da Assembleia Nacional Constituinte.

O capítulo terceiro está subdividido em três tópicos com objetivos distintos, sendo que o primeiro será analisar conceitualmente o fisiologismo brasileiro, procurando discutir definições aplicáveis à realidade política brasileira, percorrendo algumas conceituações presentes na literatura e na historiografia do conceito, bem como suas formas de ação, abordando sua tipologia na política brasileira.

Na segunda parte, como mencionado anteriormente, será feito um estudo de caso a partir de exemplos de práticas fisiológicas nas trocas políticas durante o governo Sarney, abordando alguns casos dessa forma de articulação política, como a instituição política do “é dando que se recebe”, escancarada pela própria presidência da República durante a tentativa de impedimento da redução de seu mandato em mais um ano no poder. Neste episódio o governo José Sarney tentava emplacar o aumento da duração de seu mandato presidencial de 4 para 5 anos, transformando o legislativo em um “balcão de negócios” para se manter no cargo por mais tempo.

Na terceira e última parte, faremos uma análise das características fundamentais e específicas do clientelismo e do fisiologismo contemporâneos, buscando pontos de aproximações entre essas práticas que são comumente associadas no campo semântico e no entanto podem apresentar características distintas.

O objetivo que se espera cumprir é uma análise a partir do arcabouço teórico, no caso do clientelismo, e da discussão histórica do conceito de fisiologismo, bem como da leitura de escritos contemporâneos, elucidar possibilidades de uma interpretação em paralelo dos dois conceitos e suas possíveis representações nos arranjos políticos da Nova República.

3.1 O fisiologismo brasileiro

Em uma breve retomada ao objetivo primordial desta pesquisa, que é compreender o conceito de clientelismo diacronicamente e simultaneamente às suas possíveis representações no fisiologismo da Nova República, ressalta-se a importância de discorrer sobre a temática do fisiologismo em uma aproximação conceitual desta prática política, vez que é um termo dissidente na historiografia e que não possui um conceito concreto.

Nesse sentido, não é possível conceituar o fisiologismo do mesmo modo que o clientelismo, porque, entende-se que as práticas clientelistas existem desde sempre, sendo evidenciadas na realidade brasileira durante a República Velha, possuindo assim uma dimensão historiográfica e uma prática de extensão secular. Contudo, não há um estudo análogo ao fisiologismo, pois, não se pode compreendê-lo dentro de um arcabouço historiográfico.

O clientelismo, mesmo contendo processos e adaptações que moldaram seu conceito em diversas estruturas políticas e relações de poder, ainda possui uma certa impressão conceitual. Logo, o fisiologismo que começa a aparecer na história do Brasil a partir da década de 1930, pela sua recente terminologia, torna ainda mais complexa uma tentativa de definição.

Nesse sentido, não é o objetivo desse subcapítulo conceituar e pormenorizar o fisiologismo de forma a concluir uma definição concreta, pelo contrário, pretende-se examinar algumas das possibilidades de seu significado e também o seu surgimento para então fazer uma aproximação das práticas políticas clientelistas e fisiológicas no Brasil na Nova República.

Destaca-se, portanto, que a leitura das práticas fisiológicas está condicionada a materialidade das experiências políticas e também à semântica da palavra, ressaltando que não é possível abordar somente uma única raiz sobre o fisiologismo, pois, seu conceito não é tributário de uma compreensão teórica, não há respaldo em uma teoria disseminada.

Deste modo, para o estudo do fisiologismo no Brasil resgata-se, brevemente nesse tópico, alguns termos e ideias percorridos no capítulo anterior, com a finalidade de relacioná-los e historicizá-los com as práticas fisiológicas e seu caminho percorrido na administração pública brasileira até a Nova República.

Como anteriormente abordado, na análise conceitual sobre o clientelismo, o modelo patrimonial de administração, próprio das monarquias absolutistas, tinha como principal característica a confusão patrimonial entre o público e o privado. Essa característica patrimonialista de modelo de administração das monarquias influenciou o Estado liberal e incorreu como fisiologismo e clientelismo nas democracias representativas (PEREIRA, 1996, p. 14).

No Brasil, o patrimonialismo possui uma complexa e extensa história de influência e legado deixado principalmente pela colonização portuguesa. Geralmente, é abordado em relação às questões envolvendo corrupção, concentração de poder, atuação do Judiciário em benefício de determinadas pessoas, na ausência de participação política de classes sociais mais populares, na nomeação e, ainda, na promoção de cargos públicos.

O personalismo, também comentado no capítulo anterior, ilustrado pelo “jeitinho” e pelo uso da autoridade pessoal como na característica frase “você sabe com quem está

falando?”, retrata as acomodações privadas e pessoais de demandas públicas como mecanismos corriqueiros de regulação de relações formais e sociais (NUNES, 2003, p. 32).

Deste modo, é importante discorrer em um breve resgate histórico sobre a formação da administração pública brasileira³ para uma adequada compreensão da influência do patrimonialismo e a sua relação na cultura política nacional, para no próximos tópicos desenvolver uma possível evolução dessa nomenclatura para o clientelismo e fisiologismo, que segundo o autor Luiz Carlos Bresser Pereira (1996, p. 172) são a nova roupagem do patrimonialismo.

A predisposição da influência do personalismo, patrimonialismo, e do fisiologismo na administração pública brasileira tem sido observada com mais destaque desde a década de 1930. Do mesmo modo, ela tem sido evitada em tentativas de correção por meio de decisões políticas e legislações que regulamentam o serviço público, bem como pela criação de burocracias em que não seriam possíveis práticas fisiológicas e clientelistas oriundas dos partidos políticos (NUNES, 2003, p. 32).

O Brasil tem passado por um processo de hibridismo na história de sua administração pública⁴, com a presença de distintas características de outros modelos nas organizações, como por exemplo, do modelo de Estado patrimonialista. Nesse sentido, não há como negar a sua presença na cultura política brasileira, onde o patrimonialismo está arraigado.

Portanto, em uma perspectiva histórica, podemos observar que no Brasil a administração pública evoluiu por meio de três principais modelos: administração patrimonialista, administração pública burocrática e administração pública gerencial.

Deste modo, cumpre destacar que no país a administração pública burocrática foi instalada para substituir a administração patrimonialista, implementando o desenvolvimento de uma administração Estatal que partisse do pressuposto básico da distinção clara entre o público e o privado, entre o político e o administrador. Os princípios fundamentais dessa administração são a impessoalidade, a profissionalização e a ideia de carreira (PEREIRA, 1998, p. 192).

Nesse momento, surge o modo de organização burocrático capitalista moderno, com a intenção de ser mais racional e mais legalista que o anterior, implantado no século XIX nos

³ Ressalta-se que esta pesquisa não possui como objetivo o aprofundamento em questões de administração pública. No entanto, para se aprofundar no assunto do patrimonialismo anteriormente abordado e, principalmente do fisiologismo se faz necessária uma descrição e análise do modelo de administração para a demonstração das atividades que o Estado brasileiro vem realizando no intuito prevenir referidas práticas.

⁴ A administração pública tem como finalidade exercer atividades próprias de direção e gestão dos interesses públicos na prestação de direitos fundamentais e tudo o que influencie no bem-estar coletivo com a intenção de obter o melhor para a população.

primeiros passos da democracia, principalmente por meio da descentralização política com a transferência de atribuições para o nível local e regional (PEREIRA, 1996, p. 271).

De acordo com o autor Barry Ames (2003, p.41), o federalismo no Brasil seria fruto da incapacidade de um governo central governar um extenso território, fortalecendo a prática das oligarquias e seus interesses, fato que, segundo o autor terá ligação direta com uma das origens e da persistência de práticas fisiológicas no congresso brasileiro até a atualidade.

Desta forma, a administração pública burocrática se mostra mais efetiva no combate ao patrimonialismo, nepotismo e corrupção que a administração patrimonialista. Porém, com o crescimento do Estado e os investimentos na área social e de infraestrutura, constatou-se que é um tipo de administração lento, ineficiente e caro (PEREIRA, 1998, p. 192).

Todavia, é em 1967, após o golpe militar, que a máquina administrativa brasileira sofre sua mais profunda modificação estrutural, com a substituição da administração burocrática por uma administração desenvolvimentista com caráter gerencial⁵. Essa foi considerada a primeira tentativa de reforma gerencial, que introduziu elementos de descentralização e flexibilização da burocracia.

Destaca-se que, enquanto a administração pública burocrática caminha por uma racionalidade absoluta, por outro lado a administração gerencial encara a sociedade como um campo em conflito, com incertezas e tenta superar a rigidez da burocracia, pois, com a flexibilização da sua administração, pretendia-se alcançar uma maior eficiência nas atividades econômicas do Estado.

Contudo, a tentativa de reforma na administração não surtiu os efeitos esperados, uma vez que os militares não conseguiram implementar a administração pública gerencial. Isto posto, de acordo com o autor:

A crise da administração pública burocrática começou ainda no regime militar não apenas porque não foi capaz de extirpar o patrimonialismo que sempre a vitimou, mas também porque esse regime, ao invés de consolidar uma burocracia profissional no país, através da redefinição das carreiras e de um processo sistemático de abertura de concursos públicos para a alta administração, preferiu o caminho mais curto do recrutamento de administradores através das empresas estatais (PEREIRA, 1996, p. 9).

Dessa forma, com a tentativa de desburocratização da administração pública, por meio da contratação direta, sem concurso público houve um enfraquecimento do núcleo técnico e

⁵ Decreto-lei 200, de 1967, através do qual os militares tentam realizar uma reforma administrativa pioneira, de caráter gerencial. Para mais informações consultar Luiz Carlos Bresser Pereira: Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina, p. 271 a 274, 1996.

estratégico do Estado, por conta do regime militar⁶, que optou por contratar militares de alto escalão ao invés de se preocupar com a formação dos administradores públicos, o que resultou instantaneamente no fomento das práticas patrimonialistas e fisiológicas no Estado brasileiro (PEREIRA, 1996, p. 273).

Apesar de toda a tentativa de reforma, o ambiente cultural brasileiro, no regime militar⁷ era dominado pelo clientelismo e fisiologismo que ainda tinham muito peso nas promoções e nomeações dos cargos públicos, sendo utilizadas de troca para favorecimento pessoal.

Com a transição democrática, em meados de 1985, a reforma do aparelho estatal ainda não apresenta significativa melhora. Destaca-se que houve na época um retorno aos ideais da administração burocrática dos anos 1930 e no plano político uma tentativa de volta ao populismo dos anos 50.

Nesse sentido, cumpre ressaltar que, mesmo evitando as práticas fisiológicas e clientelistas com a tentativa de mudança no modelo de administração pública, estas práticas estavam presentes no regime militar, principalmente na administração central. Também na transição democrática, mais especificamente com os dois partidos vitoriosos PMDB e PFL, estes fazem um verdadeiro loteamento dos cargos públicos, até na direção das estatais que tendiam a permanecer com profissionais técnicos e eram também submetidas ao interesse político⁸ (PEREIRA, 1996, p. 9).

Como resultado da tentativa de superação do modelo burocrático, que por má gestão aumentou as práticas patrimonialistas na política nacional, na Constituição Federal de 1988 para a proteção do Estado democrático de Direito houve uma tendência à burocratização extrema, como uma resposta às práticas patrimonialistas de outrora, forjadas pela descentralização na administração pública. Essas consequências ainda perduram em muitas questões administrativas e relacionadas à gestão pública até hoje.

Percebe-se, portanto, após a contextualização e explanação sobre os modelos de administração pública que marcam a história do país, que mesmo com a superação do modelo patrimonialista, certas características enraizadas nessa modalidade de administração continuaram por algum tempo o centro da política nacional.

⁶ Não se pretende nesta pesquisa fazer um aprofundamento sobre a administração pública no regime militar, porém, é de suma importância a contextualização para uma breve explicação histórica das práticas

⁷ Não é a finalidade desta pesquisa fazer um aprofundamento sobre a administração pública no regime militar, porém, é de suma importância a contextualização para uma breve explicação histórica das práticas patrimonialistas no país, para se chegar à interpretação do fisiologismo nacional. Para um aprofundamento na temática veja Luiz Carlos Bresser Pereira: Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina, p. 271 a 274, 1996.

⁸ Essa temática será apropriadamente abordada no tópico 3.2 desta pesquisa.

Todavia, como o autor Luiz Carlos Bresser Pereira salienta, há uma mudança na nomenclatura da cultura patrimonialista após a superação dessa modalidade de administração:

Já não existe mais uma cultura patrimonialista no país, na medida em que a confusão entre o patrimônio público e privado é amplamente criticada, mas as práticas fisiológicas e clientelistas continuam vivas. No plano de mudança estritamente cultural, entretanto, o objetivo fundamental é superar a cultura burocrática (PEREIRA, 1989, p. 192).

Nesse sentido, fica claro para o autor que a cultura patrimonialista como valor foi superada com a mudança da administração pública para o modelo burocrático, no entanto, acredita que ela continua existindo como prática, uma herança da antiga confusão entre público e privado que para o autor se converteu em condutas clientelistas e fisiológicas.

O fisiologismo, portanto, é uma prática próxima à corrupção, mas que dela precisa ser distinguida. Na corrupção, os fundos públicos são apropriados de forma privada, em benefício do servidor ou do político, porém, no fisiologismo há o uso de fundos públicos de forma indireta, ou seja, políticos e servidores que realizam práticas fisiológicas não roubam, na acepção técnica do verbo roubar tipificado no Código Penal, mas se aproveitam dos recursos estatais para promover suas carreiras pessoais, para auferir benefícios indiretos por meio de troca de vantagens (PEREIRA, 1996, p. 172).

Desta forma, pode-se descrever o fisiologismo como uma prática oriunda de cargos como funcionários públicos ou políticos, marcada pela busca de ganhos ou vantagens pessoais, ao invés da busca pela supremacia do interesse público. É o “modo de proceder e prática de alguns políticos e de certos servidores do Estado que buscam benefícios pessoais em detrimento do interesse público” (MICHAELIS, 2016).

O fisiologismo, portanto, faz com que o indivíduo que o pratica coloque interesses pessoais e materiais na frente de princípios morais que se comprometeu seguir nas ações políticas. É uma prática proveniente da extensão do poder do dirigente, traço marcante do modelo de administração pública patrimonialista.

Destaca-se, por conseguinte, que mesmo não havendo um conceito concreto para o fisiologismo, sua prática é bem caracterizada. É na troca de favores, cargos ou votos, em uma relação de poder que visa a vantagem e a satisfação de interesses particulares às custas de recursos do Estado que se encontra a prática fisiológica. Entretanto, mesmo particularizado há ainda uma dissidência na bibliografia pátria acerca do conceito de fisiologismo.

Para o autor Barry Ames (2003, p. 42), a utilização de termos como fisiologismo e patronismo não podem ser considerados como outros rótulos para o clientelismo. Para ele, o clientelismo se baseia nas trocas individuais de bens privados entre atores desiguais denominados de patrões e clientes.

Nesse sentido, muitos autores ao caracterizarem clientelismo insistem na restrição às relações determinadas pela lógica padrão-cliente, com aspectos de desigualdade, reciprocidade, assimetria e uma relação face a face. Contudo, não são todos os autores que concordam com a diferenciação terminológica entre clientelismo e fisiologismo.

Para Edson Nunes (2003, p.11), existem quatro padrões institucionalizados que estruturam um vínculo entre a sociedade e o Estado no Brasil, como o clientelismo, o corporativismo, o insulamento burocrático⁹ e o universalismo de procedimentos¹⁰. Para o autor, o Clientelismo faz parte de uma tradição secular brasileira e tem outros dois nomes, quais sejam: patrimonialismo e fisiologismo. Fica claro que, para o autor, há uma confusão no significado de fisiologismo, patrimonialismo e clientelismo, não se preocupando em diferenciar ou pormenorizar as suas práticas políticas. No mesmo sentido, o autor Luiz Carlos Bresser Pereira discorre sobre ideia semelhante:

No Brasil inventou-se uma palavra nova e muito expressiva para significar clientelismo: fisiologismo. O político fisiológico é um oportunista por definição. É uma pessoa que transforma a política em um negócio como qualquer outro — em um negócio em que o político usa seu poder político para realizar trocas, para prestar e receber favores. É um fisiológico porque coloca os interesses pessoais e materiais acima das ideias, acima dos princípios e valores morais que deveriam presidir a ação política (PEREIRA, 1989, p. 55).

Para o autor, além de fisiologismo e clientelismo serem sinônimos, essas são práticas de políticas oportunistas que estão enraizadas no sistema político nacional, sendo resultado de um baixo nível de cidadania das pessoas e desinformação da educação básica. Para ele, o fisiologismo, é uma palavra recente e expressiva, mas que possui o mesmo conceito de clientelismo.

Após a demonstração das dissidências sobre o significado de fisiologismo na bibliografia, é imperioso ressaltar que as aproximações pertinentes ao conceito de fisiologismo e clientelismo serão melhores aprofundadas no subcapítulo 3.3. No entanto, é sensato destacar

⁹ Forma através da qual as elites modernizantes tecnoburocráticas e empresariais promovem o desenvolvimento (NUNES, 2003, p. 11).

¹⁰ Afirmação lenta de um regime burocrático racional-legal e eventualmente democrático (NUNES, 2003, p. 11-12).

que não é o objetivo dessa pesquisa trazer conclusões sobre o sentido da comparação dessas duas práticas, pelo contrário, a finalidade é fomentar o debate sobre a proximidade dessas duas nomenclaturas e propor possibilidades interpretativas.

Salienta-se, portanto, que é impraticável falar sobre fisiologismo sem citar outros tipos de práticas políticas como o clientelismo e a patronagem, entre outras. Como é de suma importância relacioná-lo com a forma de administração pública que contextualiza os arranjos político na história do Brasil.

Por conseguinte, conclui-se que o fisiologismo é um conceito relativamente recente na literatura política, que vem aparecendo na história do Brasil desde a década de 1930, mas que ainda não possui estudos que embasam a sua conceituação. Alguns autores o aproximam com o clientelismo, discorrendo sobre serem sinônimos, mas, outros insistem em firmar seus pontos conceituais divergentes. Desta forma, com o estudo de caso no próximo capítulo será pormenorizado de forma clara condutas do fisiologismo, que mesmo ainda não possuindo um conceito categórico ou totalizante, tem a sua prática bastante caracterizada.

3.2 O Fisiologismo na Nova República em um estudo de caso: o governo Sarney.

No início deste capítulo foram abordados os múltiplos conceitos de fisiologismo no Brasil, buscando compreendê-lo de forma holística, focalizando seus aspectos centrais para sua devida caracterização. Conforme previamente abordado, as práticas fisiológicas não assumem uma única faceta nas ações e relações políticas e tampouco podem ser compreendidas sob a égide de uma única definição, pois não temos de antemão um estudo teórico que nos permita compreendê-lo como definição *sui generis*.

Deste modo, o que será proposto a seguir é uma compreensão histórica do fisiologismo, a partir da análise de um estudo de caso: o governo José Sarney, que entre os anos de 1985 a 1990, constituiu-se a partir de estruturas político-partidárias herdadas do autoritarismo dos governos militares e que foram incorporadas ao poder, fazendo uso de práticas amplamente fisiológicas nas relações de trocas políticas com o “Centrão”. O recorte empírico para a análise do estudo de caso será, em especial, a atuação do “Centrão” no contexto da Assembleia Nacional Constituinte, em 1988, que objetivava congregar interesses difusos de diversas matizes políticas, ideológicas e econômicas, afim de completar o processo de transição de um regime de institucionalidade autoritário, para um regime democrático.

A análise proposta pelo estudo de caso partirá do geral para o específico, de modo que *a priori*, no campo macro entende-se que o fisiologismo foi uma prática pautada na manutenção de interesses de grupos particulares e nas trocas de vantagens, favores e benefícios nas relações políticas e administrativas. Embora a menção ao fisiologismo existisse na literatura que versa sobre a administração e sistemas políticos antes da Nova República brasileira, é durante o governo Sarney, que ele toma contornos explícitos no fazer político e na manutenção de interesses privados no âmbito político-partidário, além de ter sido amplamente noticiado pela mídia e estudado pela sociologia política durante e após seus anos de governo, como será abordado adiante.

No campo específico, dois fatos vêm a lume como objetos de análise: em primeiro, o fato da eleição de Tancredo Neves via Colégio Eleitoral, no contexto da transição democrática em 1985, buscando compreender a composição da chapa Tancredo-Sarney e sua relação com as práticas fisiológicas, e em segundo, a posterior atuação do “Centrão” que cumpriu importante papel na manutenção das práticas fisiológicas no jogo político durante o processo de elaboração da Carta Constitucional proposta pela Constituinte a partir de 1987.

Para ilustrar um exemplo de prática fisiológica, será abordado o jogo de trocas políticas presente nas concessões de direitos da radiodifusão para os parlamentares, com o objetivo de comprar votos no Legislativo. Tal prática tinha por objetivo angariar votos para aprovar a extensão do mandato de Sarney de 4 para 5 anos, como veremos detalhadamente adiante.

A análise dos aspectos fisiológicos no governo Sarney carece, eminentemente de uma abordagem histórica do contexto da transição entre o regime de institucionalidade autoritária da Ditadura Militar, para o regime de institucionalidade democrática, sendo que para tal análise, muitos aspectos poderiam ser abordados para uma maior amplitude de uma pesquisa acadêmica¹¹, como por exemplo, o sistema partidário, o surgimento do bipartidarismo proposto pelo Ato Institucional nº2, a transição ao pluripartidarismo proposta pela Lei Orgânica, os interesses dos grupos políticos nas eleições indiretas, a morte do presidente eleito Tancredo Neves, a formação da Aliança Democrática, a composição da Assembleia Nacional Constituinte e, por fim, a própria atuação do “Centrão”, só para citar alguns exemplos. Embora a presente análise de caso não se predisponha à uma explicação antológica dos processos históricos e

¹¹ Para compreender o estudo analítico da conjuntura de interesses político-econômicos e a organização e mobilização dos diversos segmentos do bloco no poder nos anos do governo Sarney consultar a obra de René Dreifuss (1989).

contextos específicos, os estudos complementares sugeridos como leitura para uma maior profundidade serão referenciados nas notas de rodapé.

O fisiologismo e suas formas de atuação durante o governo Sarney não se atribuem ao acaso ou a algum processo histórico aleatório. Vê-se nos anos que antecederam seu governo, uma conjuntura histórica e um processo de transição institucional que fundamentou as bases das relações fisiológicas, e quiçá clientelistas, como abordar-se á no próximo subcapítulo. A proposta nesta parte será compreender como objeto de análise deste estudo de caso, a atuação do “Centrão” no contexto da Assembleia Nacional Constituinte, que buscava promulgar a feitura da Carta Constitucional após vinte e um anos de Ditadura Militar no Brasil.

A transição da Ditadura Militar à Nova República se constituiu como um novo alinhamento de forças políticas conservadoras que buscavam barganhar interesses de diversos segmentos sociais. No contexto da redemocratização, para que a transição de institucionalidade pudesse ocorrer, os vinte e um anos de ditadura militar precisariam passar pelo crivo dos interesses dos partidos políticos, da sociedade civil, dos militares, dos movimentos trabalhistas e do empresariado industrial, buscando uma imbricada forma de conciliação política de diferentes matizes políticas, econômicas e ideológicas, representadas por todos esses setores da sociedade.

O processo de substituição da institucionalidade autoritária pela institucionalidade democrático-liberal havia iniciado desde 1974 durante o governo Geisel e sua proposta de uma abertura democrática “lenta e gradual”, culminaria mais de uma década depois, na eleição via Colégio Eleitoral da chapa vitoriosa de Tancredo Neves¹², em Janeiro de 1985, cujo vice era José Sarney. A transição democrática se fez a partir da tutela militar, que ficava evidente pelos interesses autoritários que operavam dentro dos partidos políticos e da defesa da manutenção de interesses herdados do sistema político da ditadura (MENEGUELLO, 1998).

No início da década de 1980, o Brasil carecia de urgentes mudanças institucionais e reformas políticas, além de atravessar uma grave crise econômica e social decorrente do endividamento externo e do esgotamento do modelo de desenvolvimento industrial e urbano conquistado durante o milagre econômico do final dos anos 60 e início dos anos 70. O contexto do início dos anos 1980 era de instabilidade política causada pelo avanço oposicionista ao

¹² Não desconheço a importância do estudo da evolução da estrutura político-partidária que dava sustentação à chapa Tancredo-Sarney e a posterior origem e constituição do partido do “Centrão” que cumpriu importante papel na manutenção das práticas fisiológicas durante os anos de governo. Para mais detalhes, consultar Rachel Meneguello (1998).

governo militar, alta inflação e desigualdade social que levou a população a se mobilizar pela reivindicação de eleições diretas.

A mobilização popular levou às ruas a campanha “Diretas Já”, que levantava diversas bandeiras, como o protesto contra a supressão de liberdades civis, a anistia, os movimentos de trabalhadores urbanos e rurais e a exigência da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para promulgar uma nova Constituição. É neste contexto que surge a Aliança Democrática, com que tinha por objetivo principal pôr em prática o projeto de fundar a Nova República e eleger um governo de transição entre a institucionalidade autoritária para um regime democrático, em tom conciliatório, propondo um pacto entre sociedade e Estado.

A Aliança Democrática foi uma coligação entre o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e os dissidentes do PDS (Partido Democrático Social), que formariam o PFL (Partido da Frente Liberal), partido dissidente do bloco da ARENA¹³ (Aliança Renovadora Nacional), levaria à indicação da candidatura de Tancredo Neves às eleições indiretas via Colégio Eleitoral.

O PMDB, partido de Tancredo Neves, se constituía como o principal partido político de oposição ao Regime militar, que ainda assim, obteve o apoio do ex-presidente militar, Ernesto Geisel, à candidatura de Tancredo Neves, o que foi fundamental para a eliminação da resistência entre os militares.

Como mencionado anteriormente, o vice-presidente da chapa de Tancredo era José Sarney, ex-presidente do PDS, de histórico pautado pelo amplo apoio fornecido aos governos militares. Sua composição ministerial era também feita por militares comprometidos com o autoritarismo. Podia se observar uma composição ministerial de alas moderadas e conservadoras do PMDB, bem como alguns considerados progressistas, considerados a “esquerda” do PMDB¹⁴.

Temos, portanto uma composição, que embora heterogênea, estava em grande parte comprometida com o objetivo de uma transição de institucionalidade que não ferisse os interesses conservadores e autoritários dos governos militares, como se observa que:

Do total de 33 cargos de primeiro escalão, incluindo a presidência e a vice-presidência da República, todos os ministérios e as lideranças do governo no

¹³ Os partidos políticos ARENA e MDB foram instituídos pelo Ato Institucional nº2, de 1965, que fundou o bipartidarismo no Brasil. O debate sobre conteúdo político na prática e no discurso do sistema bipartidário é absolutamente relevante para a compreensão do processo de transição democrática iniciado a partir de 1974 e terminado durante o governo Sarney. Para um maior aprofundamento nos estudos sobre o A.I. 2 e o bipartidarismo, consulte a obra de Rodrigo Patto Sá Motta (1997).

¹⁴ Para maior detalhamento do teor político-ideológico da composição ministerial da chapa de Tancredo Neves, ver Maciel (2008, p. 52-54).

parlamento, os setores autocráticos ocupavam nada menos que 27 cargos, cabendo aos setores antiautocráticos apenas seis. Ora, isto evidencia que o governo Tancredo Neves podia até ser considerado um governo de coalizão, se levarmos em conta a composição entre os setores dissidentes do regime militar (PFL e PDS) e os setores de oposição (PMDB). No entanto, se considerarmos o conteúdo político do governo, para além das formalidades partidárias, concluiremos tratar-se de um governo francamente autocrático, comprometido com um processo de mudanças extremamente limitado e em cujo núcleo destacava-se um campo conservador comprometido em preservar, o máximo possível, a antiga institucionalidade política, ocupando nada menos que 15 cargos. (MACIEL, p. 53, 2008).

Cabe observar que a base política do da chapa Tancredo-Sarney era essencialmente formada por partidos políticos surgidos após à volta ao pluripartidarismo, proposto pela Lei Orgânica dos Partidos, sancionada pelo governo Figueiredo em 1979. A partir do pluripartidarismo¹⁵ ocorreu a fragmentação da oposição ao bloco ARENA, que levou a formação de partidos que embora tivessem diferentes legendas, agiam e pensavam segundo os mesmos interesses.

Deste modo, a composição do PMDB de Tancredo, assim como dos demais partidos dissidentes do antigo MDB, divididos entre os diversos cargos do mesmo governo, pode ser lida e compreendida como um fator que contribuiu para a manutenção de interesses fisiológicos no interior dos partidos, perceptível a partir da composição relativamente homogênea no campo ideológico. A abertura democrática consistia um grande anseio das legendas de oposição à ditadura, no entanto, para que a transição pudesse ocorrer, era necessário também congregarem também os interesses particulares dos partidos.

A disputa presidencial via Colégio Eleitoral¹⁶ por parte do PMDB representou, na prática, uma negativa à proposta de mudança desejada pelo movimento popular. Deste modo, a opção indireta¹⁷ de disputar o poder, proposta pelo PMDB, deixava cada vez mais clara a posição conservadora e conciliadora que tomava os contornos político-ideológicos do partido (KINZO, 1989, p. 98).

No dia 15 de Janeiro de 1985 Tancredo Neves elegeu-se presidente da República via Colégio Eleitoral, com 480 votos, no entanto, não chega a assumir a presidência, pois pouco antes de sua posse, adoece gravemente, vindo a falecer logo depois em 21 de Abril de 1985.

¹⁵ Não desconheço a importância do debate histórico sobre a transição entre bipartidarismo e pluripartidarismo. Para conhecer mais, ver Kinzo (1989).

¹⁶ Para maiores esclarecimentos ver a obra (LAMOUNIER, 1990), citada ao longo deste trabalho e listada nas referências bibliográficas.

¹⁷ As eleições diretas, propostas pelo movimento das Diretas Já, só ocorrerá a partir da Emenda Constitucional n. 25, de 15 de maio de 1985, que alterou o art. 74 da Carta de 1967, prevendo que presidente e vice seriam eleitos, simultaneamente, por sufrágio universal e voto direto e secreto em todo o País.

Desta forma, se intensifica o clima de instabilidade política e decepção popular, que coloca em cheque os rumos de uma nação recém-saída de duas décadas de supressão democrática (LAMOUNIER, 1990).

A cúpula peemedebista, representante do maior partido de oposição ao regime militar, após aguardar anos para assumir a presidência, se vê obrigada a aceitar o então vice-presidente José Sarney, que era líder do partido que apoiou a Ditadura Militar, assumir o mais alto cargo do Executivo. Por outro lado, Sarney, de passado afiliado ao PDS tinha a missão dupla de conseguir promover com sucesso a transição democrática e também se legitimar perante um Congresso composto, em grande medida, por políticos peemedebistas.

Diante das vicissitudes da posse presidencial, Sarney acabou herdando um governo no qual não participara efetivamente de sua montagem, de modo que “por estar amarrado aos compromissos da Aliança Democrática, Sarney teve que conviver com o arranjo político articulado por Tancredo, que acomodava as diferentes facções do PMDB e do PFL” (MOTTER, 2019, p. 86). Sendo assim, Sarney viu-se obrigado a adotar um tom de negociação com o ministério no qual não escolhera, e sobretudo buscando atuar em nome da preservação do pacto de transição democrática, que constituía sua principal missão de governo.

Segundo Paulino Motter, (2019, p.87), podemos compreender de forma esquemática os cinco anos de governo Sarney a partir de quatro fases distintas, de modo que:

Na primeira fase, que corresponde ao primeiro ano de governo, ele se equilibrou num frágil esquema de sustentação, procurando vencer as desconfianças nutridas pelo PMDB e por parcela expressiva da opinião pública. É o momento de afirmação como herdeiro do governo de transição. Na segunda fase, que se inicia com a adoção do plano Cruzado, em 28 de fevereiro de 1986, Sarney viveu o seu melhor momento, granjeando apoteóticos índices de popularidades. A terceira fase, que começa com o fim do sonho do Cruzado, coincide com o período de funcionamento da Constituinte. Nessa fase, marcada pela queda vertiginosa da popularidade do presidente e pelo crescente agravamento da crise econômica, o governo canaliza todos os seus “recursos” em torno de uma única prioridade: assegurar o mandato de cinco anos. É quando a “Nova República” sofre maior desgaste, cedendo ao fisiologismo e ao clientelismo. Finalmente, a quarta e última fase, iniciada com a aprovação do mandato de cinco anos, e que se estende até o fim melancólico do seu governo, é marcada pela instabilidade política e pelo cenário de hiperinflação que ameaça a economia (MOTTER, 2019, p.87)

Traçado este brevíssimo panorama de alguns momentos cruciais do governo Sarney, observa-se que o desgaste se dá em múltiplas frentes, como os quatro planos econômicos¹⁸ fracassados (Plano Cruzado I e II, Plano Bresser e Plano Verão), que abala a base de apoio ao governo no Congresso, levando à fase mais crítica do governo “durante a qual apelou para políticas clientelistas e práticas fisiológicas para garantir maioria parlamentar” (MOTTER, Paulino, 2019, p. 40).

A crise no governo Sarney se intensifica a partir dos fracassos no plano econômico, quando vêm à tona diversos casos de corrupção. Como o ponto chave deste subcapítulo é compreender a adequação do conceito de Fisiologismo às diversas práticas de transgressão durante os anos finais de governo, serão arrolados casos de fisiologismo e corrupção, admitindo aqui, que fisiologismo não necessariamente é entendido como sinônimo de corrupção. Como abordado anteriormente o conceito de fisiologismo é amplo, portanto, não há aqui a pretensão de categorizar as práticas fisiológicas, tampouco tomá-las por corrupção, embora possamos admitir que são práticas frequentemente relacionadas.

A exemplo de caso, temos o escândalo envolvendo o ministro do Planejamento¹⁹, Aníbal Teixeira que, em 1987, após chegar ao cargo, usou-se de estratégias de manipulação dos recursos federais em troca de apoio político de parlamentares do Congresso, ao incorporar a Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC), órgão vinculado ao gabinete presidencial, coordenando programas diversificados, Aníbal Teixeira²⁰ fora encarregado por Sarney para dar um “tratamento especial” aos pedidos dos políticos, como forma de obter maior apoio na conquista da ampliação de seu mandato para cinco anos.

Diante do cenário de crise asseverado pelo fracasso dos planos econômicos, Sarney buscava apoio para garantir o mandato de cinco anos e ampliar seu apoio no Congresso no Contexto da Constituinte, enquanto que os partidos de esquerda, como o PT, PC do B, PCB e PDT apoiavam a campanha pelas “Diretas já” (DIMENSTEIN, 1988). Nesse contexto, Sarney tentava fortalecer sua base de apoio parlamentar no Congresso, exigindo que o PMDB e o PFL, bases da Aliança Democrática, definissem a duração de seu mandato, sendo assim

¹⁸ Não desconheço a importância das análises econômicas do contexto da crise do governo Sarney. Para um maior aprofundamento sobre o teor dos planos econômicos durante seu governo e sua relação com a crise política, ver (SARDEMBERG, 1987).

¹⁹ Para maiores informações, consultar o Acervo documental do FGV-CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/anibal-teixeira-de-sousa>. Acesso em 12 de Nov. 2020.

²⁰ Para mais detalhes sobre o caso, ver (DIMENSTEIN, 1988).

Esta era uma forma de Sarney tentar solidificar sua base de apoio, testando a fidelidade dos partidos do governo, isolando os setores críticos, particularmente do PMDB, e estreitando os laços políticos com os apoiadores. Por trás desta tática, estava a óbvia intenção de esvaziar a unidade interna dos partidos, particularmente dos conservadores, em favor de uma articulação suprapartidária fiel ao governo e à sua estratégia de incorporar a institucionalidade autoritária reformada na nova institucionalidade a ser criada. Em outras palavras, fortalecer o “Centrão”. Para “estimular” o apoio dos parlamentares do “Centrão”, o governo utilizou o antigo método fisiológico do “é dando que se recebe”, tão bem definido por um de seus líderes na Constituinte, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP). Distribuição de cargos, liberação de verbas, financiamento de obras, renegociação das dívidas dos Estados, entre outros, foram utilizados pelo governo para garantir a fidelidade de aproximadamente 330 parlamentares, distribuídos no PMDB, PFL, PDS, PDC, PTB e PL (LIMA, 21.5.1987 a 27.5.1987) (MACIEL, 2008, p. 225).

As práticas fisiológicas durante o governo Sarney tomaram contornos ainda mais evidentes, quando se intensificaram as negociações com o “Centrão”²¹, bloco suprapartidário que atuava no Congresso, fazendo negociações com o Executivo e dando apoio político ao governo. Entre os parlamentares integrantes do “Centrão”, muitos eram ligados, de alguma forma, a empresas do setor de comunicações, entre eles, proprietários ou funcionários de empresas de propaganda, rádio ou televisão.

Cabe observar que as comunicações assumiam importante papel como moeda de troca entre Executivo e Legislativo, quando o então Ministro das Comunicações da época, Antônio Carlos Magalhães, atuava conjuntamente com o Legislativo, sendo o responsável pela concessão²² de direitos de rádio e televisão entre as regiões. Neste contexto, o presidente José Sarney, distribuía irrestritamente “benefícios políticos aos seus aliados, tais como concessões de TVs e estações de rádio, obras públicas e cargos no governo” (SOUZA, 2001), configurando um Estado aparelhado pelo Legislativo e cuja moeda política baseava-se claramente em relações fisiológicas.

Verificamos, assim, que no contexto da redemocratização e da transição entre institucionalidade autoritária e institucionalidade democrática, o processo da Constituinte e a configuração suprapartidária do “Centrão” atuou conjuntamente com o chefe do Executivo,

²¹ Entende-se por O “centrão”, bloco de apoio ao Presidente da República, que exerceu trocas políticas fundamentais para a aprovação do mandato presidencial de cinco anos para José Sarney. O Centrão, foi formado a partir de 1987, representava a ala mais conservadora do partido na Assembléia Nacional Constituinte; participavam do Centrão, além dos conservadores do PMDB, políticos do PDS, PFL, PTB, PL, PSC, PDS; 128 membros do PMDB e 115 do PFL. Ver Lamounier (1989).

²² O deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), um dos responsáveis por essas denúncias, recorda: “A enxurrada de concessões foi um escândalo”. O deputado Antônio Britto (PMDB-RS) foi mais longe, afirmando que: “As concessões foram usadas como moeda eleitoral, símbolo máximo do fisiologismo”.

José Sarney, objetivando a troca de benefícios mútuos entre os poderes, constituindo uma prática de caráter fisiológico.

Entre os anos de 1987 e 1988, a atuação do “Centrão” no contexto da Assembleia Nacional Constituinte se deu de forma diversificada, contando com um amplo raio de atuação, que perpassava o uso de verbas ministeriais, troca de favores de natureza fisiológica como moeda política, trocando apoio por direitos da radiodifusão e sobretudo na barganha política com o Congresso que fora fundamental para a ampliação do mandato de Sarney de 4 para 5 anos.

3.3 Clientelismo e Fisiologismo: possibilidades interpretativas nos novos arranjos políticos.

De acordo com o explanado no capítulo dois, o Clientelismo é um conceito elástico, capaz de se moldar, por meio das instituições informais, a novos arranjos positivados pela lei. Ademais, também se discutiu que o Clientelismo fora um conceito análogo e que se misturava com diversos conceitos como patrimonialismo, fisiologismo, patronagem, e outros, de acordo com cada momento histórico.

Nesse sentido, apesar de não serem sinônimos e da dificuldade de se definir fisiologismo devido a sua contemporaneidade, conforme abordado em subcapítulos anteriores, fica aparente que as práticas fisiológicas utilizam de mecanismos similares ao do Clientelismo, sendo ambos conceitos análogos.

Outrossim, não é raro de se encontrar, no recente debate sobre o fisiologismo, o seu uso em conjunto com o seu conceito par, considerando-se que ambos integram a estrutura dos arranjos políticos da nova república, de forma que não é incomum por vezes serem tratados quase como sinônimos, ou melhor, como um sendo uma subcategoria do outro.

Neste subcapítulo, será explorada tanto essa aproximação entre os conceitos, como também se refletirá a respeito das suas diferenças, com o intuito de questionar o quão correlacionados os dois termos estão em seu uso acadêmico, tanto para explicar o comportamento dos entes políticos, seja por meio da ciência política ou da história, quando se considerado o fator temporal.

Explorando os estudos sobre o tema, a aparência que se tem é de que o que diferencia os dois conceitos envolve uma questão temporal, de quando surgiu o termo; uma questão de localidade, em questão dos limites geográficos de onde o conceito é utilizado; uma questão de

quais atores estão envolvidos nas suas práticas; e, por fim, em questão de elasticidade, considerando que um conceito é mais amplo que o outro.

Dito isso, é relevante retomar a ideia de que o Clientelismo é um conceito muito mais pesquisado e definido academicamente do que o Fisiologismo, pontuando assim uma das primeiras diferenças que se nota ao pesquisar sobre o assunto. Não obstante, quase sempre que o conceito de fisiologismo se apresenta nos trabalhos acadêmicos, o conceito de clientelismo está de alguma forma subjacente em seu arcabouço lexical. Com isso, nos fica uma pergunta: seria sempre necessário o primeiro conceito para explicar e/ou fundamentar o segundo?

O Clientelismo não só é um conceito mais amplo e antigo, como também é mais recorrente na Ciência Política e na História, tanto na literatura acadêmica brasileira, como no âmbito internacional, enquanto que o fisiologismo, por sua vez, vem ganhando espaço nas análises políticas da academia brasileira.

Continuando uma análise dos estudos a respeito desses dois temas, vê-se que, de maneira sincrônica, a elasticidade do Clientelismo o faz ser análogo ao conceito de *Clientelism* amplamente usado na literatura internacional a respeito das relações entre patrons-clients. Em contrapartida, o termo cognato, em inglês, a fisiologismo, que seria “physiologism”, é muito raro de ser mencionado em publicações internacionais. Tanto o é que o primeiro termo aparece no *A Concise Oxford Dictionary of Politics and International Relations* (BROWN, 2018), enquanto que o segundo não. Isso indicaria que o Fisiologismo poderia nos sugerir um termo para explicar somente a política brasileira?

É o que indica Bryan McCann, em *The Political Evolution of Rio de Janeiro's Favelas*, no qual o autor explana que o motivo de tal ausência. Segundo ele, que enquanto fala de mudanças no mecanismo clientelista de troca de votos menciona o termo fisiologismo, o conceito seria um termo unicamente brasileiro, como se mostra no trecho a seguir.

While association presidents rarely trade blocs of votes on the open market in a way that was relatively common twenty years ago, the basic mechanism behind this clientelist exchange has changed little. The electoral bloc trade has been rendered unnecessary by the capillary expansion of “fisiologismo,” or physiologism, the uniquely apt Brazilian term for nepotistic machine politics²³ (MCCANN, 2006, p. 155).

²³ Embora os presidentes de associações raramente negociem blocos de votos no mercado aberto de uma forma que era relativamente comum há vinte anos, o mecanismo básico por trás dessa troca clientelista mudou pouco. O comércio do bloco eleitoral tornou-se desnecessário pela expansão capilar do “fisiologismo”, ou fisiologismo, o termo brasileiro excepcionalmente adequado para designar práticas políticas nepotistas. (tradução nossa).

Nesse sentido, tem-se uma possibilidade de diferenciação entre os conceitos em pauta, o Clientelismo tem elasticidade no sentido sincrônico, enquanto o fisiologismo não o tem.

É instigante, portanto, que como provável efeito da restrição de localidade do termo, mesmo os autores brasileiros que utilizam o termo Fisiologismo, ao tratarem sobre a temática no sistema político do país em periódicos estrangeiros, por vezes descrevem as práticas fisiológicas sem utilizar um linguajar cognato à fisiologia, mas, sim, utilizando-se dos termos “*clientelism*” e “*patrimonialism*”, comuns na academia internacional.

Como exemplo disso, peguemos a obra “*Democracy and Public Management Reform*”, de Luiz Calos Bresser-Pereira e publicada em 2004 em inglês. Nela, o autor não se refere a Fisiologismo ou a *physiologism* nem uma única vez ao falar do Brasil ou do estrangeiro. Em contrapartida, em obras anteriores, que inclusive tratam do mesmo assunto, como em “Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil”, publicada em 1996 e escrita em português, o autor utiliza os dois conceitos conjuntamente, como sinônimos. Isso traz um questionamento, qual seja: o Fisiologismo é um conceito realmente necessário para explicar alguma especificidade da realidade política brasileira? Os conceitos de clientelismo e patrimonialismo não conseguiriam englobá-lo? São essas algumas questões raramente abordadas em trabalhos acadêmicos que versam sobre conceitos da política e que ainda carecem de estudos mais aprofundados.

Além da questão da localidade, em um primeiro momento, os conceitos tendem a se diferenciar caso seja feita uma análise superficial de seus funcionamentos no sistema político. Com isso, o que se pretende dizer é que o Clientelismo, em uma análise aparente, é muitas vezes confundido com uma das suas formas de manifestação, qual seja, o Clientelismo eleitoreiro, herdado das estruturas tradicionais ligadas ao atraso, como abordamos no capítulo segundo. Por outro lado, ao fazer uma interpretação primária do fisiologismo, poderíamos simplesmente confundi-lo com o Clientelismo, haja vista que também pode ser compreendido como um tipo de relação entre atores políticos que pressupõe algum tipo de troca, podendo ser assimétrica ou não, cuja finalidade seria a de auferir mútuos benefícios.

Compreendemos, contudo, que não havendo termo equivalente, e com o cuidado em fazer a devida diferenciação em relação ao Clientelismo, é que o Fisiologismo acabou se popularizando ao longo da literatura política pelo termo “toma lá, dá cá” entre o governo e o legislativo, como fora previamente abordado.

Faz-se relevante a observação de que, em um primeiro momento, a diferença entre os dois conceitos poderia ser a de que o primeiro poder-se-á dar na relação entre políticos e eleitores, enquanto que o segundo conceito só se aplicaria entre grupos políticos atuando em

diferentes poderes, apresentando, portanto, uma possibilidade menos plural, no campo do conceito.

Cumprir observar também que no decorrer da dissertação e como será retomado na sequência, a questão do clientelismo envolve uma estrutura verticalizada, em pirâmide, não se esgotando no clientelismo eleitoral. Não obstante, o fisiologismo envolve a troca de cargos e favores entre grupos políticos com base em seus interesses privados, mas isso se aproxima muito do clientelismo, como veremos.

Tendo exaurido as principais diferenças entre os conceitos, quais sejam, temporalidade, localidade, agentes e elasticidade. Resta sanar o questionamento do porquê desses conceitos serem frequentemente confundidos ou tomados por sinônimos.

A partir desse ponto, o que se pretende é estabelecer uma série de provocações que poderão ser elucidadas ou ao menos, pesquisadas com maior assertividade, em pesquisas futuras de maior fôlego. O fisiologismo poderia ser tomado como uma subcategoria do clientelismo, caso fosse elaborado um estudo conjuntural das particularidades históricas, sociais, e culturais? Há em nossa literatura política alguns indícios que apontem para essa ideia, como a título de exemplo, como compreende Bresser-Pereira, que faz jus a continuidade dos trabalhos dos “descobridores do Brasil”, utilizados como referência nesta dissertação, e que confere ao fisiologismo a característica de ser um clientelismo no qual se utiliza os fundos públicos de forma indireta para a autopromoção, via carreiras públicas.

O patrimonialismo consiste na confusão entre o patrimônio público e o privado. Suas formas contemporâneas — o clientelismo e o fisiologismo — são práticas políticas próximas à corrupção pura, mas dela devem ser distinguidas. O populismo, o clientelismo e a corrupção implicam o uso de fundos públicos: no caso do populismo clientelista, os fundos públicos são utilizados impessoalmente para assegurar a boa vontade daqueles grupos e comunidades que se beneficiam dos gastos públicos; no caso da corrupção, os fundos públicos são apropriados privadamente. O clientelismo também envolve o uso de fundos públicos mas de forma indireta: os políticos engajados nas práticas clientelistas não roubam, mas utilizam os recursos do Estado para promover suas carreiras pessoais. O termo no Brasil para esse tipo de prática é fisiologismo. O político fisiológico é, por definição, um oportunista, que trata a política como um negócio em que a influência política é o meio de troca. É fisiológico porque coloca seus interesses pessoais e materiais acima das ideias e dos princípios morais a que se comprometeu servir e que deveriam orientar a ação política (PEREIRA, 1996, 172).

E a confusão de conceitos, principalmente quando se envolve um conceito com elasticidade, incorre frequentemente a essa dúvida. Se as trocas assimétricas nas relações de patronus-clientes são estruturadas assimetricamente, como fora abordado no segundo capítulo,

o fisiologismo não seria uma troca assimétrica que envolve a distribuição de cargos em troca de governança, e que estabelece uma relação patronus-clientes entre funcionários a serviço dos distintos Poderes; ou melhor dizendo, uma forma específica de clientelismo?

Ao utilizar-se da conceituação de José Figueira para a questão, se consideraria que o fisiologismo ocorre, em geral, quando há uma troca entre os que legislam e os que governam, para ele, portanto, o questionamento acima teria resposta positiva.

O fisiologismo traduz uma relação política promíscua, principalmente entre os que governam e os que legislam, na qual o parlamentar, independentemente da corrente partidária ou ideológica a que pertença, adere ao governo, comprometendo-se a votar a favor das propostas que este envia ao Congresso. Se a circunstância de ter sido eleito por um partido não adesista atrapalha, ele simplesmente troca de partido (FIGUEIRA, 2009).

Dessa forma, fica óbvia a confusão dos conceitos no momento histórico do início da Nova República. O conceito de fisiologismo poderia, nessa linha de raciocínio até ser visto como uma forma de clientelismo das mais distantes do eleitorado.

Outro argumento a respeito da forte confusão dos termos vem de uma linha de raciocínio parecida, seguindo a interpretação de Maria Rezende das obras de Faoro, o governo Sarney, que fora mencionado no subcapítulo anterior para o estudo de caso, em conluio fisiológico com o Centrão, batalhou para manter o controle clientelista com o Executivo frente às reformas constitucionais, para evitar o enfraquecimento do próprio fisiologismo.

O fisiologismo estava na base das ações que levaram a gorar a transição. O modo como os reformistas se empenharam em controlar a burocracia engordando-a, através de práticas fisiológicas e clientelistas, também estava no centro dos fracassos que se foram acumulando em torno da transição [...] A batalha política travada pelo Governo Sarney e pelo “centrão” para fortalecer a União e afastar para longe aquelas reformulações constitucionais, que eram tidas como enfraquecedoras dos poderes do Executivo no controle clientelista da distribuição de verbas públicas, era reveladora do esforço feito por diversos agentes para manter intocado um padrão de domínio centrado em instâncias de poder que fortaleciam o arcaísmo e o atraso. Analisando o quão forte eram as forças que conseguiam frear o desmonte de práticas fisiológicas, poder-se-ia dizer, segundo Faoro, que a transição estava ainda longe de ser bem-sucedida (REZENDE, 2007, p. 189-195).

Isto posto, a prática do fisiologismo na relação entre os poderes, mesmo se considerássemos que não se confundem em conceituação, tem forte relação com o Clientelismo, pois visa garantir o seu funcionamento dentro do patrimonialismo estamental. Como anteriormente argumentado no segundo capítulo a respeito da capacidade de perenidade do

Clientelismo; assim, o Fisiologismo não poderia ser considerado como um novo tipo de mecanismo político para a manutenção das práticas clientelistas durante a Nova República?

Após essa primeira aproximação que questiona a possibilidade de admissão de uma amálgama conceitual, na qual os conceitos se misturariam como subcategoria um do outro, resta saber também, se tratar-se ia de uma possível evolução conceitual, ou uma forma de representação em alargados espaços e tempos.

O aporte teórico metodológico proposto pela História dos conceitos nos fornece subsídios para historicizar o conceito de clientelismo, como elaborado previamente nesta dissertação, no entanto, nos resta a dúvida sobre como poderíamos operar o conceito de fisiologismo utilizando a mesma metodologia? Existe algum espaço de experiência que possa ser definido de antemão pelo historiador, e que nos permita vislumbrar um horizonte de expectativas também sobre as possíveis representações de fisiologismo? Ou simplesmente ao falar de clientelismo no Brasil, estaríamos também a falar de Fisiologismo? São perguntas que são deixadas nesta pesquisa para trabalhos futuros.

Em outras palavras, o fisiologismo poderia ser entendido como um conceito brasileiro para a sua forma de atuação específica de clientelismo, surgida com a Nova República? O conceito de fisiologismo contém em si tudo que o clientelismo pode significar e em representações nos arranjos políticos da Nova República? São essas perguntas e suas tantas variantes que motivaram a necessidade realizar esta pesquisa.

Primeiro, consideremos a explanação de fisiologismo de Marcia Girardi, que é mais ampla frente aquela de José Figueira supracitada. A segunda explicação coloca fisiologismo como relação principalmente entre os que governam e os que legislam realizando troca de favores para gerar aprovações no Congresso, enquanto a primeira o coloca uma relação entre políticos e/ou servidores públicos.

Entende-se por “Fisiologismo” como a conduta de certos representantes e servidores públicos que se preocupam com a satisfação de interesses ou vantagens pessoais ou partidários em detrimento do bem comum. O fisiologismo é uma relação de poder político em que determinadas ações e decisões políticas são tomadas em troca de favores, votos ou cargos políticos. Ele é, na verdade, um conjunto de favorecimentos e concessão de benefícios a interesses privados, em prejuízo da coletividade. Assim, esta prática é, para os políticos um esvaziamento do significado e do conteúdo programático de fazer a política, e de contradizer a ideologia dos partidos aos quais pertencem, visando uma aproximação do governo vigente ou pior do próprio poder corrompido. (GIRARDI, 2019, p. 255)

Englobando todas as relações de trocas patrimonialistas feitas por agentes estatais, sejam eleitos ou concursados, a definição da autora parece fazer o fisiologismo engolir qualquer relação de clientelismo que esteja mais acima na pirâmide de relações de patronos-clientes do que a base dessa que envolveria a relação direta com os eleitores.

Nesta última relação clientelista, há um indício de declínio do clientelismo eleitoral em prol de uma maior importância do fisiologismo. Inclusive, fazendo um complemento observa-se mais claramente o crescimento da importância das relações fisiológicas em detrimento dos mecanismos de troca de “blocos de votos” por conta da concentração de decisão política na mão de cada vez menos indivíduos.

The electoral bloc trade has been rendered unnecessary by the capillary expansion of "fisiologismo," or physiologism, the uniquely apt Brazilian term for nepotistic machine politics. Favelas are ever more closely linked to city and state government, but rather than resulting in grassroots democratic participation, this link has in most cases continued to transfer greater political leverage to a few individuals.²⁴ (MCCANN, 2006, p. 155)

Tendo isso em vista, pode-se até afirmar que, se considerarmos o fisiologismo como uma subcategoria do clientelismo, aquele pode, sim, ser a principal forma de relação clientelista da Nova República, mas é difícil argumentar que ele é a única subcategoria de clientelismo que viera com a transição para a democracia.

Qual seria a maior aplicação do termo fisiologismo, na prática? Quais práticas caracterizariam essa suposta subcategoria do clientelismo? Exploraremos o assunto dentro do recorte temporal do governo Sarney, que é relevante a este trabalho.

Como discutido no subcapítulo 3.1, o fisiologismo, é empregado comumente como um conceito para definir a transgressão e a promiscuidade moral e quiçá até a corrupção na atuação do “Centrão” no presidencialismo brasileiro.

Dessa forma, se analisarmos o funcionamento do fisiologismo na prática, vemos que ele tem por característica não só a troca de favores, mas a relativização das próprias ideologias partidárias em prol do interesse patrimonial de angariar poder ao se aliar com Executivo feito por parte dos representantes envolvidos e sua relação de clientes, como ocorreu com o PMBD no estudo de caso abordado anteriormente. Nesse sentido, é demonstrado uma melhor

²⁴ O comércio do bloco eleitoral tornou-se desnecessário com a expansão capilar do "fisiologismo", ou fisiologismo, o termo brasileiro excepcionalmente adequado para a máquina política nepotista. As favelas estão cada vez mais ligadas ao governo municipal e estadual, mas em vez de resultar em uma participação democrática de base, esse vínculo, na maioria dos casos, continuou a transferir maior influência política para alguns indivíduos.

explicação do caso do PMDB e do funcionamento do fisiologismo no governo Sarney na explicação de Cássio Guilherme.

O grande bloco constituinte era formado pelos partidos governistas da Aliança Democrática (PMDB-PFL), embora houvesse no interior deles políticos com posições ideológicas diversas, principalmente no PMDB. O líder no PFL na Câmara, o deputado José Lourenço anunciou a criação de um bloco suprapartidário com mais de 300 parlamentares, sugestivamente, chamado de “bloco central” ou “Centrão” (PDS, PFL, PL, PTB e PDC). (GUILHERME, 2017, p. 223).

Fica claro que com as práticas fisiológicas ganhando força no Centrão, a questão dos projetos partidários começa a se deteriorar em prol de projetos privados de poder, como fora discutido ao longo da dissertação, cuja ocorrência se observa claramente durante a Nova República. Cumpre ressaltar que é possível elaborar um questionamento secundário frente às práticas fisiológicas do Centrão, segundo a qual compreende-se que se o fisiologismo for uma subcategoria do clientelismo, o exercício das trocas entre o legislativo e executivo poderiam ter como efeito a destruição de projetos ideológicos? Seria o Clientelismo tão forte que consegue, em sua forma atual, fazer-se necessário para que haja governabilidade e ao mesmo tempo constituir-se como um destruidor de ideologias?

Por fim, como síntese das provocações feitas aqui, o que se deixa em aberto para futuras pesquisas é que embora não sejam sinônimos, é possível fazer a leitura de alguma forma de clientelismo na prática notadamente fisiológica? Se sim, em qual medida e como conceituá-la historicamente seguindo uma metodologia? O fisiologismo brasileiro poderia ser lido como categoria, caso se elaborasse uma tipologia semântica, hermenêutica e embasada na História dos conceitos? Deixo aqui esses questionamentos no anseio que pesquisas futuras possam responde-las ou menos, continuar essa reflexão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa, buscou-se elucidar uma cara questão aos historiadores. Como podemos lançar mão de um conceito compreendido em um determinado espaço de experiência para elucidar questões de outras temporalidades históricas?

Objetivou-se, por meio do estudo semântico das temporalidades como categoria de análise, elaborar, inicialmente uma apologia da História dos conceitos, escola do pensamento historiográfico, proposta por Reinhardt Koselleck, para que, então, pudéssemos aplicá-la como aporte metodológico para a devida compreensão do conceito de Clientelismo.

Partimos da literatura clássica acerca das primeiras formulações dos conceitos dos quais o clientelismo é tributário, a partir das análises de Sérgio Buarque de Holanda e da ideia de homem cordial, bem como das análises de Raymundo Faoro e seu Estamento burocrático. As interpretações clássicas cumprem importante papel na compreensão histórica e social do conceito.

A compreensão do conceito foi problematizada, segundo as análises e estudos acerca das interpretações do conceito, admitindo a possibilidade de uma “elasticidade” no conceito de clientelismo e, com isso, abrindo novas possibilidades interpretativas, como “chaves” de elucidação de um conceito histórico transportadas para outra dimensão temporal. Para tanto, propusemos a análise do conceito de clientelismo diacronicamente, admitindo a possibilidade de novas leituras em diferentes contextos e períodos históricos, ao longo da vasta literatura da história política que cerca o tema, admitindo suas formas de ação, manifestação e relação entre atores políticos, buscando historicizar o conceito.

Contudo, o objetivo final da pesquisa reside na reflexão conceitual do clientelismo paralelamente ao conceito de fisiologismo e suas representações modernas no contexto político e histórico da Nova República. O recorte temporal foi escolhido por instigar o suficiente, a ponto de abrir possíveis reflexões acerca da corrupção que assola a democracia brasileira atualmente.

Foi proposta uma análise do conceito de fisiologismo, compreendendo sua dimensão histórica para, depois, realizar uma abordagem exemplificada pelo estudo de caso proposto na análise de alguns exemplos de práticas fisiológicas e de corrupção ao longo de fatos ocorridos durante o governo Sarney, cujo contexto histórico carregava em seu bojo duas décadas de supressão democrática e uma transição de institucionalidade, sendo assim, um recorte temporal

extremamente relevante para elaborar a análise das ações fisiológicas de agentes políticos nas relações entre Executivo e Congresso.

Por fim, elaboramos uma análise no campo das digressões apoiadas nos estudos realizados ao longo do trabalho, buscando compreender as possibilidades interpretativas das práticas de clientelismo e fisiologismo nos novos arranjos políticos. A provocação que buscou-se fazer, deu-se no sentido de, em primeiro lugar, admitir que não há uma forma teórica de compreender o fisiologismo, visto que existe um tipo de atuação política específica que é o fisiologismo brasileiro. O segundo ponto reside na ideia de que, diferentemente do clientelismo, o fisiologismo não possui um amplo arcabouço historiográfico que nos permita fazer uma leitura histórica e aplicá-la segundo a metodologia da história conceitual.

Com isso, deixamos em aberto as perguntas elaboradas no último capítulo, com o desejo de que mais pesquisas se debrucem em elucidá-las. Compreender historicamente os fenômenos de transgressão e corrupção política que assolam a democracia, talvez seja, entre tantas, uma das mais nobres contribuições a que se pretende o historiador.

REFERÊNCIAS

AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ASSIS, Arthur Alfaix; MATA, Sérgio da. O conceito de história e o lugar dos “Geschichtliche Grundbegriffe” na história da história dos conceitos. In: KOSELLECK, Reinhart *et al.* **O conceito de história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

AVELINO FILHO, George. Clientelismo e política no Brasil: revisitando velhos problemas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 1, n. 38, p. 225-240, mar. 1994. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5159>. Acesso em: 03 jun. 2020.

BAHIA, Luiz Henrique Nunes. **O Poder do Clientelismo: Raízes e fundamentos da troca política**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BAHIA, Luiz Henrique Nunes. **Raízes e Fundamentos de uma Teoria de Troca Política Assimétrica/Clientelística**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – IUPERJ, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1997.

BARROS, José d’Assunção. Os conceitos na história: considerações sobre o anacronismo. **Ler História**, [s.l.], v.71, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/2930>. Acesso em: 25 jul. 2020.

BENTIVOGLIO, Júlio. A história conceitual de Reinhart Koselleck. **Dimensões**, [s.l.], v. 24, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2526>. Acesso em: 24 jul. 2020.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília. *et al.* (org.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1986.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História**. São Paulo: v. 30, n. 62, p. 262-294, 1965. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422>. Acesso em: 03 jul. 2020.

BROWN, Garret W; MCLEAN, Iain; MCMILLAN, Alistar. **A concise oxford dictionary of politics and international relations**. 4. ed. Nova Iorque: Oxford University Press, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003. Acesso em: 3 jul. 2020.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

COSTA, Marcelo. Verbete ANIBAL TEIXEIRA DE SOUSA In: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, **CPDOC/FG**. [s.d.]. Disponível

em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/anibal-teixeira-de-sousa> Acesso em: 02 out. 2020.

D'ÁVILLA FILHO, Paulo. Assimetrias Políticas, Clientelismo e democracia: uma discussão conceitual. In: XXXI Encontro Anual da AMPOCS, 2007, Caxambu. **Anais[...]**. São Paulo: [s.n.], 2007. p. 1-18. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-31-encontro/st-7/st09-7/2838-pdavilafilho-assimetrias/file>. Acesso em: 18 jul. 2020.

D'ÁVILLA FILHO, Paulo. O Clientelismo como Gramática Política Universal. **PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.13, n.2, p. 149-160, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/physis/v13n2/a09v13n2.pdf>. Acesso em: 20 jul.2020.

DIMENSTEIN, Gilberto. **A república dos padrinhos**: chantagem e corrupção em Brasília. 5.ed. Brasília: Brasiliense, 1988.

DINIZ, Eli. **Voto e máquina política**: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DREIFUSS, René. **O jogo da direita na Nova República**. 2. ed. Rio de Janeiro-Petrópolis: Vozes, 1989.

DUARTE, Nestor. **A ordem privada e a organização nacional**: contribuição à Sociologia Política Brasileira. [s.l.]: v. 172, p. 1-240, 1939. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/ordemprivada.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2020.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: Formação do Patronato Político Brasileiro. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FIGUEIRA, José Pedro Haroldo de Andrade. **A falta de ética e de espírito público na política brasileira**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, p. 107. 2009.

GIRARDI, Marcia da Cruz.; MIRANDA, Marcio Fernando Moreira. O fisiologismo estatal e a crise institucional no estado de exceção à luz do pensamento de Giorgio Agambem. **Revista Pensamento Jurídico**. São Paulo: v. 13, n. 1, p. 253-267, junho, 2019. Disponível em: <https://fadisp.com.br/revista/ojs/index.php/pensamentojuridico/article/view/167>. Acesso em: 03 set. 2020.

GUILHERME, Cássio Augusto. O governo José Sarney (1985-1990): transição sem ruptura. **Revista Confronteiras**. v. 1, n.1, p. 221-243, abril, 2017.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria Jose Olympio, 1969.

HOLANDA, Sergio Buarque de. Sobre uma doença infantil da historiografia, In: COSTA, Marcos (org.) **Escritos Coligidos**: livro II 1950-1979. São Paulo: UNESP, 2011. p. 419-434.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos Conceitos e Teoria Política e Social: Referências Preliminares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 20, n. 57, p.27-38, 2005.

Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092005000100002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 13 jul. 2020.

KAUFMAN, Robert. The Patron-Client Concept and Macro-Politics: Prospects and Problems, **Comparative Studies in Society and History**, [s.l.], v. 16, n. 3, p. 284-308, 1974. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/178267?seq=1>. Acesso em: 21 mar. 2020.

KINZO, Maria D'Alva Gil. Quadro partidário e a constituinte. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, v. 1, n. 1, p. 91-123, 1989.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. A reflexão conceitual na prática historiográfica. **Textos de História**: revista do programa de pós-graduação em história da UnB, Brasília, v. 15, n. 1/2, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/10070>. Acesso em: 12 jul. 2020.

KOSELLECK, Reinhart. **Los extratos de tiempo**: Estudios sobre la historia. Barcelona: Paidós Ibérica, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro e Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **História y hermenêutica**. Barcelona: Paidós, 1997.

KOSELLECK, Reinhart. Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1945>. Acesso em: 16 jul. 2020.

LAMOUNIER, Bolívar (Org.). **De Geisel a Collor**: o balanço da transição. São Paulo: Idesp, 1990.

LAMOUNIER, Bolívar. **Partidos e utopias**: o Brasil no limiar dos anos 90. São Paulo: Loyola, 1989.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo Enxada e Voto**. Rio de Janeiro: Forense, 1948.

MACIEL, David. **De Sarney a Collor**: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990). 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, 2008. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/MACIEL__David.pdf. Acesso em 02 set. 2020.

MATIAS PEREIRA, José. Administração pública comparada: uma avaliação das reformas administrativas do Brasil, EUA e União Europeia. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 1, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v42n1/a04v42n1.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020.

MCCANN, Bryan. The Political Evolution of Rio de Janeiro's Favelas. **Latin America Research Review**. v. 41. N. 3, p. 149-136, 2006.

MEDEIROS, Jarbas. **Ideologia autoritária no Brasil, 1930/1945**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978.

MELO, Alfredo César. Saudosismo e crítica social em Casa grande & senzala: a articulação de uma política da memória e de uma utopia. **Estudos Avançados**. São Paulo, vol. 23, n.67,

p. 279-296, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142009000300031>. Acesso em: 20 jul. 2020.

MENEGUELLO, Rachel. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MICHAELIS. **Dicionário brasileiro da língua portuguesa**. ed. eletrônica. São Paulo: Melhoramentos, 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Partido e Sociedade: a trajetória do MDB**. Belo Horizonte: UFOP, 1997.

MOTTER, Paulino. **A batalha invisível da constituinte: interesses privados versus caráter público da radiodifusão no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Livres, 2019.

MUNHOZ, Sara Regina. A Atuação do “Centrão” na Assembléia Nacional Constituinte de 1987/1988: dilemas e contradições. **Revista Política Hoje**. [s.l.], v. 20, n. 1, 2011. p.343-394.

NUNES, Edson. **A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Ideologias econômicas e democracia no Brasil. **Estudos avançados**. São Paulo, v. 3, n. 6, p. 46-63, 1989. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8520>. Acesso em: 03 set. 2020.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina**. São Paulo: 34, 1996.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**. Brasília, v. 47, p. 07- 40, 1996. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/702>. Acesso em: 28 ago. 2020.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Democracy and public management Reform: Building the Republican State**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2004.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Desenvolvimento e crise no Brasil 1930-1967**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Economia brasileira: uma introdução crítica**. 3. ed. São Paulo: 34, 1998.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Pactos políticos: do populismo à redemocratização**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

REZENDE, Maria José de. O penúltimo ano do Governo Sarney (1988) expondo o malogro da transição política brasileira: a análise de Raymundo Faoro. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 179-206, junho, 2008. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaio/article/view/2167>. Acesso em: 03 set. 2020.

RICHTER, Melvin. Begriffsgeschichte and the History of Ideas. University of Pennsylvania Press. **Journal of the History of Ideas**. v. 48, n. 2, p. 247-263, 1987. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2709557?read-now=1&seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 14 jul. 2020.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história conceitual do Político**. São Paulo: Alameda, 1995.

SARDEMBERG, Carlos Alberto. **Aventura e agonia**: nos bastidores do Cruzado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Colégio eleitoral, convenções partidárias e eleições diretas**. Petrópolis: Vozes, 1984

SOUZA, Celina. Federalismo e descentralização na Constituição de 1988: processo decisório, conflitos e alianças. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 513-560, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582001000300003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 out. 2020.

VIANA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. Brasília: Senado Federal, 1999. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1028>. Acesso em: 10 ago. 2020.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

WEFFORT, F. C. **Por que democracia?** 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.